Projeto

Análise do Mapeamento e das Políticas para Arranjos Produtivos Locais no Norte, Nordeste e Mato Grosso e dos Impactos dos Grandes Projetos Federais no Nordeste

Nota Técnica 02

Mapeamento, metodologia de identificação e critérios de seleção para políticas de apoio nos Arranjos Produtivos Locais

Paraíba

www.politicaapls.redesist.ie.ufrj.br
Projeto
Análise do Mapeamento e das Políticas para Arranjos Produtivos Locais no Norte, Nordeste e Mato Grosso e dos Impactos dos Grandes Projetos Federais no Nordeste

Nota Técnica 02

ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS NO ESTADO DA PARAÍBA:
MAPEAMENTO, METODOLOGIA DE IDENTIFICAÇÃO E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO PARA POLÍTICAS DE APOIO

Paraíba

Equipe Estadual

Coordenadora:
Valdênia Apolinário

Pesquisadores:
Araci Farias Silva
Águida Cristina Santos Almeida
Márcia de Lima Pereira
Avani Terezinha Gonçalves Torres
Maira Rodrigues Bezerra
Luísa Dantas de Souza Lima

Estagiários:
Maria do Carmo Maracajá Alves
Anderson Rodrigues de Farias
Letícia de Carvalho Santos
Marília Medeiros de Araújo

Equipe de Coordenação do Projeto / RedeSist
Coordenadora: Valdênia Apolinário
Maria Lussieu da Silva
Thaís de Miranda Moreira
SUMÁRIO

Introdução..........................................................................................................................6
1. Antecedentes/histórico, conceitos utilizados e desenvolvimento da atenção
dada à questão dos arranjos produtivos locais no estado da
Paraíba...............................................................................................................................18
1.1 Antecedentes políticos...................................................................................................18
1.2 Histórico das ações para APL’s das Instituições na Paraíba até 2007.............19
1.2.1 SEDESP – Esfera Municipal do Governo.................................................................19
1.2.2 BNB – Banco do Nordeste do Brasil..........................................................................21
1.2.2.1 A Instituição..........................................................................................................22
1.2.3 SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial........................................25
1.2.4 EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária...............................33
1.2.5 SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural..............................................36
1.2.5.1 A Instituição..........................................................................................................36
1.2.6 Banco do Brasil..........................................................................................................38
1.2.7 Caixa Econômica......................................................................................................39
1.2.8 Fundação Parque Tecnológico da Paraíba (PARQTEC)..........................................41
1.2.9 IEL – Instituto Euvaldo Lodi.....................................................................................44
1.2.10 SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio as Empresas...........................................48
2. Organismos responsáveis pelo apoio a apls nos estados e políticas de
apoio implementadas na Paraíba.........................................................................................50
2.1. SEDESP........................................................................................................................50
2.1.1.1 Dados do Programa EMPREENDER-JP.................................................................51
2.1.1.2 Área urbana............................................................................................................51
2.1.1.3 Projeto Cinturão Verde..........................................................................................52
2.1.1.4 Dados gerais..........................................................................................................53
2.1.1.5 Caracterização dos Dados Obtidos.........................................................................54
2.1.1.6 Capitalização e Investimentos................................................................................56
2.1.1.7 Parcerias................................................................................................................57
2.2. Banco do Nordeste do Brasil – BNB...........................................................................58
2.3. Banco do Brasil............................................................................................................60
2.4. Caixa Econômica........................................................................................................61
2.5. SENAR..........................................................................................................................62
2.6. EMBRAPA.....................................................................................................................63
2.6.1. Algodão.......................................................................................................................64
2.6.2. Algodão no Cerrado brasileiro...................................................................................65
2.6.3. Algodão herbáceo na agricultura familiar.................................................................66
2.6.4. Gergelim......................................................................................................................69
2.6.5. Sisal............................................................................................................................70
2.6.6. Amendoim................................................................................................................72
2.7. SENAI...........................................................................................................................73
2.8. Parque Tecnológico da Paraíba..................................................................................76
2.9. SEBRAE........................................................................................................................76
3. O conceito de apls: aspectos teóricos e visão das instituições.........................86
3.1. Introdução......................................................................................................................86
3.2. O termo, o conceito e a definição................................................................................87
3.3. A História do Pensamento Econômico da abordagem de APLs.........................90
3.4 O Conceito de APL: uma definição.................................................................93
3.5 Análise dos conceitos adotados pelas Instituições........................................95
4. APLs identificados e apoiados...........................................................................100
5. Os demais arranjos não apoiados.....................................................................104
5.1 Os arranjos não incluídos em listagens/mapas estaduais de APLs –
"não" identificados/vazios na Paraíba.................................................................104
Considerações finais............................................................................................116
LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Localização do estado da Paraíba..............................................................06

Figura 02 - Fluxograma Operacional........................................................................50

Figura 03- Participação dos setores produtivos abarcados pelo Projeto Empreender-JP........................................................................................................53

Figura 04 – Setores e territórios de atuação do SEBRAE Paraíba.................................................................77

Figura 05 – Mapa estratégico do SEBRAE Paraíba para o período 2009-2015.......................................................................................................................79

Figura 06 – Mapa dos apls identificados e apoiados no Estado da Paraíba..............................................................................................................................101

Figura 07 – Mapa dos apls identificados e não apoiados no Estado da Paraíba.......................................................................................................................103

Figura 08 - Mapa dos apls culturais da Paraíba...............................................................................110

Figura 09 - Localização dos municípios selecionados no processo de formação territorial........................................................................................................112
LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Resumo de Atendimento a Empreendedores pelo Programa Empreender – JP: acumulado até 2007.................................................................................21

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Atendimentos a empreendedores – urbano.................................51
Tabela 02 – Atendimento a empreendedores – rural....................................52
Tabela 03 - Resumo dos atendimentos a empreendedores........................52
Tabela 04 – Atividades desenvolvidas no programa Empreender-JP.............................54
Tabela 05 – Atividades desenvolvidas no programa Empreender-JP por bairro.................................................................54
Tabela 06 - Capitalização e investimentos do Empreender-JP......................55
Tabela 07 - Projetos e Investimentos – Empreender-JP.................................56
OS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS NOS ESTADOS: MAPEAMENTO, METODOLOGIA DE IDENTIFICAÇÃO E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO PARA POLÍTICAS DE APOIO.

INTRODUÇÃO

CARACTERIZAÇÃO DO ESTADO DA PARAÍBA

A Paraíba possui uma área total de 58.584,6 km² (Sudene-CPE/INE/ESSE), dos quais 100% estão inseridos no chamado “Polígono das Secas”, e 86,2% (48.788,9 km²) é região do semi-árido, percentuais bastante superiores às médias da região, respectivamente 61,6% e 51,5% dos 1.561.177,8 km² do território do Nordeste. Este aspecto, isoladamente, já permitiria classificar a estrutura sócio-econômica paraibana como criticamente frágil diante do fenômeno climático das secas, relativamente aos demais estados nordestinos.

Figura 01- LOCALIZAÇÃO DO ESTADO DA PARAÍBA

Fonte: Elaboração própria com base em mapa do IBGE.
A Paraíba estende-se na direção leste-oeste por 443 quilômetros, enquanto que na direção norte-sul nunca ultrapassa 263quilômetros.¹ Está dividida, de acordo com critérios político-sócio-econômicos, em três áreas em que se distribuem os quatro principais ecossistemas naturais do estado (planícies litorâneas, florestas, áreas em transição e caatinga):

Zona Litoral-Mata – correspondente à Mesorregião da Mata Paraibana, composta pelas microrregiões do Litoral Norte, Sapé, João Pessoa e Litoral Sul, que englobam 13,45% do total dos municípios e 9,3% do território paraibano. Possui superfície de 5.242 km², e população de 1.196.594 habitantes (2000). É coberta por dois ecossistemas: as planícies litorâneas e as florestas. O potencial hídrico é de ótima qualidade, contando com dois rios de grande porte, o Paraíba e o Mamanguape e oito rios menores, todos desaguando diretamente no Oceano Atlântico. A área é constituída na sua totalidade por terrenos sedimentares, apresentando relevo moderado com altitude média de 100m.


Zona do Agreste-Brejo – Compreendendo a área de transição entre ecossistemas é composta pelas Microrregiões de Esperança, Brejo Paraibano, Guarabira, Campina Grande, Itabaiana e Umbuzeiro, compondo 21,5% do total dos municípios paraibanos e 15,6% do território, em uma área de 7.684 km², e uma população de 950.494 habitantes em 2000 (IDEME, 2001).

Historicamente a região vivenciou vários ciclos de predominio de variadas atividades econômicas, como do fumo, do café, do sisal e também da

¹ Fonte: www.bnb.gov.br/neon/perfil/estados/pb-2a.html
cana-de-açúcar. Entretanto, a expansão das atividades açucareira e pecuária, a partir das décadas de 1970-80, determinou profundas modificações na organização deste espaço, em especial a retração da policultura alimentar, transformações na relação de trabalho (declínio do sistema morador e da parceria e do avanço do trabalho assalariado), na concentração da riqueza (concentração fundiária) e na dinâmica populacional (êxodo rural).

Zona Semi-Árida – possui uma área de 43.513,65 km², representando 77,1% do total do estado, sendo a zona de maior número absoluto de habitantes (1.296.737 pessoas em 2000), entretanto com menor densidade demográfica. Sua vegetação típica é a caatinga, compreendendo as regiões: Mesorregião do Sertão Paraibano; Mesorregião da Borborema; e as terras do Planalto da Borborema, representadas pelas Microrregiões do Curimataú Ocidental e do Curimataú Oriental.

Apesar de sua área de semi-árido ser bastante elevada, a Paraíba possui uma desigual distribuição de suas reservas hídricas entre as mesorregiões que formam o Estado. A situação do sertão paraibano é bem mais favorável que seu correspondente pernambucano, pois as Áreas de Elevado Risco Hídrico (AERHs)2, definidas pelo ATLAS do Nordeste (2006), não incluem esta mesorregião da Paraíba, apenas sua área agrestina e a região do Brejo, enquanto alcança quase todo o estado de Pernambuco, com exceção da zona-da-mata e região metropolitana do Recife (RMR).

Esta distinção, entre Pernambuco e Paraíba também está representada em termos de suas distintas bacias hidrográficas, pois, enquanto o sertão pernambucano pertence à bacia do São Francisco (juntamente com o oeste da Bahia e de Alagoas e todo o estado de Sergipe), suas regiões agreste e da mata compõem com o estado paraibano a bacia do Atlântico Nordeste Oriental (juntamente com o Rio Grande do Norte, Ceará e litoral alagoano). Em termos das subdivisões contidas no território paraibano, a bacia do Atlântico está dividida em 11 bacias hidrográficas quais sejam: bacia do rio Gramame; bacia do rio Miriri; bacia do rio Mamanguape; bacia do rio Camaratuba; bacia do rio Guaju; bacia do rio Piranhas; bacia do rio Curimataú; bacia do rio Jacu; e bacia do rio Trairi. As cinco últimas são bacias de domínio federal.

---

2 Uma AERH possui menos de 700 mm, índice de aridez inferior a 0,35, ausência de sistemas aquiferos sedimentares e ausência de rios perenes de grande porte e capilaridade.
A caracterização hidrogeológica³ (sistemas aqüíferos) é formada, em 87% da área do estado, por rochas do sistema cristalino, equivalente a uma área de aproximadamente 49.000 km², toda na região semi-árida do Estado, compreendendo as bacias hidrográficas do Piranhas, Paraíba, Jacu, Curimataú, Mamanguape, Miriri, Camaratuba e Gramame.

A problemática da região encontra-se no seu aqüífero ser descontínuo, heterogêneo, de dimensões volumétricas praticamente não avaliáveis, principalmente em relação aos limites de profundidade das fraturas. Neste sistema, a alimentação dos cursos d’água ocorre durante o período chuvoso, de periodicidade irregular. Quanto às águas subterrâneas, não existem análises físico-químicas completas em número suficiente para uma caracterização mais detalhada das águas do Cristalino paraibano.⁴

O clima quente do estado, com temperatura média anual de 26 ºC, cuja distribuição encontra-se altamente dependente do relevo, termina por refletir em sua caracterização pluviométrica, pois é o estado nordestino que apresenta a maior variabilidade de precipitação. Cabaceiras, localizada no cariri paraibano, apresenta uma altura pluviométrica anual em torno dos 300 mm, enquanto João Pessoa, localizada na faixa litorânea e somente a 150 quilômetros daquela cidade, apresenta uma precipitação média que ultrapassa os 1.700,0 mm, mais do que cinco vezes o índice pluviométrico de Cabaceiras.

Em todo o estado, o uso dos recursos naturais vem sendo feito de forma não sustentável, já apresentando sinais de desgastes e danos irreparáveis. Nas Zonas Litoral–Mata e do Agreste–Brejo, a pressão sobre a flora levou 25 espécies de animais a serem ameaçadas de extinção, dentre a lista das 46 em extinção no estado (SUDEMA), decorrente da devastação da cobertura vegetal natural.

Na área da caatinga, onde os índices pluviométricos são inferiores a 500 mm/ano, a exemplo das microrregiões do Curimataú Ocidental, Cariri Oriental e Cariri Ocidental, bem como do Seridó, o processo de desertificação já se mostra bastante acentuado. É decorrência de práticas inadequadas na

---

³ A caracterização hidrogeológica da Paraíba está baseada no trabalho de BEZERRA (2007).
⁴ Fonte: Plano Estadual de Recursos Hídricos – SECTMA - PB (Secretaria da Ciência e Tecnologia). O Plano Estadual de Recursos Hídricos/PERH é caracterizado como plano diretor, que tem como finalidade fundamentar e orientar as políticas de gerenciamento dos recursos hídricos e que deve ser elaborado por bacia hidrográfica, por Estado e para o país.
mineração e na agropecuária, onde não há um manejo racional da caatinga, havendo desmatamento ilimitado e irracional, cuja reversão, se não impossível, é bastante onerosa (PERH).

Na Mesorregião da Borborema, rica em recursos minerais metálicos e não metálicos, verificam-se graves problemas de poluição (do ar, na deposição dos resíduos da mineração), bem como na destruição da flora nativa (com repercussão na fauna) para fornecimento de lenha para calcinação do calcário e no beneficiaimento da betonita.

Nas Mesorregiões do Agreste, da Borborema e do Sertão, a erosão dos solos dos açudes têm efeitos prejudiciais sobre os rios e reservatórios do semi-árido, agravados pela insuficiente e inadequada drenagem nos solos irrigados, o que vem causando danos, em alguns casos irreparáveis, e comprometendo o potencial de terras irrigáveis e dos recursos hídricos do semi-árido (PERH).

Não há nenhum programa específico no Estado da Paraíba para fornecimento de água bruta para área rural, o que soma-se às limitações das administrações municipais para oferecer estes serviços, constituindo-se um quadro crítico para vários contingentes populacionais no interior do estado. De acordo com o PERH, a população da zona rural se auto-abastece através de cacimbas e poços escavados nos leitos dos rios, de poços tubulares equipados com bombas elétricas ou cataventos, bem como de pequenos açudes ou outros mananciais próximos do ponto de consumo. Nestes casos, a água não passa por qualquer controle de qualidade, e as fontes não oferecem garantia de atendimento contínuo.

O estudo proposto no presente Termo de Referência tem o objetivo geral de, a partir de um levantamento de arranjos Produtivos Locais (APLs) no estado da Paraíba, identificar aqueles que foram selecionados, por diversas instituições e órgãos de apoio (sejam estes municipais, estaduais e federais, públicas ou privadas), para serem objeto políticas de promoção de APLs no estado. Pretende-se não apenas um levantamento das Políticas, mas uma análise crítica do método, objetivos e fundamentação destas iniciativas que vêm sendo formuladas e executadas, com graus variáveis de sucesso, e, ainda, identificar espaços territoriais que contenham APLs, mas para os quais não existam ações em curso.
A busca por mapeamentos de arranjos produtivos locais (APLs) – expressão formulada no âmbito da RedeSist\(^5\) - tornou-se uma linha de estudos no interior do programa de pesquisa aberto pelos estudos desta rede de pesquisa, tendo sido rapidamente incorporado por diversas agências de políticas, públicas e privadas, encarregadas de promover o desenvolvimento da produção de bens e serviços atuando em nível nacional e local. A substituição de outras denominações teórico-conceituais (tais como *clusters*, pólos e distritos industriais) pelo conceito de APL, nas agendas políticas, contribuiu ainda mais para sua difusão e popularização.

Com estes objetivos, a pesquisa se desenvolve de forma articulada em torno de quatro objetivos específicos:

**BLOCO I: Identificação e avaliação dos APLs elencados no estado da Paraíba**

- Identificação dos núcleos territorial e setorial dos APLs;
- Levantamento de APLs no estado, divididos em três subgrupos:
  - Reconhecidos por instituições e órgãos (em documentos) e apoiados (por instituições e órgãos);
  - Reconhecidos (em documentos), mas não-apoiados (atualmente);
  - Desconhecidos oficialmente (não-documentados), mas com identificação por atores locais; e
- Elaboração de mapa estadual informando a localização de cada APL (de acordo com os sub-grupos), as atividades produtivas, municípios e instituições responsáveis pelo apoio.

**Avaliação crítica das Políticas**

- Análise das metodologias (conceitos, objetivos, critérios de identificação, prioridades, etc.) utilizadas para a identificação e seleção de APLs a serem apoiados, bem como dos problemas destacados, as soluções formuladas, os instrumentos e estratégias implementadas e os resultados alcançados; e

\(^5\) [www.redesist.ie.ufrj.br](http://www.redesist.ie.ufrj.br)
O conceito-chave para realização do estudo é o de sistema complexo. Um sistema complexo, embora opere organicamente, é caracterizado por sub-sistemas que possuem uma dinâmica particular e específica, a qual desenvolve-se no interior do macrosistema, ou seja, em interação com os demais sub-sistemas. Um sistema complexo evolui transformando internamente seus sub-sistemas:

i) a dimensão, importância e funções dos sub-sistemas;

ii) o material ou a natureza que os constituem;

iii) a velocidade com que se transformam;

iv) a resistência a choques exógenos e a capacidade de produzir dinâmica endógena.

Desta forma, um sistema complexo possui uma hierarquia de forças evolutivas (micro, meso, macro) as quais interagem e produzem propriedades não dedutíveis a partir do exame isolado de cada sub-sistema.

Neste sentido, a abordagem de sistemas de produção e inovação (SPI), em esferas locais, regionais, nacionais e supra-nacionais permite realizar análises sistêmicas que permitam reconhecer o papel destas dinâmicas evolutivas, identificar a posição hierárquica em que atuam, sua interação e simbiose criativa, bem como fundamentar expectativas quanto às possíveis trajetórias de desenvolvimento para a unidade sob ação das forças evolutivas. O método de análise sistêmica, aplicado pela abordagem de SPI permite reconhecer que, em qualquer atividade produtiva (seja esta industrial, agrícola ou de serviços), o território definido para sua ação, a densidade, temporalidade e diversidade de atores (econômicos e não-econômicos, empresariais e não-empresariais) envolvidos, sua formação cultural, histórica, social e econômica, são todos elementos fundamentais para explicar a dinâmica evolutiva passada, presente e futura.

Duas características que se destacam nesta abordagem são:

a) O papel dos mecanismos de aprendizado construídos (voluntariamente ou não) para potencializar a geração, uso e difusão de conhecimentos: desde reuniões em associações de classe a
departamentos institucionalizados dedicados à Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), passando pelo aprender-fazendo e aprender-usando informal, gradual e cumulativo e vários outros processos.

b) O papel da construção coletiva do conhecimento tecnológico, uma vez que se reconhece o caráter sistêmico de qualquer atividade produtiva, como conjunto de diferentes partes de conhecimento, artefatos e habilidades (DOSI, 1084), elementos que estão distribuídos em diferentes atores, em intensidades e combinações também distintas, constituindo-se em sub-sistemas (institucional, produtivo, cultural, jurídico, etc.). Portanto, a introdução de inovações irá requerer transformar partes destes conhecimentos articuladas entre diferentes atores.

O termo Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (ASPILs), enquanto conceito que operacionaliza esta compreensão do processo produtivo e inovativo refere-se a conjuntos de atores econômicos, políticos e sociais, que partilham um mesmo território, e que se articulam, formalmente ou informalmente, para finalidade de obtenção de ganhos econômicos através de atividades produtivas e inovativas.

Os ASPILs, como regra, são identificados a partir de uma atividade produtiva central ou um conjunto de atividades correlacionadas sob aspecto produtivo ou comercial, i.e., pela indústria ou pelo mercado, em torno da qual os demais atores se articulam, tais como empresas produtoras de bens e serviços finais, fornecedores de bens e serviços (matérias-primas, equipamentos e outros insumos), empresas especializadas na distribuição e comercialização, consumidores, organizações de capacitação empresarial ou de trabalhadores, difusoras de informação, laboratórios e centros de pesquisa, desenvolvimento e engenharia, organismos voltados à promoção e financiamento, cooperativas, associações, sindicatos e demais órgãos de representação.

---

6 Indústria entendida em sentido lato, significando ramo produtivo, seja este no setor primário, secundário ou terciário.
A partir dos elementos fundamentais do conceito de ASPILs percebe-se que arranjos e sistemas produtivos não são exclusivos de atividades típicas da indústria de transformação, mas podem ser identificados em qualquer setor econômico, seja este primário, secundário ou terciário. Não é o tipo de uso das mercadorias produzidas que define a aplicabilidade do conceito, bem como, não se trata da existência ou não de atividade material ou tangível. O que permite a aplicabilidade do conceito é a existência ou não de organização sistêmica na realização da atividade sob foco, sendo esta voltada para a produção de mercadorias de qualquer natureza (agrícola, industrial ou serviços), tendo a busca de ganhos econômicos (primordialmente o lucro, mas não exclusivamente) como a finalidade privada.

A elaboração de Políticas Públicas para apoio a ASPILs com objetivo de desenvolvimento local, entendido este como melhoria do padrão de vida da população do mesmo território, insere-se no mesmo conjunto de intervenções públicas que se propõe a atuar como mecanismo seletivo, punindo ou desincentivando ações e intenções avaliadas como indesejáveis (sob aspectos sociais, ambientais e econômicos) e favorecendo e estimulando outras consideradas como benéficas e saudáveis ao território local e ao ambiente mais amplo em que este está inserido.

As organizações que compõem um ASPIL são, necessariamente, atores que contribuem para o processo de aprendizado inovativo, sendo este definido a partir do próprio sistema, ou seja, o que é novo para algum de seus sub-sistemas será novo para o sistema inteiro. Assim, por exemplo, novas regulamentações, mesmo que já existentes em outros territórios, serão consideradas inovações institucional. Da mesma forma, a inclusão de uma nova linha de produção de uma ou mais empresas do sistema, mesmo que globalmente não representando novidade em sentido estrito, o será para aquele sistema, uma vez que novas habilidades e conhecimentos terão que ser construídos para que tal produção seja realizada.

Assim, todas as características do sistema são relevantes: seu território, sua trajetória temporal e o momento no tempo em que se encontra, suas características morfológicas, a dimensão, diversidade, governança e características de seus atores e de suas relações, bem como os mecanismos
de seleção (privados, governamentais e sociais), entre os quais se incluem as Políticas Públicas.

A noção de sistema, por ser mais ampla e profunda, permite tratar analiticamente instrumentos teóricos mais especializados e parciais, tais como a análise setorial e de cadeias produtivas (que desconsidera o território e subestima outras organizações além das empresas).

Os sistemas produtivos e inovativos poderiam ser analisados de forma estática ou dinâmica, a depender dos objetivos do estudo. No presente caso, buscou-se entender sua formação, transformação e sustentabilidade futura, exigindo-se para tal necessariamente uma abordagem dinâmica, sistêmica e com foco nos vetores determinantes da sua mudança - cooperação para o aprendizado inovativo.

Um sistema complexo em mudança pode estar sob dois processos de instabilidade:

a) como a tendência de um sistema ou variável a uma progressiva divergência de um dado estado (e.g., de equilíbrio), em cujo caso as propriedades dinâmicas deste são destacadas em detrimento de seus aspectos estruturais;

ou

b) como a probabilidade de que certa estrutura irá permanecer estável (ou não), em cujo caso os termos fragilidade ou flexibilidade são usados como sinônimos, dependendo de se a estabilidade da estrutura é vista como algo benéfico ou não.

O primeiro conceito (a) é chamado de instabilidade dinâmica, enquanto o segundo (b) refere-se à instabilidade estrutural.

Os subsistemas que compõem um ASPIl coexistem, sobrepõem-se e interagem através de complexas conexões, sendo a trajetória específica transcortada pelo ASPIl precisamente o vetor resultante de sua co-evolução. A transformação no formato, características e conteúdo, entretanto, não podem ser deduzidas a partir da análise individual de seus componentes, e nem mesmo a partir do estudo de apenas um de seus subsistemas. Assim, a evolução do SPIL é determinada pela força relativa de dois mecanismos endógenos a cada um de seus subsistemas:
i) Um ou mais mecanismos de introdução de novidades, que garantam que o sistema apresente diversidade de atores, comportamentos e características;

ii) Um ou mais mecanismos de seleção de variedades, que permite a reprodução, a ordem e sustentabilidade àqueles que se mostrarem mais “aptos”.

A continuidade, a intensidade e a direcionalidade do processo evolutivo do ASPIL dependerá da força relativa destes dois conjuntos de mecanismos evolutivos no interior de cada um dos subsistemas. Se os mecanismos que incentivam, processam e viabilizam as inovações forem múltiplos e fortes, mas os processos de seleção forem limitados e fracos, o ASPIL exibirá uma crescente diversidade que impossibilitará a formação de qualquer identidade cultural, compatibilidade de objetivos e comportamentos, resultando em um sistema caótico que terminará degenerando-se.

Se, no caso oposto, existirem poucas e fracas oportunidades de introdução de novidades, enquanto os mecanismos de seleção são variados e robustos, o sistema rapidamente convergirá para uma homogeneização em que ASPIL progressivamente “deixa de evoluir, embora ainda possa crescer”, o que o torna pouco flexível a mudanças ambientais (exógenas) de impacto.

Para cada um dos subsistemas é possível identificar alguns dos principais mecanismos inovativos e seletivos:

Utilizando a nomenclatura de SAHAL (1982), podemos afirmar que quando o desenho básico de um ASPIL (governança, base tecnológica, estrutura do mercado, origem do capital, etc.) foi selecionado e definido, este assume o caráter de um technological guidepost e, assim, as inovações subseqüentes se dão com o intuito de favorecer sua difusão e replicação, seja internamente, seja externamente.

O desenvolvimento de inovações a partir da definição da estrutura básica atenderia algumas características (SAHAL, 1982):

a) Path-dependence (desenvolvimentos passados influenciando e limitando os novos avanços);

b) Cumulatividade de conhecimentos e habilidades (seja por instituições ou pessoas);
c) Simbiose criativa (distintas tecnologias recombiningo-se para superar os seus limites individuais ao desenvolvimento de solução de problemas);
d) Crescimento induzindo a especialização de atividades, tecnologias e atores;
e) Restrições à transferência tecnológica devido à natureza parcialmente tácita de conhecimentos e habilidades, bem como devido a motivações econômicas, culturais, políticas e sociais para defesa de interesses e apropriação dos benefícios, econômicos ou não.
CAPÍTULO 1: ANTECEDENTES/HISTÓRICO, CONCEITOS UTILIZADOS E DESENVOLVIMENTO DA ATENÇÃO DADA À QUESTÃO DOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS NO ESTADO DA PARAÍBA.

Nesse capítulo serão abordados os históricos de atuação das instituições em todas as esferas de governo tendo como marco temporal ações concretizadas até dezembro de 2007. Mas antes de introduzir o tema, se faz necessário contextualizar algumas particularidades que ocorreram no estado da Paraíba no período estudado.

1.1 Antecedentes políticos

Em seminário ocorrido em Natal, envolvendo todos os pesquisadores do Projeto, decidiu-se que a pesquisa trabalharia com um marco histórico referente à mudança na seleção de APLs prioritários definida pelo Grupo de Trabalho Permanente sobre APLs (GTP-APL) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) no ano de 2008. Vale destacar que na esfera estadual, a Paraíba durante todo o período de 2006 a 2008 passou momentos de instabilidades política, já que corria no Supremo Tribunal Federal - STJ Recurso Contra Diplomação (RCD) e Ação de Impugnação de Mandato Eletivo (AIME), contra o então governador Cássio Cunha Lima e o seu vice José Lacerda Neto, eleitos no pleito de 2006.

O processo culminou no julgamento de cassação do agora ex-governador. O decorrer do julgamento foi longo, foram sete liminares desde o início do mandato em 2006 que fizeram o ex-governador Cássio Cunha Lima permanecer no cargo até Dezembro de 2008. Entretanto, a posse do atual governador José Maranhão também ocorre com instabilidade política, já que contra o mesmo correm processos do Superior Tribunal de Justiça, como também uma ação que pede a realização de um novo processo eleitoral para governador.
1.2. Histórico das ações para APL´s das Instituições que atual na Paraíba até 2007

Este item do relatório, que trata da reconstrução do histórico das Políticas, programas, projetos e ações das instituições que apóiam APLs no estado da Paraíba, está organizado por instituição de apoio.

1.2.1 SEDESP – Esfera Municipal de Governo

A SEDESP - Secretaria do Desenvolvimento Sustentável da Produção foi criada por meio da Lei Complementar nº 037, de 14 de fevereiro de 2005, de acordo com o Artigo 69 da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa. Essa secretaria tem como missão “construir uma João Pessoa mais competitiva, justa e rica em oportunidades, em parceria com setores produtivos, através de ações que resultem na melhoria da qualidade de vida da população”.

As suas principais ações estão em: “Apoiar a geração de emprego e renda, financiando pequenos negócios através de microcréditos; incentivar os empreendimentos autogestionários; realizar cursos de qualificação e requalificação profissional; promover o cadastramento dos profissionais e cuidar da sua inserção no mercado de trabalho; promover a interação universidade-empresa; realizar projetos de políticas públicas voltadas para a melhoria dos ambientes empresariais e o bem-estar do cidadão; desenvolver projetos de pesquisa e de interesse do município e da região e fomentar o turismo”. Ou seja, atua na capacitação, articulação e financiamento, via políticas públicas da esfera municipal.

Durante os encontros realizados com o secretário⁷ pode-se perceber que a instituição participa de forma ativa na articulação dos empreendedores, que recebem financiamentos para promover a atividade produtiva via micro-crédito, através de um programa norteador das atividades da secretaria.

---

⁷ A secretaria, por todo o período desde a criação, tem sua gestão sob a responsabilidade do secretário Sr. Raimundo Nunes Pereira, que respondeu o questionário da pesquisa, que colaborou inclusive fornecendo documentação (apresentação oficial da secretaria) informando os principais resultados e setores apoiados por essa instituição de março de 2005 até o mês de maio de 2009.
chamado Empreender-JP. Antes de 2008 não havia nenhum recurso, seja financeiro ou material, para atuar especificamente com APL’s: todas as ações eram voltadas para o programa EMPREENDER-JP.

O Programa Municipal de Apoio aos Pequenos Negócios - Empreender-JP\(^8\) ficou instituído como um instrumento de promoção da inclusão social e do desenvolvimento sustentável, através de programas especiais de capacitação empreendedora e financiamento com vários objetivos aplicados a políticas públicas sociais. Seu último marco regulatório é a Lei de n° 10.496 do dia 04 de Julho de 2005, que cria a agência de Desenvolvimento dos Pequenos Negócios de João Pessoa.

A princípio, um dos objetivos do Programa EMPREENDER-JP era aumentar as oportunidades de emprego, através da criação, ampliação, modernização, transferência ou reativação de pequenos negócios, formais e informais, através de empréstimos de recursos financeiros aos empreendedores, procurando desta forma elevar a qualidade de vida da população local, através da criação de fontes de renda para proporcionar sustentação às famílias de empreendedores, em particular as famílias de baixa renda\(^9\).

O EMPREENDER-JP tem como fonte de Recursos 1,5% (hum vírgula cinco por cento) sobre todos os valores pagos pelo município de João Pessoa, relativos ao fornecimento de bens, serviços e contratações de obras. A finalidade do programa consiste em conceder empréstimos a pequenos empreendedores da cidade de João Pessoa.

No período de maio de 2005 até junho de 2007 foram concretizados 2.451 projetos (QUADRO 01), aproximadamente 25% do total de inscrições realizadas até junho de 2007\(^10\).

---


\(^9\) **FONTE:** PMJP/ LEI n°10.431- (2005 in OLIVEIRA, L., 2007).

\(^10\) Após esse período existem limitações legais de liberações de verbas dado o calendário eleitoral.

<table>
<thead>
<tr>
<th>Atividade</th>
<th>N°.</th>
<th>P. Relativa</th>
<th>Créditos</th>
<th>P. Relativa</th>
<th>Ranking</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Total geral</td>
<td>2.344</td>
<td>100,00</td>
<td>3.294.904</td>
<td>100,00</td>
<td>–</td>
</tr>
<tr>
<td>Confecções</td>
<td>453</td>
<td>19,33</td>
<td>629.195</td>
<td>19,10</td>
<td>1º</td>
</tr>
<tr>
<td>Lanchonete</td>
<td>192</td>
<td>8,19</td>
<td>341.980</td>
<td>10,38</td>
<td>2º</td>
</tr>
<tr>
<td>Alimentação</td>
<td>129</td>
<td>5,50</td>
<td>228.190</td>
<td>6,93</td>
<td>3º</td>
</tr>
<tr>
<td>Serviço pessoal</td>
<td>129</td>
<td>5,50</td>
<td>224.790</td>
<td>6,82</td>
<td>4º</td>
</tr>
<tr>
<td>Artesanato</td>
<td>125</td>
<td>5,33</td>
<td>159.360</td>
<td>4,84</td>
<td>5º</td>
</tr>
<tr>
<td>Bar</td>
<td>88</td>
<td>3,75</td>
<td>153.600</td>
<td>4,66</td>
<td>6º</td>
</tr>
<tr>
<td>Ambulante</td>
<td>299</td>
<td>12,76</td>
<td>132.180</td>
<td>4,01</td>
<td>7º</td>
</tr>
<tr>
<td>Mercearia</td>
<td>74</td>
<td>3,16</td>
<td>120.490</td>
<td>3,66</td>
<td>8º</td>
</tr>
<tr>
<td>Quiosque</td>
<td>79</td>
<td>3,37</td>
<td>114.015</td>
<td>3,46</td>
<td>9º</td>
</tr>
<tr>
<td>Armarinho</td>
<td>70</td>
<td>2,99</td>
<td>101.420</td>
<td>3,08</td>
<td>10º</td>
</tr>
<tr>
<td>Outros</td>
<td>706</td>
<td>30,12</td>
<td>1.089.684</td>
<td>33,07</td>
<td>–</td>
</tr>
</tbody>
</table>


As principais atividades desenvolvidas pelos empreendedores do Programa EMPREENDER-JP durante o período estudado estão listadas neste tópico. São elencadas pela Secretaria 11 atividades produtivas, todas relacionadas com o comércio e prestação de serviços. A atividade mais demandada, que lidera o ranking de procura pelos beneficiários, é a de Confeções com 19,1% dos recursos liberados pelo programa, até o ano de 2007 (QUADRO 02).


<table>
<thead>
<tr>
<th>Atividades</th>
<th>Contratos</th>
<th>Valores</th>
<th>Ranking</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº.</td>
<td>P. Relativa</td>
<td>Créditos</td>
</tr>
<tr>
<td>Total geral</td>
<td>2.344</td>
<td>100,00</td>
<td>3.294.904</td>
</tr>
<tr>
<td>Confecções</td>
<td>453</td>
<td>19,33</td>
<td>629.195</td>
</tr>
<tr>
<td>Lanchonete</td>
<td>192</td>
<td>8,19</td>
<td>341.980</td>
</tr>
<tr>
<td>Alimentação</td>
<td>129</td>
<td>5,50</td>
<td>228.190</td>
</tr>
<tr>
<td>Serviço pessoal</td>
<td>129</td>
<td>5,50</td>
<td>224.790</td>
</tr>
<tr>
<td>Artesanato</td>
<td>125</td>
<td>5,33</td>
<td>159.360</td>
</tr>
<tr>
<td>Bar</td>
<td>88</td>
<td>3,75</td>
<td>153.600</td>
</tr>
<tr>
<td>Ambulante</td>
<td>299</td>
<td>12,76</td>
<td>132.180</td>
</tr>
<tr>
<td>Mercearia</td>
<td>74</td>
<td>3,16</td>
<td>120.490</td>
</tr>
<tr>
<td>Quiosque</td>
<td>79</td>
<td>3,37</td>
<td>114.015</td>
</tr>
<tr>
<td>Armarinho</td>
<td>70</td>
<td>2,99</td>
<td>101.420</td>
</tr>
<tr>
<td>Outros</td>
<td>706</td>
<td>30,12</td>
<td>1.089.684</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Entretanto é importante destacar que, até o final do ano de 2007, a secretaria não trabalhava com o enfoque de APL’s. Os valores liberados nesse período não possuíam critérios de prioridades (nem mesmo setoriais) e eram realizados mediante a demanda da população. Na entrevista, o secretário Raimundo Nunes, explica que o programa foi “aprendendo” e reconhecendo as demandas:

“(…) Antes da instituição não havia nada. Quando nós começamos, até por uma questão de carência de infra-estrutura, começamos a trabalhar exclusivamente com microcrédito, e ampliamos a proporção que fomos trabalhando. Não havia inclusive nenhuma ação dirigida. Quem começou a dar o norte de como estava foi o próprio mercado. No início foram desenvolvidas atividades de alimentação, quiosques de mercadoria que são colocados ali, depois serviços pessoais, hortifrutigranjeiros, artesanato, etc. Tudo isso o próprio mercado foi definindo” (entrevista concedida em 19 de maio de 2009).

1.2.2 - BNB– Banco do Nordeste do Brasil

1.2.2.1 A Instituição

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) é uma instituição financeira múltipla, criada pela Lei Federal nº 1649, de 19.07.1952, e organizada sob a forma de sociedade de economia mista, de capital aberto, tendo mais de 90% de seu capital sob o controle do Governo Federal. Com sede na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, o Banco atua em cerca de 2 mil municípios, abrangendo os nove Estados da Região Nordeste (Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia), o norte de Minas Gerais (incluindo os Vales do Mucuri e do Jequitinhonha) e o norte do Espírito Santo.


O Banco do Nordeste possui uma rede de 182 agências, que aliadas aos trabalhos dos Agentes de Desenvolvimento e das Agências Itinerantes,
permitem que o Banco esteja presente, segundo informações disponibilizadas na página oficial da instituição, nos 223 municípios da Paraíba.

A atuação da instituição consiste na concessão de crédito. No entanto, o Banco promove ainda ações antecedentes e subseqüentes à concessão de crédito. Dentre as ações e instrumentos criados pelo Banco, destacam-se: os Agentes de Desenvolvimento, as Agências Itinerantes, as Políticas de Desenvolvimento Territorial, o Crediamigo e o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste - PRODETUR, no apoio à infra-estrutura turística regional.

Dessa forma, a pessoa entrevistada na instituição foi o Sr. Gerado Fidelis, coordenador da célula de desenvolvimento territorial dos agentes de desenvolvimento. Ele acredita que a maior contribuição do Banco do Nordeste - BNB é de colaborar para o desenvolvimento da região através da fomentação de negócios e da estruturação de atividades econômicas. O BNB possui na sua direção geral na Paraíba, dezessete agentes de desenvolvimento e mais três pessoas na coordenação. São vinte pessoas ao todo, numa célula chamada de desenvolvimento territorial, além dos gerentes de negócios, gerentes gerais. Ele relata que não existia antes de 2008 qualquer ação ou funcionário do banco destinado a trabalhar exclusivamente junto aos APL’s.

Na verdade, o banco trabalha com desenvolvimento territorial, que “fatalmente desenvolve um apoio aos arranjos produtivos locais”. A instituição visa contribuir para estruturar atividades econômicas através do fórum de governança (de cada uma das atividades) que envolvem: discussão dos problemas, propostas, soluções e o acompanhamento desses desdobramentos. O foco é atuar com vários projetos territoriais que são chamados “Projeto Nordeste Territorial”. Nesse projeto o banco prioriza oito atividades econômicas no Estado. E essas atividades foram escolhidas a partir dos seguintes critérios: da potencialidade local; do ativo do banco na região; das atividades indicadas por outras instituições (SEBRAE, governo federal, governo estadual) e através de decisão tomada no próprio local, após uma reunião.

De uma forma geral, antes de 2008, o banco trabalhava tanto no aspecto de mobilização, de articulação para capacitações, participação de eventos, elaboração e ocorrência de eventos, quanto no financiamento propriamente
dito, já que o Banco do Nordeste é uma instituição financeira, e um dos objetivos dela é financiar projetos de desenvolvimento na região.

Nesse sentido, o entrevistado argumenta que o foco de trabalho era de estruturação, trabalhando para mitigar os riscos para que hajam operações melhor estruturadas e sem correr o risco de inadimplência. No entendimento do BNB, quando um grupo de empreendimentos é acompanhado pelo banco em suas ações, recebendo capacitação e orientação, estas ações proporcionam maior capacidade de gestão dos negócios e, consequentemente, reduzem o risco de inadimplência. Essa é a forma do banco de minimizar os riscos para os financiamentos liberados.

Até o final de 2007, o BNB trabalhava com o conceito de “grupo produtivo” e a partir de 2008 mudou para o de “cadeia produtiva”. Os agentes de desenvolvimento do banco, naquele período, atuavam sobre um grupo de empreendimentos, que estavam “agrupados” por serem produtores de uma mesma etapa de uma cadeia produtiva, ou seja, estavam no negócio da produção ou do beneficiamento ou da comercialização. Antes de 2008 o banco atuava na mobilização dos parceiros, financiamentos aos diversos elos da cadeia produtiva, já que o foco da gestão era o de trabalhar com estes grupos produtivos. Em seu depoimento Geraldo Fidelis afirma que:

(...) antes de 2008 a gente trabalhava com grupos produtivos. Esses agentes de desenvolvimento, eles tinham um determinado local, verificava qual grupo produtivo poderia ser trabalhado. Então, por exemplo, Salgado de São Félix. Nós fomos lá, fizemos as pesquisas junto às instituições que atuam na localidade, como EMATER, prefeitura. E procuramos saber qual atividade tem potencial na cidade, na região, para podermos trabalhar. A partir desse momento a gente marca um encontro com a associação ou as associações que trabalham na atividade e a gente expõe para eles um sistema de trabalho, expõe o que a gente está disposto a criar para aquele grupo produtivo, no sentido daquele grupo produtivo se estruturar e se eles aceitam. Uma vez aceita a proposta, nós fazemos um trabalho voltado principalmente para a capacitação, a melhoria das técnicas de produção, para a viabilização da comercialização. Mas dando um enfoque muito forte na capacitação dos produtores, seja em que área for. Então, dentro dessa proposta, a tendência é que o grupo produtivo se fortaleça e que ele passe, com o tempo, a atuar com outros grupos produtivos maiores da região, de várias atividades. Então, esse foi o trabalho feito de 95 até... uns três anos mais ou menos. Mas eu posso afirmar que esse trabalho era um pouco limitado.
Percebe-se que o banco, até o período 2006/2007, trabalhou com o foco nos grupos produtivos, no sentido de ofertar financiamentos com suporte, o que envolvia a capacitação. Entretanto, percebeu-se que, atuando isoladamente em grupos, não conseguia atingir todas as etapas e relações das atividades produtivas. Embora as ações finalísticas desenvolvidas pelo banco não tenham sofrido alteração significativa, sua atuação passa a ser mais articulada, envolvendo atores distintos pelo reconhecimento de suas relações sistêmicas, mesmo que limitadas àquelas estritamente vinculadas ao encadeamento tecnológico e produtivo que se manifestam nos elos de uma determinada cadeia produtiva.

O entrevistado explica a sua interpretação conceitual do termo “cadeia produtiva”, quando define esta pelo envolvimento dos diversos grupos produtivos, desde os elementos que produzem até os que comercializam. Ele percebe que existem nas cadeias quatro elos principais: insumos, produção, beneficiamento e comercialização.

1.2.3 SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

O SENAI da Paraíba integra o Sistema Federação das Indústrias do Estado da Paraíba, apoiando os setores industriais por meio da formação de recursos humanos e prestação de serviços em assistência técnica e tecnológica, serviços de laboratório, pesquisa aplicada e informação tecnológica. Para tanto, conta com 3 centros de educação profissional, 2 centros de tecnologia, 2 centros regionais de treinamento e 1 centro de ações móveis, com 34 unidades. O Senai assume como missão “promover a educação profissional e tecnológica, a inovação e a transferência de tecnologias industriais”.

O Departamento Regional do Senai da Paraíba foi criados em 28 de dezembro de 1952, com sede na cidade de Campina Grande. No ano de 1953 o departamento regional passou a ter existência própria, tendo como primeiro diretor o professor Amaro Salvatore Simoni.

No início da década de 50 o desemprego era apontado como conseqüência da falta de formação e qualificação profissional dos trabalhadores do setor industrial. É válido ressaltar que foi a partir desta
década que a teoria do capital humano difundiu-se por todo o mundo, em um contexto que o desemprego começou a dar sinais de recrudescimento, principalmente nas economias subdesenvolvidas.


Em 1987 a escola passou a denominar-se de Centro de Formação Profissional Prof. Stênio Lopes. Anos depois o Senai inaugurou um centro de formação em João Pessoa, a fim de atender os aprendizes empregados pelas empresas beneficiadas pela lei de incentivos especiais às Empresas para a formação Profissional.

O primeiro centro de treinamento do Nordeste, foi criados em 1965, na cidade de Bayeux, tendo sido construído com recursos do Senai. O centro iniciou suas atividades oferecendo cursos destinados à formação rápida e aperfeiçoamento dos operários das áreas de tornearia mecânica e fresagem. Posteriormente o centro passou a dedicar-se à construção civil, destinando seu atendimento exclusivamente aos profissionais deste setor.

Em parceria com outras empresas e instituições, periodicamente este centro em Bayeux promove cursos de armador de ferros, carpinteiro, eletricista de instalação predial e residencial, eletricista de instalação industrial, pedreiro, etc.

Contemporaneamente, o SENAI atua em todo o Estado da Paraíba através de suas unidades operacionais fixas e móveis, realizando diversos cursos e treinamento de educação e qualificação profissional. As áreas de atendimento do Senai são: Calçados e artefatos; couro e peles; vestuário; alimentos; automotiva; automação industrial; manutenção; metal mecânica; soldagem; madeira e mobiliário; construção civil; artes gráficas; eletroeletrônica; telecomunicação; design; informática; gás natural; gestão empresarial; meio ambiente; controle de qualidade; saúde e segurança do trabalho; minerais não metálicos.
O SENAI tem como função prestar capacitação, assistência técnica e tecnológica à indústria, possui um total de 400 colaboradores diretos e mais um número de colaboradores indiretos (bolsistas, estagiários) que gira entre 20% e 30% a mais do valor supracitado (cerca de 100 pessoas). A instituição ampliou seu foco de atuação, pois quando foi criada sua função única era de capacitar mão-de-obra para a indústria. Mas a alguns anos a instituição atua com tecnologia, inovação e assistência técnica. Com isso, se reconhece uma atuação muito mais forte, mais intimamente ligada à competitividade industrial.

A instituição não possui políticas voltadas diretamente para APL’s, nem tão pouco possui um conceito formalizado de APL (uma definição), mas apesar disto identifica-os, o que indica que há, intuitivamente, uma associação entre “um conceito” de APL e as atividades industriais objeto de ação pela instituição. São os técnicos que trabalham diretamente com as atividades industriais (por vezes referidas como “APL’s”), perfazendo 30% da mão-de-obra direta. Os demais trabalham com capacitação técnica e atuam indiretamente, já que estes não elaboram projetos, não trabalham com estruturação do associativismo, nem com capacitação tecnológica direta para os trabalhadores dos “arranjos”.

Embora reconheça que as políticas não são formuladas com este enfoque, as principais formas de apoio que a instituição afirma dar aos APL’s são: capacitação, assistência técnica e tecnológica e gestão de projetos. A instituição sempre trabalhou com setores produtivos e, neste caso, defende que ao trabalhar na formatação de produtos atendendo a demanda de determinados setores, entende que já constitui o “começo de uma visão de APL”. Desde que a instituição foi formada trabalha com pelo menos 40 setores industriais. A partir de 2002 a instituição começa a “reconhecer o conceito de APL”. Na visão do SENAI, o SEBRAE é a instituição que de fato tem um trabalho focado em APL.

Assim, a metodologia adotada pelo SENAI é operacionalizada, simplificadamente, do seguinte modo: a partir de demandas empresariais, estabelece prioridades setoriais no estado, busca informações sobre o perfil da atividade e, então, “dentro dos setores identifica os APL’s”. A partir dessa identificação busca formatar produtos para esta determinada demanda. Ou seja, dentro do SENAI a metodologia de trabalho não é desenvolvida com um enfoque em APL, de forma que as políticas não têm por objetivo atender
diretamente aos APL´s, mas sim os setores que podem estar “fragmentados” em APLs.

De acordo com a instituição, dentro de um setor podem existir vários APL´s. De forma intuitiva, APL é conceituado como um conjunto de empresas que tenham as mesmas demandas, as mesmas necessidades, realidades parecidas, não importando a localização geográfica que elas estão. Nesta visão intuitiva, é o gênero do produto, a natureza do processo, ou o conjunto de dificuldades de um determinado setor que podem caracterizar um APL.

Para a instituição o destaque na abordagem de APL é a característica que confere a determinada região, por exemplo, passar a nomear calçados de Campina Grande, mármore de Junco do Seridó e assim por diante. Isto vai dando uma certa identidade à região e contribui para o fortalecimento do APL porque ele vai ficando conhecido e contribui para a agregação de valor, levando novos investidores a se interessarem por produzir em determinado APL.

Outro elemento destacado neste conceito intuitivo consiste no reconhecimento da necessidade de haver instituições de apoio para que algo seja caracterizado como APL. Assim, identifica-se que a cadeia de laticínios existente na Paraíba não pode ser caracterizada como um APL, em função da ausência destas instituições.

Os APL´s reconhecidos pelo SENAI são:
- **Calçados**. O qual já é identificado com mais clareza e, que possui produtos desenvolvidos para ele. Neste caso, é um APL identificado e apoiado.
- **Algodão orgânico**. Reconhece-se neste APL uma cadeia bem definida que envolve desde o desenvolvimento da pesquisa, com trabalho na produção da fibra, envolvendo a cadeia toda. Este APL também é apoiado pelo SENAI.

Neste caso, destaca-se Campina Grande na década de 70 como um pólo muito forte de empresas do ramo metal-mecânico. Esse pólo constituía-se
pela capacidade inventiva das pessoas, para se ter uma idéia, se fabricou máquinas para prensar algodão, máquinas para processar o sisal.

Atualmente, na Paraíba existem pelo menos 30 empresas que precisam de apoio, políticas de incentivos, investimentos em inovação. Para a instituição este é um APL não muito conhecido que surgiu dentro do setor de metal-mecânica.

Hoje o SENAI desenvolve um projeto com este APL que engloba 50 empresas distribuídas entre os Estados da Paraíba (onde está a maioria), o Rio Grande do Norte e Pernambuco.

- **Têxtil-vestuário**, é identificado e apoiado.
- **Minerais não-métalicos** (que compreende os minerais industriais bentônita, caulim, até as rochas ornamentais, mármore e granito). A Paraíba tem um conjunto de empresas de mineração já apoiadas. Mas, o SENAI vai passar a apoiar estas empresas neste ano, por meio de um curso técnico para formar pessoas a fim de trabalharem na indústria de extração de minerais, sendo esta a primeira ação direta para esse APL. Este APL compõe empresas localizadas nos municípios paraibanos de Junco do Seridó, Campina Grande, Santa Luzia, indo até ao Rio Grande do Norte.

Segundo a instituição o maior foco das ações para este APL (por outras instituições, não pelo SENAI, que está passando a apoiar este APL só neste ano) está relacionado ao setor de rochas ornamentais.

- **Construção civil**, que envolve empresas de Campina Grande, João Pessoa, Bayeux, Santa Rita e Cabedelo, todas no Estado da Paraíba.

Então estes são os APL´s identificados e apoiados pelo SENAI. O SENAI apóia outras atividades que não são consideradas APL´s, a saber: o artesanato, o setor de alimentos.

O que se nota é que o SENAI não trabalha com um conceito explícito nem preciso de que constitui um APL. Apesar disto, identifica APL´s, sendo inclusive capaz de separar atividades ou setores que constituem APL´s, daqueles que não. Mas, embora haja este esforço metodológico para realizar esta diferenciação, as políticas são formuladas e aplicadas com base num enfoque setorial. O plano estratégico da instituição deixa isto claro, tendo em vista que neste não há referência alguma a APL.
A instituição data o ano em que substituiu o enfoque setorial para o enfoque em APL. O setor de calçados, por exemplo, é considerado APL um pouco antes de 2005, o de algodão orgânico e o têxtil-vestuário a partir de 2005, o de bens de capital em 2006.

Conforme já mencionado o objetivo maior do SENAI consiste em dar capacitação. A formação vai desde capacitação em associativismo, liderança e gestão empresarial até, aquela direcionada à criação de mão-de-obra para a indústria. Além disso, o SENAI tem prestado assistência técnica e tecnológica que vai desde a melhoria de um processo produtivo até o desenvolvimento de um novo produto. Atualmente, tem se iniciado o processo de incentivo ao designer e a inovação.

Quanto à intensidade de apoio, o setor mais apoiado (e também identificado como APL) é o de calçados, para o qual foi criado o centro tecnológico no Estado para estruturá-lo e fortalecê-lo, com educação e com serviços, melhorando o processo produtivo e o produto. Para o APL de calçados a capacitação forma mão-de-obra para o "chão-de-fábrica" tanto quanto forma um supervisor de primeira linha para uma fábrica de calçados. O SENAI presta consultoria para mudar o layout da empresa, trabalhar a metodologia da produção enxuta (que envolve a questão dos resíduos) e a melhoria do processo produtivo.

Há, ainda, um apoio até a fase de mercado, por meio do apoio em feiras, na comercialização, identificação de novos mercados. Porém, este tipo de assistência é ínfima, tendo em vista que não constitui o objetivo da instituição. Ao se referir ao “APL de bens de capital” (assim identificado), e destacar as políticas feitas para este, referiu-se sempre ao setor. Assim, para “o setor” (ou APL?) de bens de capital tem-se escolas específicas para a formação de mecânicos, eletricistas, ou seja, profissionais necessários a este setor.

Há uma outra delimitação efetuada pelo SENAI, no tocante ao conceito operacional de APL empregado por esta instituição e que pode ser ilustrado pelo caso do segmento têxtil-vestuário. Para o SENAI, há um “APL”

---

11 Foi aprovado um projeto do SENAI com o Ministério da Ciência e Tecnologia, chamado extensionismo tecnológico, que trabalha na implantação do “inovar para competir”, que abrange todas as áreas da empresa.
identificado como de têxtil-vestuário, mas estaria espalhado pelo Estado (João Pessoa, Patos, Campina, Catolé do Rocha), o que remete a uma associação entre APL e dois setores produtivos pertencentes a uma mesma cadeia produtiva. Além da parte de capacitação e assistência técnica e tecnológica, as ações para este “APL” diferenciam-se daquelas empreendidas para os demais no tocante ao mercado, a parte de moda e de criação, usualmente não abordadas pelo SENAI.

Entretanto, há ainda outro APL vinculado à mesma cadeia produtiva, o do algodão orgânico (naturalmente colorido), mas que, diferentemente do anterior, tem sua abrangência limitada aos produtores de Campina Grande, pois se entende que se trata de uma matéria-prima distinta e uma estratégia de comercialização também diferenciada. Desta forma, para o algodão orgânico há projetos específicos e também foi criada uma unidade para dar suporte a esse “APL”. Criou-se os cadernos de tendências para a moda, com a função de agregar valor aos produtos e também de ampliar o mercado. Apóiam-se cooperativas nesta atividade, formadas pelos agricultores familiares e pelos confeccionistas.

A instituição afirma que somente o APL de minerais não-metálicos não é atendido com assistência técnica e tecnológica, o que deixa implícito que não são identificados quaisquer outros APLs na atividade industrial da Paraíba.

Os projetos em desenvolvimento em 2009 são:

- Pesquisa de Avaliação Externa
- Pesquisa do Nível de Satisfação dos Clientes
- Modernização da Infra-estrutura da REGÁS (Rede de Núcleos de Tecnologias do Gás)
- Implantação do Núcleo de Educação a Distância para o Desenvolvimento de Novos Produtos de Educação
- Implantação da Incubadora de Inovação Tecnológica do Estado da Paraíba
- Gestão da Rede SENAI de Laboratórios de Metrologia
- Fortalecimento da Metrologia na Região Nordeste
• Ação Articulada SESI/SENAI no Contexto da Educação de Jovens e Adultos
• Atualização e Nivelamento Tecnológico em Manutenção Industrial
• Cooperação Internacional para Transferência de Tecnologia para Atuação-laticínios - SENAI/ SEBRAE/ECTI-França
• Desenvolvimento de Calçados Femininos para a 3ª Idade a Partir de Medidas Biomecânicas
• Design Futures em Parceria com POLI.design – Consorzio del Politecnico di Milano
• Educação Profissional Tecnológica de Nível Superior: Pós-graduação em Design de Moda – EAD
• Estruturização de Núcleos Estratégicos para Desenvolvimento, Execução de Cursos à Distância
• Extensionismo Tecnológico do Setor de Bens de Capital de Campina Grande e Região
• Implantação do Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio em Mineração
• Implantação do Curso de Instalador de Sistemas de Automação e Segurança Predial
• Implantação do Curso Técnico Estilismo e Moda e Oferta de Serviços Técnicos e Tecnológicos
• Implantação e Desenvolvimento do Curso Técnico em Eletromecânica
• Implantação e Reformulação do Curso Técnico em Refrigeração e Climatização
• Incorporação da “Lama Abrasiva” na Produção de Tijolos Ecológicos com Pigmentos Naturais
• Modernização do Curso de Aprendizagem em Mecânica de Manutenção de Máquinas Industriais
• Modernização de Laboratórios do SENAI para realização de ensaios do setor Coureiro Calçadista
• Otimizar ou Implantar o Modelo da Produção Enxuta como instrumento de inovação e competitividade nas MPS Calçadistas da Paraíba
• Processamento e Caracterização de Lentes Oftálmicas obtidas por fotopolimerização da resina CR 39
• Produção em Escala Piloto de Biocombustível através da reação de transesterificação a partir da mistura de óleos vegetais semi-refinados
• Tri-Toner Eletrônico para Reciclagem de Cartuchos de Toner para Impressoras a Laser
• Utilização de Blocos de Celulose de Fibras Curtas em substituição à pisos cerâmicos
• Válvula Hidro-Pneumática Equalizadora de pressão para o processo de obtenção de hidrogênio.

1.2.4 EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

A Embrapa Algodão, que consiste numa das Unidades descentralizadas da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, localiza-se em Campina Grande-Pb e foi criada em 1975. A Embrapa Algodão teve sua criação motivada em decorrência do potencial da região Nordeste, à época, para o desenvolvimento da cultura algodoeira. Assim, quando foi criada suas atividades contemplavam duas linhas de atuação: uma voltada para a cultura do algodão arbóreo na região Nordeste (de grande expressão socioeconômica) e outra voltada ao algodão herbáceo, com maior ênfase no Centro-Oeste.

Contudo em 1985, a destruição quase absoluta das lavouras de algodão da Região Nordeste, pela praga do bicudo, levou a unidade a buscar novas alternativas de pesquisa, para o próprio algodão, com o desenvolvimento de novas cultivares, bem como para outras culturas, a saber: o amendoim, a mamona, o gergelim e o sisal. A escolha das demais culturas se deu em decorrência destas constituírem culturas tradicionais, já cultivadas no território nacional.

Assim, pode-se aludir que atualmente a missão da Embrapa Algodão consiste na geração de tecnologias, produtos e serviços para as culturas do algodão, mamona, amendoim, gergelim e sisal.

Além das cultivares e sistemas de produção, a Embrapa Algodão desenvolve pesquisas na área de controle biológico, biotecnologia, mecanização agrícola, qualidade de fibras e fios de algodão, tecnologia de
alimentos e produção de biodiesel de mamona, prestando serviços de consultoria, assessoria, treinamento e análises laboratoriais.

Para a execução de seus projetos de pesquisa, a Embrapa Algodão possui parceria com inúmeras instituições nacionais e internacionais e conta com 55 pesquisadores, 136 funcionários de apoio e 7 campos experimentais, localizados nos seguintes municípios: Patos (PB), Barbalha (CE), Missão Velha (CE), Barreiras (BA), Irecê (BA), Primavera do Leste (MT) e Santa Helena (GO). Pode-se destacar ainda 35 pontos de pesquisa.

A Embrapa desenvolve sua estratégia de gestão por meio do que foi denominado de macroprograma, que são orientados à gestão de carteiras de projetos e processos e cada um deles possui características específicas no tocante à estrutura de suas equipes e de seus arranjos institucionais e, responde as diversas necessidades da Embrapa, constituindo-se num instrumento gerencial à operacionalização do que foi programado.

Os macroprogramas orientam-se para a obtenção de resultados de impacto que levem ao atendimento das metas técnicas firmadas a partir dos Planos Diretores da Empresa e das Unidades. Cada macroprograma possui projetos, fontes de financiamento e formas de indução de projetos específicos, que atuam como instrumentos para cumprimento das metas técnicas. Além disso, os macroprogramas têm duração indeterminada, sendo gerenciados por um Gestor com a assessoria de uma Comissão Técnica de Macroprograma. Os macroprogramas possuem as seguintes finalidades:

a) Orientar a formulação de projetos na Embrapa e em instituições parceiras, alinhados às estratégias, aos objetivos e às diretrizes da Empresa;
b) Organizar, agrupar e compatibilizar as carteiras de projetos e processos, de acordo com sua especificidade e nível de complexidade das propostas;
c) Priorizar e alocar recursos aos projetos e processos, de acordo com as metas técnicas;
d) Operacionalizar mecanismos de indução que garantam atendimento ao conjunto de metas técnicas;
e) Garantir qualidade técnica, eficiência e eficácia, mediante avaliação e acompanhamento contínuos dos projetos sob sua responsabilidade;
f) Garantir avaliação e síntese sistemática da programação sob sua responsabilidade.

Na estrutura do Sistema Embrapa de Gestão - SEG estão definidos os seguintes macroprogramas:

a) Macroprograma 1 - Grandes Desafios Nacionais;

b) Macroprograma 2 - Competitividade e Sustentabilidade Setorial;

c) Macroprograma 3 - Desenvolvimento Tecnológico Incremental do Agronegócio;

d) Macroprograma 4 - Transferência de Tecnologia e Comunicação Empresarial;

e) Macroprograma 5 - Desenvolvimento Institucional;

f) Macroprograma 6 - Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura Familiar e à Sustentabilidade do Meio Rural

Infere-se, da lista de macroprogramas, que a metodologia de ação prende-se a características técnicas da atividade agrícola, com referências a setores e formas de organização da produção agrícola. A carteira de projetos e processos de cada um dos macroprogramas é financiada por:

a) Recursos orçamentários da Embrapa;

b) Recursos extra-orçamentários, quando contratados e totalmente financiados por terceiros, na forma de convênios, contratos e prestações de serviços;

c) Outras fontes externas que financiarem atividades cobertas pela programação da Embrapa.

---

12 A decisão quanto à criação, manutenção ou finalização de um macroprograma é estabelecido pelo Comitê Gestor de Estratégias - CGE, o qual toma por base as diretrizes estratégicas do Governo Federal e do Plano Diretor da Embrapa.

13 Para cada macroprograma, a alocação de recursos orçamentários da Embrapa é definida pelo CGP e aprovada pela DE. Além disso, cada macroprograma tem um gestor e uma comissão técnica. Para ser gestor de uma macroprograma o pré-requisito básico é ser empregado da Embrapa e, possuir qualificação e competência reconhecidas na área de domínio do macroprograma.
1.2.5 SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

1.2.5.1 A Instituição

O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR\textsuperscript{14} - é uma Instituição de direito privado, paraestatal, mantida pela classe patronal rural, vinculada à Confederação Nacional da Agricultura - CNA e dirigida por um Conselho Deliberativo, de composição tripartite e paritária, por ser composto por representantes do governo, da classe patronal rural e da classe trabalhadora, com igual número de conselheiros.

O SENAR-PB tem como missão organizar, administrar e executar, em todo Estado, a Formação Profissional Rural (FPR) e a Promoção Social (PS) de jovens e adultos, homens e mulheres que exerçam atividades no meio rural.

O princípio metodológico do SENAR, assim como o do SENAI, enfatiza a necessidade de atuação através de um processo de ensino, onde a atividade prática é de vital importância à aprendizagem. Para isto, os locais escolhidos para a execução das ações sempre estão relacionados a uma situação real de trabalho, onde os capacitados participam ativamente das ações. De acordo com a instituição, suas ações são organizadas e desenvolvidas de forma sistematizada, seguindo um processo de planejamento, execução, acompanhamento, avaliação e controle.

Avalia-se que estas ações são educativas e que visam o desenvolvimento do Homem rural, como cidadão e como trabalhador, numa perspectiva de crescimento e bem-estar social. Sua equipe técnica, multidisciplinar, é responsável pela condução dos trabalhos, juntamente com equipe de instrutores, previamente preparados em uma metodologia de ensino específica para “repassar” seus conhecimentos técnicos ao trabalhador e produtor rural.

\textsuperscript{14} Criado pela Lei 8.315 de 23 de dezembro de 1991, nos termos do Artigo 62 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que previa sua criação nos moldes do SENAI e SENAC. Referida Lei foi regulamentado pelo Decreto N\textsuperscript{o} 566, de 10 de junho de 1992.
O principal recurso financeiro previsto na legislação origina-se da contribuição previdenciária rural, devida pelo produtor rural, pessoa física ou jurídica, e incidente sobre o valor bruto da comercialização (aquisição, venda, arremate em garantia ou penhora, permuta, ressarcimento, indenização, inclusive da produção sinistrada e/ou compensação) da produção rural\textsuperscript{15}.

Outro recurso financeiro advém da contribuição previdenciária de 2,5% sobre a folha de pagamento do setor rural e aplicável ao prestador de mão-de-obra rural – pessoa jurídica, agroindústria de piscicultura, avicultura, suinocultura e carcinicultura, Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, Federações da Agricultura e Sindicatos Patronais Rurais, substituindo a contribuição sobre a produção rural\textsuperscript{16}.

Os projetos desenvolvidos pelo SENAR são:

- Palmas para o Semi-Árido
- Programa Produzir
- Alfabetização de Jovens e Adultos no Meio Rural
- Programa Empreendedor Rural

Dentre esses projetos, um deve ser ressaltado, o Programa Produzir, pois, segundo informações disponibilizadas na página oficial da instituição, objetiva muito mais do que apenas capacitar a população-alvo. Herdeiro da

\textsuperscript{15} Essa contribuição previdenciária está intimamente relacionada com a contribuição rural de custeio para o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS ante à aplicação das alíquotas de 2,3% ou 2,85%, cabendo ao Sistema SENAR apenas o percentual de 0,2% ou 0,25%, respectivamente, a partir da competência novembro/2001 (Lei n.º 10.256/01).

\textsuperscript{16} É importante destacar, ainda, o instituto da SUB-ROGAÇÃO aplicável à contribuição previdenciária rural e prevista em lei. Consiste esse instituto, na condição que se reveste o adquirente de produto de origem rural, seja ele proveniente de empresas em geral, inclusive optante pelo simples, consignatário, cooperativa, órgão público, seguradora, entidade filantrópica, enfim qualquer pessoa jurídica, de se tornar responsável pelo recolhimento da contribuição devida pelo produtor rural pessoa física.

Vale enfatizar que, a competência para se efetivar a arrecadação da contribuição é exclusiva do INSS, que a realiza por meio da Guia da Previdência Social - GPS. Aplicando-se corretamente o Código de Pagamento no Campo 03 (exemplo: 2607) e a distribuição dos valores consoante as alíquotas corretas e aplicáveis nos Campos 06 (VALOR DO INSS) e 09 (VALOR DE OUTRAS ENTIDADES). De acordo com as diretrizes do INSS, os recursos arrecadados serão repassados diretamente para o SENAR. A data de vencimento da contribuição previdenciária rural é no dia 02 do mês seguinte à comercialização, prorrogando-se para o primeiro dia útil quando o dia 02 ocorre em fim-de-semana ou feriado bancário. Após essa data, haverá as incidências dos acréscimos legais, conforme a lei e as instruções do instituto previdenciário.
tradição baseada no conceito de “capital humano”, e de acordo com as estratégias de desenvolvimento regional, instituem-se empreendimentos associativos e/ou cooperativados, baseados na autogestão, no que se define e identifica como um Arranjo Produtivo Local (APL), visando à geração de ocupação e renda na população objetivo.

1.2.6 Banco do Brasil

Entre as principais funções do banco estão: a intermediação financeira; o satisfatório atendimento das expectativas dos clientes e acionistas; além do compromisso de fomentar o desenvolvimento econômico do país.

Na Paraíba, particularmente, avaliando a atuação do banco no apoio e reconhecimento aos APLs paraibanos, pode-se constatar que o banco participa dos comitês dos APL identificados pelo SEBRAE/PB. Além do apoio financeiro através da forma de crédito com taxas reduzidas e prazos mais alongados. O banco tem no estado o total de 1.110 funcionários, com apenas dois deles trabalhando com os APLs.

A atuação do banco junto aos APLs, antes de 2008, era feita apenas pelo apoio aos mini-produtores com um crédito que tinha prazos e taxas diferenciadas. Esses produtores na maioria das vezes estavam localizados em aglomerados urbanos ou rurais. Antes da atuação de fato com o conceito dos arranjos, o apoio era feito por alguns setores ou atividades produtivas da economia (produtores rurais, pequenas indústrias artesanais, serviços, etc.).


Inicialmente o apoio foi só ao APL de Tecnologia da Informação, o Farol Digital. Para a escolha dos APLs que seriam apoiados, a instituição leva em conta o critério de escolha do Sebrae e pelo Grupo de Trabalho Permanente

\[^{17}\text{A partir da entrevista ao Sr. Elinaldo Quirino Leal.}\]
\[^{18}\text{Dados de 2009}\]

1.2.7 Caixa Econômica

A Caixa econômica Federal (CEF) é uma empresa de natureza mista da esfera Federal, que tem por objetivo a intermediação financeira, o crédito e o fomento econômico. Além de atuar como banco convencional a CEF tem uma forte atuação na área social, sendo a empresa executora dos principais programas sociais do governo que têm foco na população de baixa renda.

Desde sua criação, a Caixa rapidamente passou a ser procurada pelas camadas sociais mais populares e desenvolveu-se ao longo do tempo sem perder o caráter social. Conforme os termos do Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969, a Caixa passa a ser a Caixa Econômica Federal (CEF), uma instituição financeira sob a forma de empresa pública, vinculada ao Ministério da Fazenda, com prazo de duração indeterminado e atuação em todo o território nacional, podendo criar e suprimir sucursais, filiais ou agências, escritórios, dependências e outros pontos de atendimento nas demais praças do País e no exterior.

A instituição tem sede em Brasília, e tem por missão promover a melhoria contínua da qualidade de vida da população brasileira, intermediando recursos e negócios financeiros, atuando, prioritariamente, no fomento ao desenvolvimento urbano e nos segmentos de habitação, saneamento e infra-estrutura, e na administração de fundos, programas e serviços de caráter social, tendo como valores fundamentais:

- Direcionamento de ações para o atendimento das expectativas da sociedade e dos clientes;
- Busca permanente de excelência na qualidade dos serviços oferecidos;
- Equilíbrio financeiro em todos os negócios e mais;
- Conduta ética pautada nos valores da sociedade;
Respeito e valorização do ser humano.

Historicamente a CEF já atuava de forma a apoiar as micro e pequenas empresas dos setores de comércio, serviço e indústria. A instituição inicia a atuação focada em APLs no ano 2000 a partir de sua parceria com o MIDIC, trazendo para o seu portfólio também as empresas que fazem parte dos APLs, criando diferenciais competitivos nos produtos direcionados às empresas que fazem parte dos APLs.

A respeito do papel junto aos APLs, a instituição possui convênios de cooperação em nível nacional com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e com o Ministério da Indústria e Comércio (MDIC), propondo-se a apoiar os APLs existentes, quer seja conveniado através do MDIC ou, através do SEBRAE.

Na Paraíba, o número de pessoas ocupadas na instituição é de cerca de 700 pessoas, e não há distinção entre o atendimento aos APLs e ao restante do público, ambos os atendimentos passam pelos mesmos funcionários. A principal forma de apoio aos APLs se dá através da oferta de crédito, com taxas reduzidas e prazos mais elásticos.

A CEF conceitua os APLs como sendo um aglomerado de empresas localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantém algum vínculo de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e outros atores locais, tais como governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa.

A identificação de um APL se dá a partir do reconhecimento deste pelo SEBRAE e o MDIC e os APLs assim identificados foram os seguintes: Confecções em João Pessoa; Confecções em São Bento e Brejo da Cruz; Couro e calçados em Bayeux, Cabaceiras, Campina Grande, João Pessoa, Patos e Santa Rita; Tecnologia da Informação em Campina Grande. Destes, o APL que a instituição decidiu apoiar foi o de Couro e calçados.

Como critério de seleção, a instituição considera o grau de prioridade de cada APL, definido pelo GTP APL – Grupo de Trabalho Permanente do MDIC e pelo SEBRAE, sendo selecionado aquele que é considerado por estas

---

19 Tradicionalmente é o Banco do Brasil que apóia a atividade agrícola no país.
instituições como o mais prioritário. A forma mais freqüente de apoio aos APLs tem sido a oferta de crédito, tanto para investimento como para capital de giro, com condições diferenciadas dos bancos e instituições financeiras convencionais em relação principalmente, a taxas e prazos.

Ao longo do período não houve alteração na forma de apoio aos APLs, exceto adaptações costuméricas nos produtos, o que se trata de um aperfeiçoamento próprio da dinâmica econômica.

1.2.8 Fundação Parque Tecnológico da Paraíba (PARQTEC)

A Fundação Parque Tecnológico da Paraíba, criada em 1984, se constitui em um dos quatro primeiros parques tecnológicos do país, como uma instituição sem fins lucrativos voltada para o avanço científico, tecnológico e a promoção do empreendedorismo inovador do Estado. Desde sua criação, busca promover a articulação entre parceiros, entre as várias cadeias do conhecimento e as atividades produtivas que a instituição tem buscado novas formas de atrair e fixar competências.


Verificou-se\textsuperscript{20} que a missão da instituição consiste em “Promover o empreendedorismo inovador no Estado da Paraíba, apoiando a criação e crescimento de empresas de base tecnológica e de empreendimentos sociais, via a apropriação dos conhecimentos e tecnologias gerados nas Instituições de P&D e a inserção de produtos, serviços e processos no mercado, inclusive no exterior, contribuindo para o desenvolvimento do país”. (FUNDAÇÃO PARQUE TECNOLÓGICO DA PARAÍBA).

\textsuperscript{20} Com base em entrevista com Francilene Procópio Garcia, Diretora Geral da Fundação Parque Tecnológico.
A Fundação Parque Tecnológico da Paraíba, atua no fomento de apls desde os anos 90 e no processo de identificação e apoio utilizam como base setores estratégicos do Estado da Paraíba, utilizando para tanto o conceito apresentado pelo SEBRAE Nacional, cuja entidade estadual atua de maneira bastante próxima a esta fundação.

Ao longo dos anos, a instituição tem ampliado sua atuação, para dar suporte a projetos e programas do setor de Ciência, Tecnologia e Informação no Estado da Paraíba, através de parcerias firmadas com várias instituições. A forma de atuação em determinados segmentos tem ocorrido através da Incubadora Tecnológica de Campina Grande, do Núcleo de Inovação Tecnológica, do Centro de Produção Industrial Sustentável, do TecOut Center\textsuperscript{21}.

Além desses, cabe destacar o Programa Farol digital, originalmente desenvolvido pelo SEBRAE em 2005, em parceira com instituições ligadas ao segmento, no Estado. A iniciativa, busca promover a inovação e o fortalecimento do setor de TIC nas cidades de João Pessoa, Campina Grande, Patos e Cajazeiras, através de 82 empresas integradas além de parceiros que focados na idéia da cooperação voltada para o crescimento. Esse programa é apoiado pela Fundação PaqTcPB, voltado para a inovação e o fortalecimento do setor de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) por meio da difusão tecnológica e de acesso aos mercados regionais, nacionais e internacionais.

Outra iniciativa que merece destaque, dentro do campo de atuação da fundação consiste na REPARI- Rede Paraibana de Incubadoras, criada em 2003, com o objetivo de promover a atividades de inovação tecnológica; intercâmbio do conhecimento; apoio ao desenvolvimento de incubadoras, parques tecnológicos e pólos. (Fundação Parque Tecnológico da Paraíba).

A instituição tem atuação com foco em apls, sobretudo através da criação da Rede Paraíba de incubação de empresas, desde o ano de 2003, atuando através das seguintes incubadoras:

\textsuperscript{21} Centro pioneiro no Brasil voltado para a internacionalização de software, que prepara as empresas brasileiras do setor para penetrar no mercado chinês.
- **IACOC - Incubadora do Agronegócio da Caprinovinocultura do Cariri Paraibano**: localizada na cidade de Monteiro desde sua inauguração (novembro de 2004), resultante de uma ação conjunta entre SEBRAE Paraíba, Prefeitura municipal de Monteiro e Fundação PaqTecPB. Além da cidade de Monteiro, a incubadora envolve produtores de outros municípios, como: Sumé, Prata, Zabelê, Ouro Velho, Amparo, São João do Cariri e Cabaceiras. A forma de atuação consiste na viabilização da promoção de uma linha de produtos derivados do leite de cabra (SEMEAR), objetivando fortalecer e apoiar os produtores rurais e empreendedores locais da cadeia produtiva da Caprinovinocultura, para ampliação dos negócios;

- **ITCG - Incubadora Tecnológica de Campina Grande**: A ITCG é um Programa de Incubação de Empresas da Fundação Parque Tecnológico da Paraíba, pioneira nos países ao promover, em 1986, a criação de um ambiente como mecanismos que auxiliam na transformação de ideias em processos, produtos e serviços. Nestes quase 20 anos de existência, a Fundação PaqTcPB tem sido parceira da ITCG e dos novos empreendimentos que saem do processo de incubação com maiores chances de sucesso para competir e se manterem no mercado;

- **INPEDRA** - A Fundação Parque Tecnológico da Paraíba, juntamente com Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada e SEBRAE Paraíba implantaram no ano de 2005 a Incubadora de Artefatos Minérios e Afinis, voltada exclusivamente para o apoio à micro e pequenas empresas do setor. São oferecidos desde então, equipamentos e máquinas, suporte técnico, orientação de mercado, produção, design, realização de cursos de aperfeiçoamento e capacitação de profissionais.

- **IBMEL** - Incubadora de Beneficiamento de Mel e Derivados do Cariri Paraibano, implementada na cidade de Prata, é uma iniciativa de apoio a cadeia produtiva da apicultura na região, consolidada através do apoio do SENAR/PB. Essa incubadora busca desde sua criação, apoiar as associações de produtores locais no que se refere a capacitação, acesso a mercado, participação em feiras e exposições e acesso à tecnologia apropriada,
buscando atingir maior nível de qualidade e competitividade aos pequenos produtores.

– **INREDE** - Incubadora de Redes, implantada na cidade de Boqueirão, é uma iniciativa conjunta da Fundação Parque Tecnológico, da Prefeitura Municipal de Boqueirão e do SEBRAE-PB. O Paqtec tem atuado através desta incubadora através de empresas de prestação de serviços técnicos especializados, consultoria e treinamento em gestão do negócio de redes e artefatos afins, empreendimentos de turismo e ecoturismo.

- **INAC** – Incubadora de Artefatos de Couro e Calçados, localizada no Distrito da Ribeira em Cabaceiras, Paraíba, e atende também a empreendimentos em municípios e localidades vizinhas, sobretudo os municípios da Região do Cariri. A atuação da incubadora pode ocorrer através de empreendimentos residentes e prestar serviços técnicos de fabricação, apoio a comercialização e gestão empresarial às empresas e outras formas associativas de produção.

  De maneira geral, desde a implementação são focos de ações do parque tecnológico em relação aos apls: a orientação empresarial e elaboração de Plano de Negócios, informações tecnológicas e mercadológicas, registro e legalização de empresas e produtos, participação em feiras, treinamentos, cooperação com universidades e centros de pesquisa, cursos, capacitação e serviços de Gestão de Cadeia Produtiva.

**1.2.9 IEL – Instituto Euvaldo Lodi**

O Instituto Euvaldo Lodi – IEL, criado em 1969, cujo nome se deu em homenagem ao fundador da Confederação Nacional da Indústria- CNI na década de 1940, se constituindo numa instituição privada sem fins lucrativos, cujo objetivo maior implícito na criação do IEL – Instituto Euvaldo Lodi consistia essencialmente aproximar estudantes das linhas de montagem, através da criação de estágios supervisionados. Todavia, a partir de um processo de abertura comercial vivenciado pelo país nos anos 90, o IEL busca atuar de forma diversificada, de maneira a promover auxílio às empresas no que se
refere ao aperfeiçoamento da gestão, da inovação tecnológica e da modernização das práticas empresariais como forma de superar a defasagem tecnológica das empresas brasileiras.

O IEL-PB surgiu no Estado como entidade criada pelo Sistema da Federação das Indústrias do Estado da Paraíba, pelo Departamento Regional da Paraíba de Serviço Social da Indústria - SESI/PB e pelo Departamento Regional do Estado da Paraíba do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI/PB, constituído como uma sociedade civil de direito privado, sem fins econômicos, através de lei e estatutos, aprovados em dezembro do mesmo ano e que segue a mesma filosofia do IEL Nacional, no sentido de promover a integração da indústria com a Universidade no território do Estado da Paraíba.

Atualmente, a instituição conta com 22 funcionários e mais outras pessoas contratadas que atuam nos apls e tem atuado em projetos e programas que buscam contribuir para o aumento da competitividade e do desenvolvimento sustentável da indústria, desenvolvendo ações voltadas para promoção da integração da indústria e dos industriários com centros de conhecimentos, aprimoramento da gestão e da educação empresarial. Neste sentido, a missão do IEL consiste em “contribuir para a competitividade e o desenvolvimento da indústria paraibana, promovendo a interação entre as empresas e os centros de conhecimento, o aperfeiçoamento da gestão, a educação empresarial e a gestão da inovação”. (IEL – PB).

As ações de desenvolvimento empresarial do IEL/PB visam fortalecer a posição dos empresários de forma competitiva com a geração de valor. Assim, o IEL tem atuado objetivando a geração de resultados coletivos, através de trabalhos desenvolvidos em Arranjos Produtivos Locais (APLs), buscando contribuir com a dinamização e fortalecimento empresarial e regional.

Com base em entrevista a Superintendente do IEL da Paraíba, Kênia Samara Quirino, verificou-se que a atuação da instituição em arranjos produtivos começou efetivamente a partir do ano 2000, como estratégica da segunda edição do Programa de Apoio a Competitividade das Micro e Pequenas Empresas – PROCOMPI, criado pela Confederação Nacional da

---

22 A primeira edição do Procompi aconteceu no período 1998-2000, através da realização de 824 atividades, como palestras, seminários, cursos, consultorias e projetos específicos, em
Indústria (CNI), o qual consiste em um programa cujo objetivo, consiste em elevar a competitividade das empresas industriais de menor porte, por meio do estímulo à cooperação entre estas, à organização do setor e ao desenvolvimento empresarial e territorial.


Neste sentido, até 2005, os apls que efetivamente eram abarcados pelo programa eram o de Móveis, com empresas de Campina Grande e João Pessoa e a produção de redes de dormir, englobando as seguintes cidades: São Bento e São Bentinho, Brejo da Cruz, Paulista e Catolé do Rocha na Paraíba e Jardim de Piranhas, do Norte do Rio Grande do Norte, cujas ações se voltavam basicamente para capacitação e transferência de tecnologia.

Todavia, somente a partir do ano de 2006, na terceira fase do programa Procompi, que o IEL começou a atuar de maneira mais efetiva junto aos apls, desenvolvendo uma série de ações nos seguintes Apls:

- **Cachaça de alambique**, englobando os seguintes municípios: Areia, Duas Estradas, Guarabira, Conde, Sobrado, Paulista, Alagoa Grande, Alagoa Nova, Pilões, Mamanguape, Cruz do Espírito Santo, João Pessoa, Campina Grande e Alagoinha;
- **Confecções** (incluindo Algodão colorido e produção têxtil da cidade de Boqueirão);
- **Setor de Móveis** da região de João Pessoa, que engloba empresas de Cabedelo, Santa Rita, Bayeux e João Pessoa;
- **E, a partir de 2008,** foi incluído nas ações do IEL o setor de **Rochas Ornamentais e Minerais Não-Métalicos**, que envolve as cidades de João Pessoa e Campina Grande e o Sertão paraibano.

empresas, associações setoriais e sindicatos regionais, que já envolviam o IEL de alguns estados.
A partir de 2006, a atuação do IEL estadual junto aos Arranjos Produtivos tem ocorrido através da realização de diagnósticos setoriais, focalizando-se em estudos de maturidade empresarial, planos de marketing específicos para Apls, projetos de franqueabilidade, elaboração e gerenciamento de projetos de inovação tecnológica, consultoria empresarial, sobretudo no que se refere a comercialização e marketing.

Por exemplo, a criação e registro junto ao Instituto Nacional de Propriedade Intelectual da marca que divulga a cachaça de alambique do Estado, “a cachaça da Paraíba”, cuja divulgação maior se dá no período junino com a montagem do Pavilhão cachaça da Paraíba nos festejos realizados na cidade de Campina Grande, com a venda de bebidas das 15 empresas que fazem parte do arranjo, ação essa que vem sendo desenvolvida desde 2007.

Ainda no que se refere a ações do IEL em termos de propriedade intelectual, verificou-se sua atuação também no apl têxtil, especificamente sobre o algodão colorido, como forma de apoio às empresas e a própria cooperativa e da indicação geográfica deste algodão.

A identificação e as ações desenvolvidas pelo IEL Paraíba segue o conceito de apls desenvolvido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), segundo o qual:

“Os APLs são aglomerações de empreendimentos da mesma atividade que, por meio da cooperação entre os negócios e com a parceria de entidades de apoio e de pesquisa, conseguem gerar inovações e economia de escala, aumentando sua competitividade no mercado. As microempresas e empresas de pequeno porte que participam de APLs têm acesso facilitado a mão-de-obra, novas tecnologias, fornecedores e distribuidores.” (CNI, 2009).

Neste sentido, a superintendente do IEL-PB, aponta a atuação nos APLs como ações de aprimoramento de núcleos setoriais, cujos critérios de seleção e de apoio se dão através de setores estratégicos determinados pela Confederação Nacional da Indústria, juntamente com o SENAI e no Procompi com parceria com o SEBRAE. Dessa forma, as ações desenvolvidas pela instituição se dão essencialmente no setor industrial, mas no segundo
semestre desse ano o IEL ofertará um curso de capacitação de fornecedores, o que demonstra uma expansão nas ações desenvolvidas, abarcando outros agente que compõem a cadeia produtiva.

Além de seguir uma estratégia nacional, em termos de apoio a apls, outro elemento de considerável importância para o apoio aos apls se dá a partir da demanda de alguns programas, cujas principais necessidades se constituem numa maior qualificação para ampliar relações de comercialização, elemento de considerável importância para a instituição pelo ganho comercial e de produtividade proporcionado e a própria governança local.

Uma questão que merece destaque no que se refere as ações desenvolvidas, fundamenta-se na identificação de algumas dificuldades encontradas pelo IEL estadual na atuação junto aos APLs, como falta de pessoas capacitadas, sobretudo na área de gestão, sobretudo quando se trata da gestão da inovação, como elemento estratégico no mercado, pois muitas empresas não conseguem elaborar projetos para subvenção. Outra dificuldade reside no fato de que muitos instrumentos da política industrial do governo federal ainda não se encontram efetivamente disponíveis para micro e pequenas empresas e/ou estas tem dificuldades para utilizar estes instrumentos e as respectivas políticas de financiamento para eles, como é o caso de setores tradicionais da economia.

Por fim, cabe acrescentar que as ações desenvolvidas pelo IEL se dão através de parcerias com órgãos como a Confederação Nacional da Indústria, SEBRAE, Federação das Indústrias do Estado da Paraíba, Prefeitura municipal de Campina Grande, Banco do Nordeste, Governo do Estado da Paraíba, SENAI e na área de ti com parque tecnológico da Paraíba, cujas formas de cooperação se dão financeiramente e nas próprias ações desenvolvidas conjuntamente.

1.2.10 SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio as Empresas

Segundo seu estatuto social, o SEBRAE-PB é um “serviço social autônomo, instituído por escritura pública, sob a forma de entidade associativa de direito privado, sem fins lucrativos”. Os seus objetivos estatutários visam
“fomentar o desenvolvimento sustentável, a competitividade e o aperfeiçoamento técnico das microempresas e empresas de pequeno porte industriais, comerciais, agrícolas e de serviços, notadamente nos campos da economia, administração, finanças e legislação; da facilitação do acesso ao crédito; da capitalização daquelas empresas; da ciência, tecnologia e meio ambiente; da capacitação gerencial e da assistência social, em consonância com as políticas nacionais, regionais e estaduais de desenvolvimento e formação educacional do empresário“.
CAPÍTULO 2: ORGANISMOS RESPONSÁVEIS PELO APOIO A APLS NOS ESTADOS E POLÍTICAS DE APOIO IMPLEMENTADAS NA PARAÍBA.

Nesse capítulo serão descritas as formas de atuação dos órgãos que promovem ações para alavancar as atividades produtivas no estado da Paraíba diversas esferas, nacional, regional, estadual e municipal. As mesmas instituições citadas no capítulo um serão abordadas, contudo assume-se nesse tópico o marco temporal das ações realizadas a partir de janeiro de 2008. Nesse produto foram identificadas instituições que apóiam os APL’s da Paraíba, nas quais foi possível verificar documentos e aplicar uma entrevista com perguntas estruturadas a pessoas chaves que atuam diretamente com APL’s ou com o setor produtivo estadual. As entrevistas foram aplicadas em órgão localizados na Paraíba como o caso do Banco do Nordeste que atua regionalmente, como também em organismo de fomento local (municipal) como o caso da Sedusp, que apóia a atividade produtiva exclusivamente no município de João Pessoa. De acordo com o conhecimento tácito dos entrevistados, foi possível identificar os APL’s apoiados, identificados e em alguns casos os atores indicam possíveis APL’s que não são reconhecidos pelas instituições. Cabe destacar que as entrevistas e documentos coletados foram tratados em formato de texto, entretanto, no apêndice desse relatório estão disponibilizados as transcrições das entrevistas integra.

2.1. SEDESP

O reconhecimento institucional do termo “APL’s” começou a partir de 2008. O primeiro grupo que a secretaria trabalhou remetendo a este conceito foi o de “beleza” (referente a salões de cabeleireiras). Porém, o secretário deixa claro, em sua entrevista, que mesmo adotando conceitualmente o enfoque de APL’s não reconhecia o objeto de sua ação como estritamente pertencente a este conceito: “são todos arranjos que pretendem ser APL’s, eles ainda não são APLs”. Vale destacar que o entrevistado possui experiências anteriores de gestão e políticas voltadas tanto ao empreendedorismo, como para Arranjos
Produtivos Locais, já que o mesmo foi diretor do SEBRAE - PB e atuou também como técnico gestor de programas no SEBRAE Nacional.

A inclusão das pessoas ao projeto está organizada numa estrutura que se inicia com a realização das inscrições, em locais e períodos pré-determinados pela Secretaria de Desenvolvimento Sustentável de Produção (SEDESP). O banco de dados formado a partir das inscrições possibilita a seleção com base nas informações fornecidas pelo empreendedor. Depois acontece a seleção para capacitação, feita por meio de um curso de 16h de orientação para o crédito, que utiliza a metodologia (Best Game) um tipo de aprendizado lúdico adaptado para o público-alvo do Programa EMPREENDER-JP, promovendo assim o primeiro contato com o ambiente de competição. Após isto, são promovidas palestras sobre temas empresariais.

O plano de negócios é a última etapa da fase pré-crédito, onde os empreendedores elaboram, com o auxílio dos técnicos do programa, um plano de negócios simples onde o empreendedor programa suas atividades para os próximos meses ou anos, até o pagamento final do empréstimo. Depois de concluídos, os planos de negócios são formatados pela Secretaria Executiva do fundo EMP-JP e encaminhados ao Comitê Gestor, onde são analisados e encaminhados ao processo final de contratação em caso de aprovação.

A próxima etapa é a liberação de crédito, que acontece a cada mês e tem seus recursos oriundos do próprio fundo EMP-JP em parceria com um agente financeiro que se encarrega da cobrança. Existe ainda uma última etapa chamada de Pós-Crédito, que se trata de uma assistência prestada por agentes da PMJP/SEDESP, que através de consultoria acompanham os projetos evitando que venham a fechar precocemente. O fluxograma abaixo permite analisar mais detalhadamente o processo de cada etapa da Estrutura Organizacional:
2.1.1 Dados do Programa EMPREENDER-JP

2.1.1.2 Área urbana

Observando a tabela abaixo pode-se analisar em números a atuação do programa. Até Abril de 2009 foram capacitados 12.635 pessoas, uma proporção de mais de 63% do total de inscritos (19.974). Mais de 6.200 planos de negócios foram elaborados pelos participantes do programa, conferindo uma base mais sólida para que cada negócio pudesse lograr êxito. Os empréstimos concedidos foram, em média, no valor de R$ 1.637,38 por cada contrato, e o volume total de recursos emprestados no período somam mais de nove milhões.
O Cinturão Verde é o primeiro programa que se tem conhecimento, que incentiva à agricultura familiar da cidade de João Pessoa. Todos os inscritos neste programa recebem orientações sobre o cultivo de produtos orgânicos, o mesmo busca incrementar a produção de hortaliças nobres como a rúcula, coentro, cenoura, dentre outros.

Um dos instrumentos de viabilidade para comercialização dos produtos oriundos do Cinturão Verde é a Cooperativa dos Produtores Agrícolas de João Pessoa (Prohort / JP). A venda direta ao consumidor é realizada em boxes nos mercados públicos da capital, além da outra vertente de comercialização que é o fornecimento à escolas, hospitais e creches municipais, além dos supermercados. Pode-se observar que na área rural foram capacitados quase 100% (cem por cento) dos inscritos.
Tabela 02 - ATENDIMENTO A EMPREENDEDORES - RURAL

<table>
<thead>
<tr>
<th>RURAL (CINTURÃO VERDE-Recursos PRONAF)</th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>INSCRITOS</td>
<td>195</td>
</tr>
<tr>
<td>CAPACITADOS</td>
<td>194</td>
</tr>
<tr>
<td>PROJETOS PRONAF</td>
<td>193</td>
</tr>
<tr>
<td>VALOR TOTAL DOS PROJETOS</td>
<td>R$ 788.850,21</td>
</tr>
<tr>
<td>VALOR MÉDIO DOS PROJETOS</td>
<td>R$ 4.087,31</td>
</tr>
</tbody>
</table>

2.1.1.4 Dados gerais

Analisando as informações abaixo, podemos verificar que a quantidade de inscritos foi de mais de vinte mil pessoas, onde mais da metade passou para a etapa da capacitação, de onde foram gerados mais de seis mil projetos aprovados. Outro elemento importante é o valor médio dos empréstimos que é bem acima da média nacional, elemento de considerável importância, visto que se torna mais um ponto positivo para o Programa EMPREENDER-JP. A soma total de recursos emprestados no período é de mais de quinze milhões, o que revela o programa como mola propulsora para o desenvolvimento em João Pessoa, e como forma de sustentabilidade econômica local.

Tabela 03 - RESUMO DOS ATENDIMENTOS A EMPREENDEDORES

<table>
<thead>
<tr>
<th>RESUMO</th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>INSCRITOS ATÉ 23 de Abril de 2009</td>
<td>20.817</td>
</tr>
<tr>
<td>CAPACITADOS – Cursos e Palestras</td>
<td>11.247</td>
</tr>
<tr>
<td>PLANOS / PROJETOS CONTRATADOS</td>
<td>6.648</td>
</tr>
<tr>
<td>VALOR TOTAL</td>
<td>R$ 15.512.506,56</td>
</tr>
<tr>
<td>VALOR MÉDIO</td>
<td>R$ 2.333,41</td>
</tr>
</tbody>
</table>

2.1.1.5 Caracterização dos Dados Obtidos
Nos dados estatísticos por setor de atividade exercida, pode-se observar que o setor de comércio é o campeão no ranking de atividades exercidas pelos empreendedores do programa, em segundo lugar o setor de serviços, em terceiro lugar o setor de produção e por último o setor agrícola introduzido pelo Projeto Cinturão Verde, que é uma linha de crédito do EMPREENDER-JP destinada à área agrícola (ver figura 2).

Figura 03- PARTICIPAÇÃO DOS SETORES PRODUTIVOS ABARCADOS PELO PROJETO EMPREENDER-JP

A tabela abaixo mostra as atividades desenvolvidas pelos empreendedores formados no programa. No topo do ranking estão os setores de vestuário e alimentação, que representam quase 40% do total de atividades desenvolvidas.
Na tabela a seguir pode-se ver o impacto do programa em cada bairro. O maior volume de contratos são de empreendimentos estabelecidos no bairro de Mangabeira. Nota-se que o programa incide mais maciçamente justamente em bairros que careciam de desenvolvimento.

### Tabela 05 – ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO PROGRAMA EMPREENDER-JP POR BAIRRO

<table>
<thead>
<tr>
<th>Bairro</th>
<th>Contratos</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Gramame, Mussumago, Paratibe</td>
<td>167</td>
</tr>
<tr>
<td>Ilha do Bispo e Alto do Mateus</td>
<td>133</td>
</tr>
<tr>
<td>13 de Maio, R. dos Estados e R. dos Ipê</td>
<td>118</td>
</tr>
<tr>
<td>Expedicionários, Torre e Tambauzinho</td>
<td>118</td>
</tr>
<tr>
<td>José Américo</td>
<td>111</td>
</tr>
<tr>
<td>Jaqueirê</td>
<td>109</td>
</tr>
<tr>
<td>Manaira e Bessa</td>
<td>91</td>
</tr>
<tr>
<td>Total</td>
<td>4.482</td>
</tr>
<tr>
<td>Outros Bairros ou Comunidades</td>
<td>1.321</td>
</tr>
<tr>
<td>Total</td>
<td>5.803</td>
</tr>
</tbody>
</table>

2.1.1.6 Capitalização e Investimentos

Abaixo, podemos analisar a situação de capitalização e investimentos realizados pelo Programa Empreender-JP no período. A taxa de capitalização
é definida como um percentual que o Fundo EMP-JP deseja obter, para incrementar suas operações de microcrédito, visando à ampliação e fortalecimento do seu fundo rotativo, ou seja, o percentual de margem diz respeito ao objetivo de tomar a instituição sustentável, podendo assim proporcionar as outras pessoas a oportunidade de participar do Programa EMP-JP.

Tabela 06 - CAPITALIZAÇÃO E INVESTIMENTOS DO EMPREENDER-JP

<table>
<thead>
<tr>
<th>CAPITALIZAÇÃO</th>
<th>INVESTIMENTOS</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Contribuição 1.5%</td>
<td>9.648.266,65</td>
</tr>
<tr>
<td>Doação</td>
<td>253.660,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Retorno de Empréstimos</td>
<td>3.432.518,53</td>
</tr>
<tr>
<td>Aplicação Financeira</td>
<td>483.050,34</td>
</tr>
<tr>
<td>Custoio Operacional</td>
<td>244.047,23</td>
</tr>
<tr>
<td>Fundo Garantidor</td>
<td>105.569,93</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>TOTAL</strong></td>
<td><strong>14.167.112,68</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>Contratos de Empréstimos (5.946)</td>
<td>9.735.882,11</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>TOTAL</strong></td>
<td><strong>9.735.882,11</strong></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>SALDO DO FUNDO EMPREENDER-JP EM 26.05.2009</strong></td>
<td><strong>4.431.230,57</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

2.1.1.7 Parcerias

Na tabela abaixo pode-se observar em números a atuação das instituições que fazem parceria com o programa, e a importância destes parceiros no volume de recursos investidos. Os investimentos realizados por estes parceiros representam quase 40% do total de recursos investidos, e este percentual justifica a necessidade do relacionamento entre o programa e as instituições parceiras para que os investimentos se realizem em magnitude no mínimo suficiente para gerar um resultado eficiente.
### 2.2 Banco do Nordeste do Brasil - BNB

Em relação às suas ações junto aos chamados “grupos produtivos”, que reuniam produtores de uma mesma etapa produtiva, a grande diferença na atuação do BNB, após 2008, é a instalação do “fórum de governança”, um espaço para que todos os atores de uma mesma cadeia produtiva se reúnam e discutam seus problemas, seus gargalos e busquem em conjunto soluções.

Para fortalecer a economia e expandir a geração de emprego e renda na Região, o Banco do Nordeste investe na estruturação destas cadeias produtivas e em ações que vão além do financiamento. Para isso, conta com uma importante iniciativa: o Nordeste Territorial.

O Nordeste Territorial é uma estratégia que associa geração de negócios à organização de cadeias produtivas, visando aumentar a competitividade e promover inclusão social e econômica. A partir da construção de redes de negócios, inovação, difusão de novas tecnologias e apoio à governança, o BNB busca criar um ambiente favorável à integração e cooperação entre os empreendedores e parceiros.

Na Paraíba, o programa Nordeste Territorial, atua nos seguintes APLs:

1) Avicultura (Campina Grande e Guarabira);
2) Bovinocultura de Leite (Alagoa Grande, Cajazeiras, Campina Grande, Catolé do Rocha, Itaporanga, Patos, Pombal, Sapé, Solânea e Sousa);
3) Caprinocultura de Leite (Patos e Sumé);
4) Couro e Calçados (Campina Grande);
5) Fruticultura abacaxi (Guarabira, João Pessoa e Sapé);
6) Fruticultura Banana e Uva (Natuba – jurisdição de Campina Grande);
7) Fruticultura laranja (Matinhas – jurisdição de Alagoa Grande);
8) Fruticultura maracujá (Nova Floresta e Cuité – jurisdição de Solânea);
9) Saúde (João Pessoa e Patos);
10) Têxtil e Confecções (Cajazeiras, Catolé do Rocha, Itaporanga e Pombal)
11) Turismo (João Pessoa, Sousa e Sumé).

Estes projetos foram criados entre os anos de 2007 e 2009 objetivando contribuir para o fortalecimento das respectivas cadeias produtivas nas jurisdições das agências do BNB na Paraíba, elevando sua competitividade e promovendo a inclusão social dos atores envolvidos. Tendo como público alvo Produtores rurais de todos os portes, micro, pequenas, médias e grandes empresas componentes das cadeias produtivas acompanhadas. Vale destacar que o Nordeste Territorial é continuidade de outros trabalhos, os quais eram focados em grupos produtivos, que agora passam a focar as CADEIAS PRODUTIVAS, envolvendo em 2008 cerca de R$ 40 milhões com recursos do Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Nordeste (FNE), além de 20 agentes de Desenvolvimento.

O Banco atua nesse apoio em parceria com o Sistema S, o Governos Federal, Estadual e Municipal, as Universidades, as Empresas de Assistência Técnica e de Pesquisa, ONG’s, Associações, Conselhos, Sindicatos, entre outros, os quais cooperam com a capacitação, mobilização de atores, assistência técnica, Infra-estrutura, acesso a novas tecnologias, abertura de novos canais de comercialização, formação de rede de negócios.

Esses atores atuam em parceria, pois, segundo entrevista realizada, “a cooperação é fundamental para o fortalecimento das cadeias produtivas. No caso do BNB, uma instituição financeira, os retornos não-financeiros possuem uma dependência direta com as parcerias firmadas no desenvolvimento dos projetos”.
O resultado pretendido com essas ações é o fortalecimento das cadeias produtivas. No entanto, certos resultados já foram alcançados, tais como: Estabelecimento de Fóruns de Governança, Aumento na produção e na produtividade, Ampliação dos canais de comercialização, Disseminação de novas tecnologias, Capacitação da mão-de-obra, Acesso ao Credito, dentre outros.

2.3 Banco do Brasil

Entre o período que compreende o ano de 2008 e começo de 2009, a identificação dos APLs não teve nenhuma mudança significativa. Atualmente o Banco do Brasil atua junto aos APLs de cinco setores: Tecnologia da informação Campina Grande, calçados e afins, comércio varejista rede de móveis, moda estilo paraibano, móveis, esquadrias artefatos de madeira. Todos esses APLs apoiados possuem relevância, pois são realmente importantes para o desenvolvimento econômico e social do local. O entrevistado alegou não ter dados a respeito sobre quais APLs deveriam ter recebido apoio do Banco do Brasil, durante esse tempo.

Para que o APL seja apoiado deve haver encontros para a oferta de programas por parte dos atores dos APLs, além da própria demanda dos mesmos, que costuma ser por crédito. Para que esse apoio seja feito de uma maneira mais eficaz e abrangente o Banco do Brasil conta com o Sebrae PB, que auxilia principalmente na coordenação dos APLs, aproximando os agentes. A participação do Sebrae é de fundamental importância, pois sem ela seria difícil a viabilização dos projetos junto aos arranjos. Partindo desse ponto, foi possível verificar que o BB não encontrou tantas dificuldades de atuação, uma vez que a estrutura de apoio às micro e pequenas empresas (incluídos os APL) é adequada às demandas, e a parceria com o Sebrae também funciona bem. As dificuldades mais comuns se referem ao cumprimento da própria missão do banco que é a do fomento do crescimento dos APLs apoiados.
2.4 Caixa Econômica

Durante o período, a forma de identificar, apoiar, selecionar e priorizar APLs não sofreu alterações. Não houve novas identificações, permanecendo a mesma lista de APLs identificados no período anterior. Também não houve acréscimo no número de APLs apoiados, permanecendo o de Couro e calçados como o único. Conforme o julgamento do entrevistado existem APLs que deveriam estar entre os apoiados, como o de Tecnologia da informação em Campina Grande e os de Confecção, em João pessoa e em São Bento e Brejo da Cruz, e a instituição já estuda a futura inclusão destes nos APLs por ela apoiados. O entrevistado desconhece APLs que não estão na lista de identificados e que deveriam ser identificados como tal.

A principal forma de apoio aos APLs tem sido a oferta de crédito, tanto para investimento como para capital de giro, com condições diferenciadas dos bancos e instituições financeiras convencionais em relação principalmente, a taxas e prazos. A oferta através de encontros e materiais promocionais e demandas dos participantes são os elementos que desencadeiam o apoio cuja demanda principal por parte dos APLs diz respeito à assistência creditícia.

O parceiro principal apontado no apoio aos APLs foi o SEBRAE, que atua realizando plano de negócios, oferecendo treinamento capacitando, ou seja, fornecendo o apoio que o APL necessita para desenvolver com sucesso sua atividade e fazer uso eficiente dos recursos adquiridos na Caixa Econômica Federal. Sendo assim, a parceria com o SEBRAE é de importância fundamental.

Como principal desafio, a instituição considera a atualização dos funcionários a respeito de informações sobre os produtos específicos para os APLs, dificuldade devida a adaptação e inovação frequente no portfólio de produtos. As maiores vantagens do apoio são vistas no acesso ao crédito de pessoas que provavelmente não conseguiriam por seus próprios meios, bem como, à capacitação, informações, intercâmbio e ao desenvolvimento de uma visão mais ampla de negócios.

O objetivo da política adotada é gerar emprego e renda, fomentar o crescimento das empresas e assim, o crescimento do próprio Estado. Os beneficiários diretos são as micro e pequenas empresas formais com atuação
recente, porém forte, no segmento de médias e grandes. O programa é considerado como uma continuidade da própria estratégia da empresa de atuar voltada para o segmento de micro e pequenas empresas.

A CEF trabalha com recursos financeiros oriundos do seu próprio orçamento e também com recursos do BNDES. Os recursos humanos da instituição, na Paraíba, envolvidos no apoio são cerca de 40 (quarenta) gerentes, que realizam o atendimento à pessoa jurídica, entre as quais, estão as que são parte dos APLs.

Atualmente, a principal cooperação ao apoio continua sendo o SEBRAE. A motivação da cooperação, segundo a instituição, está na importância do apoio ao segmento fortalecendo-o para que desenvolva a sua atividade. Os resultados pretendidos são sempre o desenvolvimento, o crescimento das empresas, e a ampliação do crédito. Pode-se dizer que estes resultados são plenamente alcançados, e podem ser mensurados na observação do crescimento da empresa, tanto nos rendimentos gerados ao proprietário, como no volume de emprego gerado no decorrer do relacionamento com a instituição, que realiza também um acompanhamento do desenvolvimento da empresa tomadora de recursos.

Quanto ao APL apoiado (couro e calçados), a avaliação geral do entrevistado ressalta a oportunidade concedida ao empreendedor que possui um bom projeto, um negócio viável onde existe demanda, e que não dispõe de recursos necessários, justificando a necessidade de intermediadores financeiros que fomentem o crédito e disponibilize os recursos.

2.5 SENAR

O SENAR é uma instituição que tem seu foco de trabalho voltado para as cadeias produtivas, apesar de reconhecer e apoiar os APLs direciona seus programas, projetos e ações nas cadeias produtivas oferecendo produtos e serviços educacionais de capacitação profissional para o homem do campo, produtores e trabalhadores rurais, além de promover o desenvolvimento social através de atividades de formação tais como seminários e palestras. Em meio aos seus programas, projetos e ações o SENAR chega aos APLs por estarem relacionados de alguma forma as cadeias produtivas do meio rural.
Segundo entrevista realizada com o superintendente da instituição o Sr. Almiro de Sá a instituição conceitua APL, como sendo uma estruturação nos setores produtivos, normalmente de pequenos negócios, pequenas propriedades que se organizam para obter melhores resultados para aquele grupo ali reunido trabalhando com interesses econômicos. No entanto, a instituição apenas reconhece como APL os arranjos mais estruturados, com elevado nível de organização e articulação tanto com a própria cadeia através de associações, sindicatos, cooperativas quanto com outros setores e inclusive o setor político local, onde a cooperação é o arcabouço das relações entre os atores. Por esse motivo, reconhece de fato como APL apenas a Caprinocultutura do leite localizada no Cariri, sendo as demais atividades apenas cadeias produtivas em fase de estruturação para se tornarem um APL. Pelo fato de a instituição estar voltada para as cadeias produtivas e os seus objetivos relacionados à formação profissional e social dos trabalhadores, produtores rurais e suas famílias, nenhuma alteração significativa ocorreu na forma com que atua junto aos APLs.

2.6 EMBRAPA

A Embrapa Algodão, situada na cidade de Campina Grande, trabalha com enfoque em atividade produtiva. Sua função primeira e, o motivo que ensejou a sua criação, era melhorar a cultivar do algodão bem como desenvolver tecnologias para melhorar o manejo, processamento, colheita, entre outras atividades. Com a crise vivenciada pela cultura do algodão, em função da praga do bichudo, a Embrapa Algodão passou a dedicar-se ao estudo de outras culturas, tradicionais no Nordeste, a saber: gergelim, sisal, amendoim e mamona. Abaixo se encontra um histórico de cada uma destas culturas (com exceção da mamona, tendo em vista que suas cultivares não foram desenvolvidas pela Embrapa Algodão, mas por outras instituições ou unidades da Embrapa).
2.6.1 Algodão

Conforme já foi mencionado, a Embrapa Algodão foi criada para promover melhorias na cultura do algodão. Assim, desde o início de suas atividades, o melhoramento genético do algodoeiro foi a principal atividade. Na década de 80, em detrimento da praga do bicudo, a instituição passou a investir de forma mais intensiva no desenvolvimento de variedades anuais de ciclo precoce como estratégia para a convivência com o bicudo. Na década de 90, passou a desenvolver pesquisas para a criação de cultivares de algodão adaptáveis às condições do cerrado brasileiro\textsuperscript{23}.

Desde 1997, a Embrapa tem lançado de uma a três cultivares de algodão por ano para o cerrado, que possui por volta da metade de sua área de algodão plantada com variedades da Embrapa.

Para a região Nordeste já foram desenvolvidas 11 cultivares de algodão branco. A aposta atual tem sido no algodão colorido como produto diferenciado para a região, produto no qual a Embrapa foi a pioneira no seu desenvolvimento, lançando a primeira cultivar em 2000, de cor marrom e, posteriormente a verde em 2003 e, safira e rubi em 2005. Todas estas cultivares foram obtidas através de melhoramento genético convencionais.

Sua pluma tem aceitação crescente no mercado pelo fato de sua adaptação as fiação modernas e, a redução dos custos de produção para a indústria têxtil em função de não necessitar do uso de corantes. A dispensa do uso de corantes também beneficia o meio-ambiente, que não será agredido pelo lançamento de efluentes químicos e tóxicos.

Para a agricultura familiar, uma importante tecnologia criada diz respeito à mini-usina de beneficiamento do algodão, que descaroça a pluma e, com isso agrega valor para o pequeno produtor.

\textsuperscript{23} A obtenção e distribuição da CNPA ITA 90 a partir de 1992 foi o marco para a consolidação da cotonicultura na região.
2.6.2 Algodão no Cerrado brasileiro

Conforme já visto, a praga do bicudo provocou grandes transformações na cultura do algodão no Brasil, transferindo para o cerrado brasileiro quase toda a produção de algodão. Para se ter uma ideia, o Cerrado brasileiro responde por 84% da produção de algodão, sendo o Estado do Mato Grosso o maior produtor. Um dos elementos impulsionadores à cultura do algodão nesta região se dá pelo fato desta figurar como alternativa à rotação com a cultura da soja.

Além disso, as condições de climáticas favoráveis e as terras planas permitem a mecanização total da lavoura, com o uso intensivo de tecnologias. Por esta razão a cultura do algodão no cerrado brasileiro figura como uma das mais produtivas no Brasil e no mundo, em áreas não irrigadas.

Em consequência do sucesso, as demandas são muitas e, a Embrapa vem participando ativamente na cultura algodoeira do Cerrado, por meio da geração e transferência de tecnologias. A cada ano é lançada no mínimo duas novas cultivares, com o desenvolvimento de novos sistemas de produção e de manejo integrado de pragas e doenças.

Como função secundária e, fruto também de demandas, a Embrapa ainda atua no acesso dos clientes a informações precisas que envolvem toda a cadeia produtiva do algodoeiro no cerrado.

Para se ter uma ideia das mudanças provocadas na cultura algodoeira no país basta considerar que até o início de 90, a produção de algodão brasileira concentrava-se nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste. Após este período as áreas de cerrado, principalmente na região Centro-Oeste, aumentaram substancialmente sua participação na produção de algodão.

Em pouco mais de uma década a região Centro-Oeste que representava menos de 10% da área de algodão cultivada no país, passou para 63%. Em 1990 o Centro-Oeste cultivava 123.000 ha (ou 8,8% da área de algodão do país), passando para 479.000 ha (63% do total da área) em 2002. Os Estados do Centro-Oeste com significativa participação na produção algodoeira são Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás. Produzindo algodão no Cerrado, com sistemas de produção semelhantes às do Centro-Oeste, destaca-se ainda dois estados da região Nordeste, que são a Bahia e o Maranhão.
Inúmeros fatores explicam o deslocamento da produção de algodão à região dos cerrados. Foram mencionadas as condições climáticas e o solo plano, que facilitam o uso intensivo de tecnologia. Além disso, pode-se destacar: a existência de uma demanda crescente pelo produto, causada dentre vários fatores pela própria queda na oferta (pelos motivos já ressaltados); o que sustenta o preço em um nível elevado. As políticas de estímulo dos governos estaduais, específicos a esta cultura.

Um fator determinante na atenção das instituições, governos e empresas dada ao algodão do cerrado consiste na sua produtividade. Para se ter uma ideia, enquanto na regiões Sul e Sudeste, a produtividade de algodão em caroço em 2002 foi 2.388 kg/ha e 2.448 kg/ha, respectivamente, a média do Centro-Oeste foi de 3.550 kg/ha, ou seja, aproximadamente 47% maior.

2.6.3 Algodão herbáceo na agricultura familiar

O cultivo do algodão herbáceo é predominante na região Nordeste, desde a época que o país era colônia de Portugal. Durante todo período em que o Brasil foi colônia de Portugal e nas primeiras décadas da industrialização (até a chegada do bicudo) o Nordeste era o maior produtor de algodão. Quando colônia, praticamente toda a produção era para a exportação e, depois da industrialização, exportava-se o excedente.

O Brasil já chegou a ter 3,5 milhões de ha de algodão plantados na safra 1973/1974, sendo a maior parte cultivada com algodão arbóreo, de produtividade consideravelmente baixa (150 kg/ha de algodão em caroço). A baixa produtividade era conseqüência de dificuldades ecológicas e a falta de adoção de tecnologias apropriadas. Por sua vez, neste mesmo período o algodão herbáceo possuía uma maior produtividade (de 844,5 kg/ha de algodão em caroço), ocupando uma área de 1.723,2 mil ha.

No Nordeste, em 1973/1974 o algodão herbáceo ocupava uma área de 809,1 mil hectares, na qual a Bahia possuía 36,9% da área plantada. A produção era feita em moldes tradicionais, pela agricultura familiar, isto é, baseada em pequena escala de produção e baixo padrão tecnológico.
Apesar da baixa produtividade, a cultura do algodão no Nordeste tem um caráter relevante, em função de sua adaptabilidade às condições edafoclimáticas da região e, mais importante ainda, como fator fixador de mão-de-obra, gerador de empregos e de matéria-prima, importantes ao crescimento econômico regional e nacional.

Diante do relatado pode-se aludir que a cultura do algodão tinha uma importância econômica e acima de tudo social, para a região Nordeste. Contudo, observou-se um declínio drástico na atividade algodoeira nordestina. Os fatores que levaram a esta perda drástica da participação do algodão nesta região foram: a praga do bicudo (que levou a uma destruição em massa das colheitas), concomitantemente a abertura do mercado brasileiro, com a facilitação da importação de fibras subsidiadas do exterior; os preços externos que eram subsidiados e as atrativas condições de financiamento externo do produto.

Os danos econômicos e sociais causados pelo desmantelamento da cadeia produtiva do algodão no Nordeste ultrapassaram as fronteiras da região e, invadiram toda a economia do país, pois teve como conseqüência a reversão do Brasil como um dos maiores exportadores de algodão, para a de maior importador.

Diante deste cenário, ocorreu o que já foi anteriormente relatado. Em meados dos anos 90 as lavouras de algodão deslocaram-se das áreas de cultivo em agricultura familiar das regiões Nordeste, Sudeste e Sul, para as áreas dos cerrados brasileiros do Centro-Oeste e Oeste da Bahia e o uso de novas práticas culturais.

Em contraposição a elevada produtividade do algodão verificada no cerrado, a produção do algodão herbáceo no semi-árido nordestino possui um rendimento médio de aproximadamente 950 kg/ha em algodão em caroço (na safra 2004/2005 a área colhida e a produção foi de apenas 75 mil hectares de algodão em caroço.

Comparando a produtividade média por hectare do algodão do cerrado com aquele cultivado no semi-árido nordestino, fica patente que se os objetivos das políticas econômicas se concentrarem em critérios meramente econômicos, o algodão do semi-árido tenderá a perder espaço quando da
elaboração/execução de projetos voltados ao melhoramento e desenvolvimento de novas cultivares e, de políticas para outras finalidades.

Inúmeros fatores denotam a importância de se investir na cultura algodoeira do Nordeste, sobretudo na do semi-árido, a saber:

a) A baixa produtividade;

b) As condições sócio-econômicas dos agricultores que vivem nesta região;

c) Como a cultura do algodão é tradicional na região do semi-árido, o conhecimento tácito, auxiliando na difusão de tecnologia e conhecimento acerca da cultura, potencializa seus efeitos;

d) A geração de empregos, principalmente pelo cultivo do algodão herbáceo pela agricultura familiar, que emprega pouca tecnologia;

e) O deslocamento da indústria têxtil para o Nordeste. O aumento da produção de algodão no Nordeste criaria sinergias e melhoraria as condições de logística, tendo em vista que a indústria que demanda este insumo está em grande parte na região em questão. Por exemplo, em 2005, no semi-árido nordestino, o cultivo de 75 mil hectares de algodão, resultou na ocupação direta de 25 mil trabalhadores.


Como o algodão consiste num insumo industrial, as operações de colheita, armazenamento do algodão em caroço e o beneficiamento, são fundamentais à obtenção de um produto de boa qualidade, necessário à produção pela indústria de tecido e linhas, a fim de competir no mercado internacional. A qualidade global do algodão envolve aspectos intrínsecos e extrínsecos.

Nos aspectos intrínsecos se podem destacar as próprias características tecnológicas da fibra (comprimento, uniformidade do comprimento, finura, resistência, maturidade, brilho, cor, elasticidade, aderência etc.), que por sua vez dependem, potencialmente, da cultivar e recebem influência do manejo
cultural e condições edafoclimáticas de cada região e da qualidade, que em último caso, envolve os aspectos extrínsecos. Assim, os aspectos extrínsecos são: as condições da colheita, do armazenamento e do beneficiamento. Então, a melhora da qualidade do algodão em seus aspectos intrínsecos e extrínsecos, constitui num grande desafio a ser constantemente superado.

2.6.4 Gergelim

A Embrapa Algodão, há 18 anos, passou a dedicar-se a pesquisa da cultiivar alimentar do gergelim. As pesquisas são nas áreas de melhoramento genético, manejo cultural, ecofisiologia e tecnologia de alimentos. Até o momento foram desenvolvidas três cultivares de gergelim: Seridó e G3, recomendadas para a região Nordeste e G4, adaptadas às condições do Nordeste e do Cerrado goiano.

Como resultado das pesquisas foram geradas várias tecnologias, especialmente para a região Nordeste, envolvendo cultivares, espaçamentos e configurações de plantio, consórcios, fórmulas de adubação, herbicidas e suas dosagens, controles de pragas, máquinas simples para semeadura e desenvolvimento de receitas alternativas para confecção de produtos alimentícios.

É válido ressaltar a importância social que a cultivar do gergelim possui em função de suas características de tolerância à seca, facilidade de manejo e obtenção de sementes com teores de óleo superior a 50% de elevada estabilidade química com aplicações nas indústrias alimentícias e óleo química, e de forma potencial à produção de biodiesel.

O gergelim foi introduzido no Brasil pelos portugueses (século XVI) e, é plantado tradicionalmente na região Nordeste, para consumo local. Há 60 anos o gergelim vem sendo explorado comercialmente, basicamente pelo Estado de São Paulo, a fim de atender ao segmento agro-industrial de óleos e de alimentos in natura.

A semente do gergelim é de grande valor nutricional, pois é importante fonte de óleo comestível e largamente usada como tempero. O teor do seu óleo possui de 46 a 56% de excelente qualidade nutricional, medicinal e comestícia, sendo rico em ácidos graxos insaturados, como oléico, linoléico e apresenta
vários constituintes secundários que são fundamentais na definição de suas propriedades química, como o sesamol (com propriedades antioxidantes, conferindo maior resistência do óleo à oxidação), a sesamina e a sesamolina.

A importância social do gergelim é relevante pelo fato do cultivo se dá em sistemas de produção de pequena escala, que utilizam mão-de-obra familiar e geralmente é consorciado com milho, feijão ou caupi e servindo de fonte alternativa de renda e alimento. Além do mais, conforme já foi mencionada a exploração da cultura é vantajosa pelo fato de exigir práticas agrícolas simples e de fácil assimilação.

No mercado externo esta cultivar tem importância econômica e social significativa e sua cotação é alta no comércio internacional. Associado a isto, é possível aumentar a área cultivada, mantendo o nível de produtividade, com vistas a exportar o excedente ganhando espaço no comércio internacional.

A participação do Brasil na produção mundial é ínfima. Enquanto a produção mundial é estimada em 3,16 milhões de toneladas, obtidas em 6,56 milhões de hectares, com produtividade de 481,40 kg/ha, a produção brasileira é 15 mil toneladas produzidas em 25 mil hectares e rendimento em trono de 600 kg/ha (FAO, 2005).

Metade da produção mundial é cultivada pela Índia e Myanmar. No Brasil o cultivo do gergelim é feito na maioria dos estados nordestinos, em São Paulo, Mato Grosso, Minas Gerais e Goiás (maior produtor).

Como a produção é feita em grande parte por pequenos agricultores, a comercialização da oleaginosa é bastante pulverizada e os produtores enfrentam vários problemas para levar o produto até o mercado consumidor.

2.6.5 Sisal

A Embrapa Algodão trabalha no melhoramento da cultivar do sisal, por meio do desenvolvimento de novos sistemas de produção e no controle da doença do apodrecimento do caule do sisal. A Embrapa Algodão recomenda que o plantio do sisal seja consorciado com culturas anuais, caprino e

---

24 No setor industrial, existem algumas firmas compradoras tradicionais, como a Istambul e a Sesamo Real, ambas de São Paulo, e outras pequenas empresas como a COOPERNUT e a Produtos do SOL, na Paraíba, que processam o gergelim para a produção de concentrados protéicos e fazem esmagamento para obter óleo vegetal.
ovinocultura, que podem ser alimentados com algumas partes do sisal. Para que o sisal sirva de fonte de alimento animal a empresa desenvolveu a peneira rotativa, que separa a bucha de sisal da mucilagem, sendo esta última a parte que ser empregada como fonte de alimentação animal.

A Embrapa Algodão estimula ainda o pequeno produtor a empregar a fibra do sisal no artesanato, como forma de agregar valor ao produto. O Brasil é o maior produtor anual de sisal, com uma produção anual de cerca de 140.000 toneladas, sendo utilizado na confecção de cordas, tapetes, sacos, vassouras, artesanato, acessórios e também como componente automobilístico.

A cultura do sisal é fundamental na geração de renda e emprego para a região Nordeste. Emprega um contingente de 800 mil pessoas e proporciona divisas aos Estados da Paraíba, Bahia (que detém 95% da produção nacional da fibra) e Rio Grande do Norte. É cultivada em regiões destes Estados onde há grandes restrições à exploração de outras culturas, tendo um papel fundamental na fixação do homem no campo.

Apesar disto, o baixo valor pago pela fibra, associado à concorrência com os fios sintéticos, ao alto custo de produção, a falta de máquinas modernas para a colheita, a longos períodos de estiagem e, sobretudo ao fato de ser aproveitado apenas 3 a 4% do total da planta, referentes à porção da fibra; têm contribuído para o declínio na área plantada e na produtividade (que já é baixa).

Mas, o que se deve ser levado em consideração é o papel social que a cultura do sisal desempenha ao semi-árido nordestino, com poucas opções à agricultura. Muito poucas culturas se adaptam às condições climáticas do semi-árido do Nordeste. Assim, não resta muitas opções de culturas que possam ser economicamente rentáveis e vantajosas para a área em questão, daí a importância de garantir a continuidade da cultivar do sisal. Para tanto, é necessário desenvolver estudos a fim de promover o progresso tecnológico.

A comercialização do sisal é formada por uma cadeia intermediária. Assim, o produtor normalmente vende sua colheita para o proprietário do desfibrador (motor de processamento do sisal). Por sua vez, o proprietário do desfibrador estabelece uma relação financeira com um intermediário que financia todas as despesas com o desfibramento e transporte, em troca da entrega da fibra bruta. Este intermediário pode comercializar a fibra bruta ou
ainda dar continuidade a cadeia, beneficiando-a em sua batedeira para depois negociá-la à indústria ou ao exportador.

2.6.6 Amendoim

Outra cultivar alimentar pesquisada pela Embrapa Algodão é o amendoim. Para o amendoim foram desenvolvidas as cultivares BR1 (propícia para as condições de sequeiro), BRS 151L7 (precoce, produtiva e adaptada ao cultivo em clima semi-árido) e BRS Havana (película creme, ciclo curto, alta produtividade e tolerância à seca).

Além do desenvolvimento das cultivares acima mencionadas, a Embrapa Algodão aperfeiçoou ainda equipamentos para auxiliar os pequenos produtores no beneficiamento de amendoim. A descascadora manual, que possui capacidade para beneficiar 75 kg por hora, com perdas abaixo de 5%.

Desde a década de 90, a empresa desenvolve tecnologias voltadas para o agronegócio da região Nordeste, trabalhando com culturas alimentares como forma de oferecer aos produtores regionais uma alternativa econômica de cultivo e que tenha relevante valor alimentar.

A tecnologia empregada e a forma de desenvolver o cultivo do amendoim mudam entre o Estado de São Paulo e o cerrado em relação à região Nordeste. No Estado de São Paulo e no cerrado emprega-se o uso de cultivares de porte rasteiro e mecanização das operações de plantio e colheita, o que reflete numa maior produtividade. Neste caso o amendoim é cultivado em rotação ou em segunda safra, com parte da produção exportada ou destinada à indústria de alimentos.

Na região Nordeste o sistema de produção típico é o de agricultura familiar, com pouco uso de insumos ou mecanização e, os principais produtores são Bahia, Sergipe, Ceará e Paraíba. A região Nordeste é o segundo maior pólo consumidor de amendoim do Brasil, mas apenas uma pequena parte desta demanda é atendida pela produção local (de aproximadamente 10.000 t por ano). Demonstrando nesta cultura uma fonte potencial de geração de renda e emprego para esta região, tendo em vista que um dos requisitos indispensáveis ao desenvolvimento de uma atividade econômica é a existência de mercado consumidor.
O trabalho da Embrapa Algodão tem atendido, basicamente, a demanda de pequenos produtores dos Estados nordestinos, com vistas ao desenvolvimento de cultivares adaptadas, resistentes a doenças e à seca, de ciclo precoce, para comercialização no mercado de consumo de grãos in natura.

Contudo, não sendo diferente das demais culturas, a produtividade considerada isoladamente, não é suficiente para garantir a sustentabilidade da cadeia agrícola de qualquer produto. Assim, o desenvolvimento de tecnologias que conciliem produtividade, qualidade e segurança são indispensáveis.

O amendoim é considerado pelos produtores como uma cultura que proporciona boa remuneração, pois é cultivado praticamente sem a utilização de insumos, em cultivos convencionais ou consorciados com milho. Contudo, sua produtividade quando comparada com a do cerrado e da do Estado de São Paulo é muito menor.

Em termos produtivos, a produção do amendoim é advinda, em maior escala, da região Sudeste, seguida pelo Centro-Oeste e Nordeste. O Estado de São Paulo é responsável por cerca de 80% da produção nacional.

No Nordeste a comercialização é feita por meio de atravessadores que podem comprar o amendoim verde, para atender ao mercado de amendoim cozido. Quando o amendoim é colhido seco, a comercialização é realizada por intermediários na comunidade, que repassam para outros atravessadores que comercializam o produto no mercado local ou em Estados circunvizinhos.

2.7 SENAI

Depois de 2008 algumas diferenças são percebidas na forma de tratar com os APL´s. Por exemplo, o APL de têxtil-vestuário era visto como um setor de confecções sem nenhuma interligação com a cadeia têxtil, com a cadeia da moda e do calçado. Hoje se nota uma aproximação dos APL´s nos pontos em que eles podem se fortalecer conjuntamente. Assim, descobriu-se que o APL de calçados tem uma estreita relação com o de têxtil-vestuário, de forma que quanto mais eles se aproximarem no que diz respeito à prospecção da moda mais eles ganham.
A percepção da instituição é de que antigamente quem estava fazendo vestuário não enxergava o calçado e, vice-versa. Deste modo, quando o produto chegava ao final da cadeia o consumidor comprava um sem levar o outro. Recentemente tem sido diferente, o consumidor consegue levar os dois produtos dos dois APL’s, com o perfil que deseja. Isso é novo e amplia a perspectiva em direção ao conceito de complexo produtivo, pois envolve duas cadeias produtivas distintas, que se cruzam em suas etapas finais (distribuição e comercialização) e se relacionam enquanto cadeias da categoria “bens-salário”.

Os critérios para o apoio são definidos a partir da vocação de cada região: produção, geração de riquezas naturais, grau de investimento e empreendimento verificado, a questão social no sentido de geração de emprego. Portanto, o APL já deve ter uma certa estrutura. Por exemplo, o de bens de capital já apresentava uma organização, de forma que a instituição o ajudou a se estruturar melhor.

Todas as mudanças na forma de apoiar são ditadas pelas necessidades de sobrevivência e de crescimento. Uma estratégia adotada pelo SENAI Paraíba consiste em eleger um Estado onde o setor é mais competitivo e tomar como parâmetro. Por exemplo, se o setor de calçados daqui não é tão bom quanto o do Sul, então se busca investigar qual o entrave (tecnologia, mão-de-obra, falta de novos materiais). Assim, se leva profissionais daqui para conhecer produções em outras regiões, a fim de fortalecer a competitividade, a partir da identificação de avanços em outros nichos de produção.

Neste sentido, no setor de calçados o parâmetro de competitividade era Minas Gerais, só que depois se viu que o Sul era a região mais adequada. No setor de minerais não-metálicos a base de comparação é o Espírito Santo e a Bahia. O referencial é determinado por um local que já tenha se destacado no determinado ramo.

No tocante ao apoio dos APL’s no Estado da Paraíba, a instituição acredita que há falta de união das instituições que promovem o apoio, mas acredita que cada uma dá uma contribuição importante, dentro de suas possibilidades e dos objetivos de sua existência.

Por exemplo, o SENAI oferece apoio em capacitação, assistência técnica e tecnológica, designer e inovação. Na visão da instituição o SEBRAE
tem um trabalho de organização, um pouco de financiamento para ações de estruturação e apoio à comercialização. As instituições de fomento têm linhas de financiamento específicas para APL’s, mas ainda insuficiente. A academia contribui com a geração de conhecimento, só que às vezes esse não é transferido na forma de “maximização da produtividade”.

Na visão do SENAI as principais demandas de apoio por parte dos APL’s são capacitação, financiamento, assistência técnica e tecnológica. E, na busca ao atendimento destas demandas seus principais parceiros são:
- O sistema indústria: FIEP (fortalecimento dos sindicatos), SESI (trabalha com o social, mais precisamente a educação básica), SENAI e IEL (relação universidade-empresa).
- O SEBRAE;
- O SENAR;
- As universidades (na parte conceitual);
- Os centros de pesquisa: Parque Tecnológico, FAPEP;
- As instituições de fomento, tais como: o Banco do Nordeste e a FINEP;
- O Ministério da Ciência e Tecnologia;
- O CNPq.

Com todas as deficiências que existem no trabalho com os APL’s, seja pelos erros na conceituação, seja pela falta de políticas elaboradas especialmente para estes, a instituição destaca as vantagens de atuar com base no enfoque de APL. Assim, dentre as vantagens listadas pela instituição destaca-se: a otimização dos recursos e do tempo, a rapidez no crescimento que por sua vez implica em competitividade.

Por outro lado, o maior desafio constitui em melhorar o sistema de cooperação entre as instituições que apóiam os APL’s para não haver sobreposição. Sendo assim, deveria existir sistemas regionais de apoio aos APL’s envolvendo todos os atores dessa grande cadeia.

A instituição defende que o planejamento para um APL seja feito em conjunto. Ainda nos desafios, destaca-se um problema que ultrapassa os limites da abordagem em APL, que consiste em produzir de forma sustentável, isto é, produzir sem destruir o meio ambiente e sem desperdício.
2.8 Parque Tecnológico da Paraíba

No período 2008-2009, a instituição deu continuidade às atividades já desenvolvidas anteriormente, fazendo uso do mesmo conceito que utilizava no período anterior. Todavia, além de auxiliar na capacitação de gestores, na criação e implantação de estratégias de desenvolvimento, na qualificação de mão-de-obra especializada e na difusão de inovações tecnológicas, sua atuação, através do programa Farol Digital, a partir de 2008, tem contribuído para dar acesso e visibilidade às empresas de Tecnologia de Informação e Comunicação paraibananas nos mercados regional, nacional e internacional, de maneira sustentável e competitiva.

Outro elemento inovador na atuação da fundação, iniciado em 2009, foi o programa Prime - Primeira Empresa Inovadora, com o objetivo de criar condições financeiras favoráveis para que um conjunto significativo de empresas nascentes de alto valor agregado possa ser inserido e consolidar-se no mercado com sucesso na fase inicial de desenvolvimento dos seus empreendimentos, o qual gera a perspectiva de ampliação considerável em termos de atuação institucional.

A atuação do Parque Tecnológico continuou com a metodologia de escolha de APLs por setores estratégicos do Estado da Paraíba (pelo PPA), objetivando desenvolver potencialidades locais, desde o desenvolvimento de ações nos setores tradicionais, até o setor de inovação tecnológica.

2.9 SEBRAE

Para 2009 são 19 os setores atendidos pelo SEBRAE no Estado sendo sete prioritários. Assim, a “Carteira de Projetos” está composta de 82 projetos e 21 atividades, totalizando 103 “projetos”. O SEBRAE/PB priorizou em 2009 atender 7 (sete) setores da atividade econômica e os correspondentes territórios, caracterizados por uma organização dos empreendedores e/ou empreendimentos de forma cooperativa, associativa ou com vínculos de parcerias, visando o fortalecimento do segmento como um todo. Segundo o mesmo texto do SEBRAE-PB, esta prioridade segue “uma tendência de todo o
Sistema SEBRAE de promover redes empresariais e os Arranjos Produtivos Locais (APL)." Esta afirmativa inicia uma sequência de situações em que o SEBRAE-PB parece indeciso entre abandonar sua cultura organizacional e elevado estoque de conhecimento tácito no apoio a empresas a partir de ações setoriais, e sua intenção local, ou orientação nacional, de tentar trabalhar com uma nova abordagem sistêmica: os APLs. A matriz abaixo exibe os setores e territórios de ação do SEBRAE, sem referências a APLs.

Figura 04 – SETORES E TERRITÓRIOS DE ATUAÇÃO DO SEBRAE PARAÍBA

Em termos de suas diretrizes estratégicas, de atuação finalística, o Sebrae-PB especifica:

1- Atuar, de forma local e setorial, em arranjos e cadeias produtivas nos territórios com potencial de geração de emprego, renda e inclusão social.
2- Atuar visando a promover o aumento da competitividade e os resultados dos MPE, por meio do acesso à inovação, à tecnologia, a mercado, a serviços financeiros, à informação e à educação empreendedora, enfatizando a implementação da Lei Geral e preservando o meio ambiente.
3- Atuar com grande ênfase em atendimento individual – presencial e virtual – usando instrumentos e parcerias que possibilitem multiplicar, sem perda de qualidade, a quantidade de empreendedores e MPE atendidos.

4 - Fortalecer parcerias com instituições públicas, privadas e do terceiro setor, com vistas a alavancar competências, conhecimentos, mercados e recursos para a implementação de ações de apoio às MPE.

5 - Atuar setorialmente em arranjos é perder a perspectiva sistêmica, fruto de uma visão efetivamente setorial e circunstancialmente associada a APLs.

O Sebrae-PB especificou um conjunto de 11 programas estratégicos, identificados na figura abaixo:
Percebe-se do mapa estratégico do SEBRAE-PB que a instituição tem clareza sobre as seguintes questões:

a) A importância do conhecimento tácito e da sua gestão da informação;

b) Da necessidade de manter a coerência interna de sua estratégia de ação (que tende a ser mais flexível), com sua estrutura organizacional (que apresenta rigidez no curto/médio prazo, mas pode ser alterada de forma descontínua) e sua cultura organizacional (que só pode ser
transformada em prazo longo, frequentemente associada à mudanças geracionais);
c) Há percepção que as ações e processos podem transbordar os limites territoriais do estado, exigindo articulação entre as unidades regionais;
d) O foco da ação está na ideia de “agregar valor” ao produto das MPEs; não está destacado no mapa estratégico nenhuma ação/estratégia/objeto vinculados a questões sociais, às condições de trabalho e padrão de vida dos trabalhadores ocupados nas MPEs. A referência ao “Brasil justo”, na missão do SEBRAE-PB, parece ser uma decorrência, suposta natural e automática, do sucesso no desenvolvimento do empreendedorismo das MPEs, o que indica uma crença no mercado como mecanismo de distribuição de renda e resolução de problemas sociais (ao menos em um mercado povoado por MPE competitivas e sustentáveis);
<table>
<thead>
<tr>
<th>Setores</th>
<th>Territórios</th>
<th>Padrão de Organização do Público-Alvo</th>
<th>Desafios para as MPE</th>
</tr>
</thead>
</table>
• Baixa produtividade.  
• Baixo acesso a novos mercados.  
• Produtos apícolas com pouca diversificação.  
• Baixo valor dos produtos apícolas.  |
| Caprinovinocultura | Cariri Paraibano, Curimataú/Seridó Espinharas/Sabugí.                        | coletivo                               | • Baixo acesso a novos mercados.  
• Limites no que diz respeito à organização dos produtores.  
• Baixa eficiência do sistema produtivo.  |
| Comercio varejistas | Borborema, Mata                                                                | coletivo                               | • Dificuldades na Gestão Empresarial.  |

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th>Oportunidades</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>• Aumento do número de apicultores associados produzindo regularmente e expansão do pasto apícola.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>• Adequação da infra-estrutura das unidades existentes (Casa do mel, ou Entreposto).</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>• Parcerias entre instituições, promovendo a utilização conjunta das unidades de processamento.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>• Melhoria dos produtos e da diversificação, passando a comercializar também a carne.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>• Formação de redes associativas visando o fortalecimento da cultura da cooperação.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>• Introdução do melhoramento genético, visando o aumento da produtividade e melhoria da qualidade do rebanho.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>• Existência de Técnicas e instrumentos</td>
</tr>
<tr>
<td>Setorial</td>
<td>Localização</td>
<td>Coletivos</td>
<td>Principais Desafios</td>
</tr>
<tr>
<td>----------</td>
<td>-------------</td>
<td>-----------</td>
<td>---------------------</td>
</tr>
</tbody>
</table>
| e prestação de serviços | Paraibana, Espinharas/Sabugí, Brejo Paraibano, Cajazeiras e Vale do Piranhas/Rio do Peixe. | • Pouco uso de Inovações Tecnológicas.  
  • Baixa Cultura Associativa.  
  • Oportunidades de mercado pouco exploradas.  
  | inovadores de gestão empresarial.  
  • Implementação de núcleos setoriais e de centrais de negócios.  
  • Realização de campanhas promocionais e encontros setoriais. |
| Leite e Derivados | Brejo, Espinharas/Sabugí e Vale do Piranhas/Rio do Peixe. | • Fraca governança local e pouca modernização da Gestão.  
  • Pouco investimento em Inovação e Tecnologia.  
  • Desestruturação de canais de comercialização  
  • Baixa eficiência produtiva | • Vocação em diversos municípios do estado.  
  • Prioridade para o governo estadual.  
  • Integração da cadeia produtiva.  
  • Ambiência favorável a superação das dificuldades no período de seca. |
| Tecnologia da Informação | Mata Paraibana, Borborema e Espinharas/Sabugí. | • Pouca retenção da força de trabalho especializada.  
  • Falta de políticas públicas efetivas para o setor e baixo engajamento de políticos em ações para o setor.  
  • Baixa percepção e exploração das oportunidades disponíveis no Estado. | • Implantação de incubadoras e geração de novos negócios em TIC.  
  • Prospeção de novos mercados no Brasil e no Exterior.  
  • Informatização das MPE nos demais setores econômicos.  
  • Integração aos Projetos Nacionais de fomento para o setor de TIC. |
| Artesanato | Mata Paraibana, Borborema, Espinharas/Sabugí, Brejo | • Pouca cultura da cooperação entre os artesão e instituições. | • Conquista de novos mercado por meio de práticas associativas; |
| Turismo | Paraibano, Cariri Paraibano, Curimataú/Seridó, Cajazeiras e Vale do Piranhas/Rio do Peixe. | • Baixa utilização de matéria prima regional e natural no processo produtivo.  
  • Ver o artesanato como negócio.  
  • Dificuldade de acesso a novos mercados.  
  • Pouca percepção do artesanato como patrimônio cultural e como segmento econômico gerador de renda. | • Inserção do design como forma de diferenciação nos produtos.  
  • Melhoria do processo produtivo.  
  • Participação em eventos para ampliação de mercado. |
| Turismo | coletivo | Mata Paraibana, Borborema, Curimataú/Seridó, Cariri Paraibano, Espinharas/Sabugi, Vale do Piranhas/Rio do Peixe, e Brejo Paraibano. | • Baixa otimização do uso dos espaços de feiras e eventos.  
  • Fraco envolvimento entre as entidades e pouca integração do trade turístico.  
  • Baixa qualidade dos serviços.  
  • Falta de aprimoramento da gestão empresarial  
  • Infra-estrutura básica inadequada para o turismo.  
  • Gestão ineficiente do patrimônio histórico, cultural e ambiental. | • Concentração de esforços na captação de eventos de pequeno e médio porte.  
  • Qualificação de gestores públicos, privados, técnicos e operacionais;  
  • Requalificação e modernização as atividades culturais.  
  • Existência de linhas de crédito diferenciadas para o setor.  
  • Disponibilidade de ponto de venda e comercialização da produção e serviços turísticos. |
Dessa maneira, observa-se que os APLs são pensados, pelo SEBRAE-PB, como uma forma mais ágil e rápida de apoiar um setor, pelo fato das empresas estarem reunidas em um determinado território e organizadas sob alguma forma de governança. Isso fica claro quando a instituição afirma que “um dos principais objetivos do SEBRAE/PB é promover o desenvolvimento das regiões em que se localizam os Arranjos Produtivos Locais (APL)”, bem como, quando explicita cinco critérios de seleção de APLs, dos quais dois falam explicitamente que um APL será apoiado se for um dos setores selecionados pelos Governos estadual e federal ou se for um “pólo empresarial”, ou seja, conceitos distintos e alternativos ao de Arranjo, enquanto os outros dois critérios são internos ao SEBRAE.

Também para o Sebrae-PB, a mobilização de capitais sociais existentes nessas regiões contribui para a melhoria da eficiência produtiva dos arranjos, a criação de uma competitividade cooperativa, maiores níveis de emprego e renda, e a participação consciente de atores sociais. O SEBRAE-PB indica que haveria doze APLs nos mesmos doze projetos setoriais que recebem apoio da instituição. Três são projetos APRISCO, que tem o critério territorial definido por microrregião natural e envolvem 50 municípios: APRISCO - Cariri Paraibano, APRISCO - Curimataú/Seridó Paraibano e APRISCO - Sertão Paraibano. Dois projetos são de apicultura, também com critério territorial e envolve 22 municípios: APIS no Curimataú/Seridó Paraibano e APIS no Semi-árido Paraibano. Na verdade, o APIS do sertão parecem referir-se a dois arranjos, pela distância entre os municípios. O Farol Digital - Mata Paraibana, Cachaça de Alambique no Brejo Paraibano, Floricultura na Mata e Brejo Paraibano, são projetos setoriais espalhados por regiões do estado. Enquanto o APL de móveis, esquadrias e artefatos de madeira localiza-se em João Pessoa e vizinhança, o APL de Minerais do Seridó Paraibano é totalmente contíguo e o APL Algodão Naturalmente Colorido, embora a produção do

---

25 Fortalecimento e consolidação de pólos empresariais;
Ser um dos setores prioritários da Política de Desenvolvimento do Governo Federal;
Integrar os Setores prioritários do Governo do Estado

26 Estarem de acordo com os princípios da Metodologia GEOR (Gestão Orientada para Resultados) e,
Contribuir para o alcance dos Objetivos Estratégicos do SEBRAE Nacional e do SEBRAE Paraíba.
algodão seja espalhada, é totalmente direcionada para Campina Grande, que articula as ações.

O SEBRAE Paraíba no desenvolvimento dos projetos faz a gestão compartilhada com os vários parceiros envolvidos nos APL, como por exemplo: UFCG; UFPB; UEPB; FIP; UNIPE; FACISA; PREFEITURAS MUNICIPAIS DAS VÁRIAS CIDADES ENVOLVIDAS; EMATER, EMEPA; BANCOS DO NORDESTE, DO BRASIL E CEF; CODATA; CEFET – PB; PAQTC – PB; FIEP/IEL; SENAI; AEBT; COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES EMPRESARIAIS E DE PRODUTORES, ETC..
Capítulo 3: O CONCEITO DE APLS: ASPECTOS TEÓRICOS E VISÃO DAS INSTITUIÇÕES.

3.1 Introdução

O assunto que move este trabalho trata do termo, o conceito e a definição de Arranjos produtivos locais. O termo é bastante recente, pois seu batismo ocorreu por volta de 1998, no âmbito de debate que envolveu pesquisadores acadêmicos, integrantes da Rede de Estudos em Sistemas Produtivos Inovativos Locais – REDESIST, grupo de pesquisa criado um ano antes, com sede no Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

Ao longo das discussões sobre o conceito de Sistemas Nacionais de Inovação, termo também recente na literatura internacional, àquela altura, pesquisadores brasileiros identificavam aspectos relevantes em questões territoriais mais afetadas à dimensão local que à nacional. Questionava-se, também, se o que se observava majoritariamente nas realidades de economias periféricas, em especial a brasileira, seria adequadamente representado pelo termo “sistema”, uma vez que as definições para este conceito pareciam demandar mais atributos que aqueles geralmente exibidos pela realidade local.

Para alguns, a maior parte dos territórios com atividade produtiva e inovativa, não se tratava de um “sistema” plenamente desenvolvido, dada a menor dimensão, a fragilidade dos atores e o caráter incipiente de suas relações, mas reconhecia-se a existência de algum “arranjo” entre produtores e destes com outros atores locais. Surge assim, da reflexão sobre a adequação teórico-conceitual para a abordagem de um fenômeno concreto da realidade econômica, o termo “arranjo produtivo local”.

Deste termo, que é cunhado pela insatisfação de acadêmicos brasileiros com um conceito originalmente desenvolvido para economias desenvolvidas, nasce uma nova abordagem para o estudo da realidade econômica, e com ela um período de intenso debate sobre o conceito e as distintas definições que surgem à medida que transborda da academia para as agências e instituições responsáveis pela elaboração de Políticas Públicas.
3.2 O termo, o conceito e a definição

A Ciência Política destaca a extrema necessidade de clareza e precisão no uso da linguagem para o debate de idéias, evitando-se confusões, mal-entendidos e subterfúgios retóricos que impeçam o avanço do conhecimento. Desta forma, procura-se esclarecer se o debate sobre o que se entende por “arranjo produtivo local” trata-se de diferenças nos termos usados para um mesmo conceito, um mesmo termo para designar conceitos distintos ou se realmente se trata de termos distintos para conceitos também distintos, em cujo caso, o debate tem sido inútil, pois a abordagem e o objeto de estudo são, simplesmente, distintos.

Um “termo” designa, através de uma expressão lingüística, um ou mais conceitos definidos em uma língua especializada. No caso do termo APL, esta língua especializada refere-se ao linguajar acadêmico da sub-área das ciências econômicas, no português falado no Brasil. É conhecida a afirmativa da economista Victoria Chick sobre a “falácia da mesma língua”, ou seja, de que para entender os conceitos contidos no livro “A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda”, escrito por Keynes, seria necessário entender o significado específico que os termos econômicos (tais como investimento, poupança e equilíbrio) eram compreendidos em Cambridge, Inglaterra, nos anos 1930, no âmbito do debate entre Keynes e “seus pares”.

Nem sempre o termo representa um único conceito, bem como, um mesmo termo pode referir-se ao mesmo conceito, mas sua definição muda radicalmente ao longo do tempo.

Em famoso manual de macroeconomia (Lectures on Macroeconomics), os economistas Blanchard e Fisher (1989) argumentam que, para a macroeconomia neoclássica pós “revolução das expectativas racionais”, uma trajetória temporal estocástica para o PIB passou a ser compreendida como um equilíbrio dinâmico, e não mais como desvios “em torno” do equilíbrio. O próprio Lucas (apud VERCSELLI, 1991) argumentou que o equilíbrio não poderia representar uma situação para a qual o sistema econômico “tenderia”, pois isto pressuporia a existência de situações de desequilíbrio e o método científico, na sua concepção, não poderia ser utilizado para explicar o comportamento
econômico racional em uma situação “fora do equilíbrio”. Basta relembrar que boa parte do debate teórico entre as correntes monetarista e keynesiana, no período pré-Lucas, tratava exatamente de se o desequilíbrio econômico seria duradouro o suficiente para que as Políticas Econômicas fossem eficazes no combate aos ciclos da economia.

Se assumirmos que existe uma relação de identidade entre conceito e termo, podemos usar estas expressões de modo intercambiável, visto que o termo denota o conceito e é sua forma física visível e manipulável. Usa-se o termo “arranjo produtivo local”, em língua portuguesa do Brasil, ou, mais simplesmente a sigla APL, como forma física, visível e manipulável de um conceito.

Um conceito é uma unidade de um corpo de conhecimento (como as ciências econômicas) constituída por características que refletem as propriedades significativas relevantes atribuídas a um objeto ou a uma classe de objetos e expresso comumente por signos lingüísticos. Desta forma, para adequadamente entender um conceito se faz necessário conhecer de que campo do conhecimento (científico ou não) ele se origina, quais os princípios metodológicos que este campo e a abordagem que segue adotam, de quais conceitos primitivos este deriva, entre outros aspectos.

Transpor, mecanicamente, um termo ou conceito de um campo do conhecimento para outro, quase certamente implicará em graves e incorregíveis equívocos teórico-metodológicos. Esta ação, de busca de compatibilização teórica entre diferentes abordagens, requer um esforço de mediação teórica, que envolve o nível de abstração, o objeto de estudo e a adequação do método.

O conceito pode ser chamado de objeto formal, pois não existe fisicamente como tal, são apenas constructos mentais, de forma que, entre os objetos reais de um lado e os signos lingüísticos de outro, não há relação direta. A relação é feita exatamente via conceitos. Desta forma, não é possível identificar, na realidade, arranjos produtivos locais a partir das “palavras” (signos lingüísticos) que descrevem, na língua escolhida, o conceito.

Esta descrição verbal do conteúdo de um conceito, de forma a distingui-lo de um outro qualquer é o que faz uma definição. Ao buscar descrever adequadamente um conceito, a definição pode ser intensional ou extensional.
Na definição intensional deve-se incluir o conjunto das características que constituem o conceito, as quais se referem às propriedades do objeto real que se deseja representar pelo conceito, e, ao mesmo tempo, suas representações mentais que se combinam para formar o conceito. Desta forma, a característica é, também, um conceito, usado para comparar, classificar e definir conceitos, determinar a escolha de termos e até, em alguns casos, para formá-los. É fundamental para a clareza conceitual que sua definição contenha exclusivamente as características mais importantes, ou seja, aquelas sem as quais o conceito perde seu significado.

Na definição extensional nomeiam-se os elementos da classe de objetos que o compõem ou a que se refere o conceito, entendendo-se classe por um conjunto de elementos que tem pelo menos uma característica em comum. Desta forma, ao se definir o conceito a que se referirá o termo APL, deve-se incluir as características comuns a todos os objetos reais que se deseja incluir na mesma classe de forma a que o conceito represente a totalidade da classe.

Analisando-se a extensão definicional de um conceito é possível estabelecer os tipos de relações e estruturar os conceitos num sistema genérico ou num sistema partitivo. Desta forma, é possível separar, dentro de um mesmo conceito, classes distintas de objetos, que possuem características comuns, fundamentais, e outras distintas, mas secundárias. Isto permite distinguir, por exemplo, os termos “arranjo produtivo” e “sistema produtivo”, mesmo que ambos façam parte do mesmo conceito genérico.

Assim, para definir o conceito correspondente ao termo APL se requer identificar e nomear as características relevantes e comuns a uma classe de objetos reais. Podemos, então, classificar as divergências teóricas entorno do termo APL nos seguintes casos:

a) Se as características coincidem (definição intensiva) e as classes e os objetos reais também (definição extensiva), mas os termos são distintos, trata-se do mesmo conceito, e as divergências se referem à disputa da primazia e prestígio dos autores na disputa da originalidade teórica;

b) Se as características nomeadas nas definições, por diferentes autores que utilizam o mesmo termo, não coincidirem inteiramente, trata-se de diferenças conceituais, mesmo que haja coincidência de objetos reais. Neste caso (mesmos objetos reais), o debate envolve a pertinência ou relevância, das
características incluídas ou excluídas, para os objetivos da análise. Caso os objetos também sejam divergentes, mas haja áreas de intersecção, trata-se de duas abordagens distintas, mesmo que próximas conceitualmente, e suas análises, portanto, necessariamente apresentarão divergências quanto ao domínio (espaco dos objetos reais) e efetividade (precisão analítica);

c) Se as características coincidem, mas os objetos e classes de objetos apresentam diferenças, podendo ou não haver divergência sobre os termos, há um problema conceitual em pelo menos uma das definições divergentes, de tal forma que uma ou mais características, não explicitadas na definição, permitem a exclusão ou inclusão de objetos reais, relativamente ao conceito alternativo. Neste caso, há necessidade de revisão teórico-metodológica por parte dos autores e uma das abordagens, ao menos, deverá ser modificada.

3.3 A História do Pensamento Econômico da abordagem de APLs

O conceito de APL deriva de um antecedente histórico e lógico, o conceito de Sistema Nacional de Inovação, desenvolvido por autores europeus (Freeman, 1987; Lundval, 1988) e norte-americanos (Nelson, 1992) tem como característica teórica fundamental a visão Sistêmica do Processo Inovativo.

O caráter sistêmico refere-se ao reconhecimento que nenhum ator econômico, isoladamente, domina todo o conhecimento (científico, técnico, prático, econômico, jurídico, etc.) necessário para gerar uma inovação. Que, portanto, necessitará obter informações a partir do conhecimento dominado por outros atores, o que exigirá interação, direta ou indireta, entre estes. Esta interação entre distintos atores envolvidos em uma mesma atividade (inovação) caracteriza uma relação sistêmica.

Esta relação permite que os integrantes do sistema desenvolvam aprendizados com vista ao desenvolvimento da inovação, o que necessariamente se dá ao longo do tempo e, portanto, a atividade inovativa, sistemicamente organizada, ocorre através de um processo temporal, que, em um sentido mais preciso, deve ser dito histórico, pois ocorre em um território e momento específicos.
A visão não-linear do processo inovativo resulta da superação da oposição entre a perspectiva incremental da dinâmica inovativa (Demand-pull), que via no mercado o indutor de melhoramentos progressivos nas tecnologias, com os preços relativos guiando os esforços de busca inovativa, e a perspectiva exogeinista, que via o progresso tecnológico como resultado de choques produzidos pelo desenvolvimento autônomo das instituições de pesquisa científico-tecnológica (Technology-push). Parte-se, portanto, do reconhecimento que ambos os elementos estavam presentes durante todo o processo inovativo, o que eliminava o aspecto unidirecional das duas abordagens, e, mais importante, que sendo sistêmico e histórico, o processo inovativo era permeável a avanços e recuos, com seus diversos elementos interagindo continuamente, de forma não-linear.

Sendo sistêmico e histórico, o processo inovativo envolve vários e necessariamente distintos atores, com diferentes capacitações, construídas ao longo do tempo de forma específica a cada ator, localizados em territórios diferentes, a abordagem de sistemas nacionais (e locais) de inovação necessariamente requer uma visão interdisciplinar, que englobe a geografia, história, cultura, política e tecnologias, além da economia.

Schumpeter (1991) é comumente referenciado como o autor pioneiro desta abordagem, uma vez que elaborou uma teoria do desenvolvimento, enquanto conceito distinto do de crescimento econômico, a partir de definições para novos conceitos referentes a termos conhecidos da literatura:

i) Empresário, definido por sua função de introduzir inovações na economia;

ii) Inovação, para ele um ato (não um processo) que consistia em novas combinações de elementos pré-existentes de forma a provocar descontinuidades na atividade econômica;

iii) Concorrência, como o processo permanente de disputa entre o novo (inovações) e o velho (estrutura pré-existente);

iv) Crédito, instrumento que viabiliza a função empresarial e sua oferta é a atividade que qualifica a função do capitalista;

v) Mudança Estrutural, identificada como característica fundamental do conceito de desenvolvimento econômico.
A caracterização schumpeteriana do desenvolvimento econômico, entretanto, era derivada da visão marxista quanto à dinâmica da economia capitalista. Schumpeter reconhecia em Marx a melhor compreensão sobre o funcionamento da lógica capitalista: sua motivação (o lucro), seu agente (empresário), o instrumento (inovação), o mecanismo (concorrência), os efeitos (crescimento das empresas), dos impactos (transformação da estrutura produtiva) e do seu resultado final (socialismo). Mas recusou o que para Marx era o combustível de toda esta engrenagem: a luta de classes. Para Schumpeter o desenvolvimento econômico beneficiava empresários, na medida em que viabilizava sua transformação em capitalistas, mas também os trabalhadores, enquanto consumidores em massa de novos e melhores produtos.

O conflito de interesses entre grupos, situados em posições distintas na hierarquia social, e que, assim, se motivam a estabelecer estratégias de preservação ou transformação do status quo, e que terminam por transformar a organização da sociedade pelo processo de desenvolvimento econômico é o ingrediente marxista que Schumpeter expurgou de sua análise e que a abordagem de arranjos produtivos resgatou, indiretamente, através da influência do pensamento estruturalista latino-americano, mais especificamente a partir de Celso Furtado.

O pensamento furtadiano, histórica e geograficamente enraizado na realidade latino-americana, deu características próprias a elementos conceituais desenvolvidos por Marx, Schumpeter e Keynes. Dos três apreendeu a necessidade da supremacia da indústria sobre os demais setores econômicos e a alavanca do crédito para expandir o investimento industrial e possibilitar o crescimento das empresas, setores e de toda a economia.

De Schumpeter a necessária transformação produtiva, através de inovações, e a crença na possibilidade de um futuro melhor através da criação de um mercado de consumo de massas. De Marx, o entendimento que este processo se dá através de conflitos entre grupos política e economicamente poderosos, mas em decadência, e outros em ascensão, mas ainda desarticulados e frágeis. De Keynes, aprendeu que o mercado privado, mesmo sob a motivação schumpeteriana e marxista do lucro, é ineficiente para manter
o sistema econômico em elevada atividade, o que seria de seu próprio interesse, cabendo ao Estado garantir seu bom funcionamento.

Assim, pela descrença na eficiência do mercado, o ator da mudança, em Furtado, passa a ser o Estado, sendo a empresa, privada ou estatal, seu instrumento de ação. A motivação deste ator deixa de ser o lucro e expansão individual e passa a ser o poder político e econômico nacional, refletido na melhoria social da população e na pujança de sua economia.

A concorrência schumpeteriana é usada como mecanismo de combate aos grupos de interesse que se opõem ao processo de desenvolvimento, seja pela criação de empresas estatais, seja pelo apoio financeiro público (BNDE, BNB, SUDENE) ao investimento industrial privado em regiões atrasadas, dominadas por oligarquias de base agrícola, como o Nordeste. O poder financeiro é usado para transformar a estrutura de propriedade, através das reformas agrária e urbana.

3.4 O Conceito de APL: uma definição

Neste ponto, é importante, antes de elaborar uma definição positiva, utilizar uma estratégica heurística negativa, ou seja, identificar o que não pode ser usado como objeto real ou classe exemplar ou única, na definição extensiva, para APLs. Assim, qualquer definição que especifique qualquer das formas abaixo como as características fundamentais e comuns de um APL estaria equivocada: um conjunto de MPEs; um aglomerado de MPEs; um cluster de empresas industriais; um aglomerado estruturado de empresas; um conjunto de empresas, de qualquer tamanho, de um mesmo setor produtivo; um conjunto de empresas apoiadas por governos/instituições; a cadeia produtiva de um dado produto; um distrito industrial; um conjunto de empresas, sejam estas MPE ou não, aglomeradas ou não, industriais ou não, apoiadas ou não.

O que seria, então, um conceito possível para APL? Partindo-se das características fundamentais e comuns, sua dimensão intensional, tem-se que: é um sistema complexo, composto por diversos atores, distinguidos por natureza (variedades) e posição hierárquica (assimetrias), auto-organizados em subsistemas (através de processos históricos), articulados entre si pelo seu papel na geração de valor econômico (sua lógica imanente), definindo o seu
território de ação, em permanente transformação estrutural, através de processos inovativos.

Em sua dimensão extensiva, o conceito de APL compreende: produtores de bens/serviços, fornecedoras de matérias-primas, insumos e equipamentos; distribuidoras e comercializadoras; trabalhadores e consumidores; organizações de capacitação de recursos humanos, informação, engenharia, P&D; apoio/promoção/financiamento; cooperativas, associações/sindicatos e demais órgãos de representação patronal, sindical ou outras.

O que estes “objetos reais” possuem em comum? A capacidade de se auto-organizarem sistemicamente, apesar de suas distinções de funções, natureza e posição hierárquica, articulados, em um dado território, no objetivo de gerar valor econômico, através da busca e introdução de inovações.

Percebe-se, portanto, que o objeto de análise não é tangível: não são as empresas, setores ou cadeias; não são os órgãos e as instituições; não são os territórios. O objeto de análise, portanto, é um processo caracterizado por “vínculos consistentes (ou frágeis) de articulação, interação, cooperação e aprendizagem voltadas a introdução de novos produtos e processos” (GLOSSÁRIO DA REDESIST). Este processo ocorre através da interação direta, entre os atores, e indireta, através de formas codificadas em que partes do conhecimento destes atores se materializou.

Este objeto possui um único conteúdo, pois trata da produção de conhecimento, fruto da atividade intelectual humana, e com uma lógica imanente: a geração social, mas com apropriação privada de valor. Seu único conteúdo, entretanto, possui várias formas, em parte dinâmicas, como o conhecimento tácito que se forma através de interações diretas (coletivas) e indiretas (individuais), e outra parte estática, materializada em bens (físicos ou não) e documentos e outras formas de registro.

Em sendo um processo, o objeto não se transmite, mas permite aprendizado e acumulação de conhecimento (subjetivamente) e dados (objetivos), portanto, pode ser parcialmente codificável, através do armazenamento, manipulação e controle, apropriação e uso dos dados, mas necessariamente diferenciando-se do conhecimento inicial, por conter, intrinsecamente, elementos tácitos, uma vez que se trata de uma atividade humana.
Assim, conclui-se que a confusão acadêmica e operacional em torno deste poderoso conceito pode ser esclarecida e eliminada por uma definição mais apropriada para o conceito de APL, que seja:

A) Teoricamente restrita em sua dimensão *intensiva* (há um modo de análise por APL);

B) Empiricamente flexível em sua dimensão *extensiva* (quase tudo pode fazer parte de um APL).

### 3.5 Análise dos conceitos adotados pelas Instituições

Para a SEDESP, percebe-se que há uma aceitação do termo APL, mas uma imprecisão quanto ao conceito, pois a análise do discurso do entrevistado revela que, para este, um APL exige a presença de outros elementos (tais como instituições de pesquisa e associações, e outros elos da cadeia produtiva), bem como, a observação de relações de cooperação mais intensas e uma governança clara e bem estabelecida. Reforça esta interpretação o fato do entrevistado ter sido diretor do SEBRAE - PB e atuado também como técnico gestor de programas no SEBRAE Nacional.

Da mesma forma, o BNB parece associar a necessidade de uma atuação para APLs a partir da percepção de que seus chamados “grupos produtivos” passam a se articular e cooperar, ao longo da cadeia produtiva, através do “fórum de governança”. Neste fórum, reúnem-se representantes do Sistema S, os Governos Federal, Estadual e Municipal, as Universidades, as Empresas de Assistência Técnica e de Pesquisa, ONG’s, Associações, Conselhos, Sindicatos, entre outros.

Segundo entrevista realizada, “a cooperação é fundamental para o fortalecimento das cadeias produtivas. No caso do BNB, uma instituição financeira, os retornos não-financeiros possuem uma dependência direta com as parcerias firmadas no desenvolvimento dos projetos”. O Sebrae-PB tem o papel de articular os APLs a serem apoiados pelo Banco, o que deixa implícito
que a tarefa de identificação ou, no mínimo, de chancela, cabe àquela instituição.

A Caixa reconhece a importância da dimensão coletiva, como facilitadora das estratégias empresariais, particularmente no acesso ao crédito, bem como, à capacitação, informações, intercâmbio e ao desenvolvimento de uma visão mais ampla de negócios. Mas o seu conceito para APL é derivado do GTP-APL e do SEBRAE, embora mais próximo daquele que deste, uma vez que não restringe a classe de objetos às MPEs, como o faz o SEBRAE. Assim, a Caixa relaciona APL à existência de um aglomerado de empresas localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantém algum vínculo de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e outros atores locais, tais como governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa. A identificação de um APL se dá a partir do reconhecimento deste pelo SEBRAE e o MDIC.

O SENAR parece entender que, embora os conceitos de cadeia produtiva e arranjos sejam distintos, estas estão inseridas naqueles, ou, alternativamente, as cadeias produtivas seriam uma etapa evolutiva antecedente à formação de um APL. Esta associação entre conceitos se dá através da ligação entre o operacional (sua ação efetiva sobre atividades econômicas integrantes de uma cadeia produtiva) e a compreensão de que, através dos seus programas, projetos e ações, chega aos APLs por estarem relacionados de alguma forma às cadeias produtivas do meio rural.

Explicitamente, a instituição conceitua APL como sendo uma estruturação nos setores produtivos, normalmente de pequenos negócios, pequenas propriedades (efeito provável da influência do SEBRAE) que se organizam para obter melhores resultados para um grupo de empresas/produtores, articulado em torno de interesses econômicos comuns. No entanto, a instituição apenas reconhece como APL os arranjos mais estruturados, com elevado nível de organização e articulação tanto com a própria cadeia através de associações, sindicatos, cooperativas quanto com outros setores e inclusive o setor político local, onde a cooperação é o arcabouço das relações entre os atores.
Por esse motivo, reconhece de fato como APL apenas a Caprinocultura do leite localizada no Cariri, sendo as demais atividades apenas cadeias produtivas em fase de estruturação para se tornarem um APL.

No que tange ao SENAI, depois de 2008 algumas diferenças são percebidas na forma de tratar com os APL´s. De uma abordagem setorial (como no caso de confecções) sem sequer trabalhar com a noção de cadeia produtiva (o que permitiria perceber o elo com o outro setor, o têxtil), migra-se para uma noção de “APL” identificado como de têxtil-vestuário, que estaria espalhado pelo Estado (João Pessoa, Patos, Campina, Catolé do Rocha), o que remete a uma associação entre APL e dois setores produtivos pertencentes a uma mesma cadeia produtiva, e, finalmente, a instituição consegue evoluir para uma visão em que percebe-se que o APL de calçados tem uma estreita relação com o de têxtil-vestuário, através da moda, o que permite desenvolver uma noção de cadeia que associa setores tecnologicamente distintos, mas que se encontram nas etapas finais de distribuição e comercialização, especialmente no que diz respeito à prospecção da moda.

Mas os critérios para o apoio são definidos de forma semelhante ao Sebrae: APL é algo “mais estruturado”, definido a partir do que se avalia como a “vocação de cada região”: produção, geração de riquezas naturais, o grau de investimento e empreendimento verificado, a questão social no sentido de geração de emprego. O exemplo dos bens de capital é típico: avaliou-se que este já apresentava “uma certa organização”, de forma que a instituição o ajudou a “se estruturar melhor”.

Dentre as vantagens da sua abordagem para APLs, destacam-se: a otimização dos recursos e do tempo, a rapidez no crescimento que por sua vez implica em competitividade. O maior desafio constitui em melhorar o sistema de cooperação entre as instituições que apóiam os APL´s para não haver sobreposição. Propõe a formação de “sistemas regionais de apoio aos APL´s” envolvendo todos os atores dessa “grande cadeia”, de forma que o planejamento para um APL seja feito em conjunto e que se consiga produzir sem destruir o meio ambiente.

. Além da parte de capacitação e assistência técnica e tecnológica, as ações para este “APL” diferenciam-se daquelas empreendidas para os demais
no tocante ao mercado, a parte de moda e de criação, usualmente não abordadas pelo SENAI.

Entretanto, há ainda outro APL vinculado à mesma cadeia produtiva, o do algodão orgânico (naturalmente colorido), mas que, diferentemente do anterior, tem sua abrangência limitada aos produtores de Campina Grande, pois se entende que se trata de uma matéria-prima distinta e uma estratégia de comercialização também diferenciada. Desta forma, para o algodão orgânico há projetos específicos e também foi criada uma unidade para dar suporte a esse “APL”. Criou-se os cadernos de tendências para a moda, com a função de agregar valor aos produtos e também de ampliar o mercado. Apoiam-se cooperativas nesta atividade, formadas pelos agricultores familiares e pelos confeccionistas.

Os critérios para o apoio são definidos a partir da vocação de cada região: produção, geração de riquezas naturais, o grau de investimento e empreendimento verificado, a questão social no sentido de geração de emprego. Portanto, o APL já deve ter uma certa estrutura. Por exemplo, o de bens de capital já apresentava certa organização, de forma que a instituição o ajudou a se estruturar melhor.

Com todas as deficiências que existem no trabalho com os APL´s, seja pelos erros na conceituação, seja pela falta de políticas elaboradas especialmente para estes, a instituição destaca as vantagens de atuar com base no enfoque de APL. Assim, dentre as vantagens listadas pela instituição destaca-se: a otimização dos recursos e do tempo, a rapidez no crescimento que por sua vez implica em competitividade.

Por outro lado, o maior desafio constitui em melhorar o sistema de cooperação entre as instituições que apóiam os APL´s para não haver sobreposição. Sendo assim, deveria existir sistemas regionais de apoio aos APL´s envolvendo todos os atores dessa grande cadeia.

Em relação ao Banco do Brasil, antes de 2008, de fato, o que havia era apenas apoio aos mini-produtores (com um crédito que tinha prazos e taxas diferenciadas) que, na maioria das vezes, estavam localizados em aglomerados urbanos ou rurais e classificados por setores ou atividades produtivas da economia (produtores rurais, pequenas indústrias artesanais, serviços, etc.), mas que eram identificados e conceituados como APLs através
da orientação da Diretoria de Micro e Pequenas Empresas, priorizando os arranjos definidos pelo Sebrae e pelo GTP APL e os que proporcionavam maior geração de trabalho e renda, sustentabilidade dos empreendimentos, preservação do meio-ambiente e o respeito aos direitos fundamentais do trabalho.

Inicialmente o apoio foi só ao APL de Tecnologia da Informação, o Farol Digital. Durante o período anterior a 2008, o apoio se deu sempre dessa maneira sem qualquer alteração.
CAPÍTULO 4 – APLS IDENTIFICADOS E APOIADOS

Com base nas planilhas construídas a partir das entrevistas e da base de dados secundários, é possível observar que, dos 223 municípios existentes no Estado da Paraíba, 117 destes apresentam APLs identificados e apoiados por algumas instituição. Entretanto, cabe destacar que, para vários destes não se tem uma adequada caracterização de um arranjo produtivo local. O SEBRAE aponta ações junto aos produtores de ovinocaprinocultura, cujas atividades se fazem presentes em 50 municípios, subdivididos em três territórios: curimataú/seridó (30), sertão (6) e Cariri (14). Não há, ainda, elementos suficientes para definir se esta divisão territorial, que simplesmente segue a divisão natural das microrregiões, estabelecida pelo IBGE, corresponde adequadamente aos limites dos APLs.

O fato é que se trata da aplicação de um projeto do SEBRAE, de nome APRISCO, que é um projeto setorial baseado nas seguintes ações: “Ação coletiva – por meio de núcleos, associações, cooperativas e condomínios de produtores e criadores. Inovação e tecnologias – difusão, reaplicação e transferência de tecnologias sustentáveis para o setor. Boas práticas, certificação, metrologia e embalagens. Gestão e Capacitação – domínio dos processos, aprendizagem contínua e planejamento participativo. Produção sustentável – definição de sistemas e métodos de produção, simulação de resultados, manejo básico e boas práticas em ovinos e caprinos. Governança e coordenação – articulação e tratamento de interesses dos principais atores da cadeia produtiva por meio de câmaras setoriais, comitês, fóruns e outras instâncias consultivas e deliberativas, locais, territoriais e regionais com poder público e iniciativa privada. Inteligência Competitiva Setorial – processamento sistemático e ético por meio da identificação, coleta, tratamento, análise e disseminação da informação estratégica para as organizações do setor, viabilizando um melhor processo decisório aos produtores, agentes e empresas.
Figura 06 – MAPA DOS APLS IDENTIFICADOS E APOIADOS NO ESTADO DA PARAÍBA
Com base no Mapa dos APLs identificados e apoiados no Estado, fica claro que são ações setoriais, onde os municípios que concentram maior quantidade de atividades identificadas por instituições como APLs são os municípios de João Pessoa, com nove arranjos, e Campina Grande, com sete APLs. Chama atenção o fato de serem atividades de quatro serviços (software, beleza, alimentação e minimercados), dos nove APLs de João Pessoa e três (varejo de móveis, serviços de informática e Farol digital) dos sete de Campina.

Outro aspecto que se destaca refere-se ao apoio institucional dado a esses APLs convencionando destacar a expressiva participação do SEBRAE, seja através de políticas e ações individuais ou estabelecendo relações de cooperação com outras instituições, de maneira que suas ações abarcam 115 dos 117 municípios que tem APLs identificados e apoiados.

Dentre os APLs não apoiados as instituições entrevistadas identificam 9 APLs inseridos em 13 municípios, dos quais é possível observar que o IPEA destaca quatro destes, seguido pela Caixa Econômica Federal que identifica três APLs que não são apoiados pela instituição.
Figura 07 – MAPA DOS APLS IDENTIFICADOS E NÃO APOIADOS NO ESTADO DA PARAÍBA
CAPÍTULO 5: OS DEMAIS ARRANJOS NÃO APOIADOS

5.1 Os arranjos não incluídos em listagens/mapas estaduais de APLs – “não” identificados/vazios na Paraíba

Em quase todas as instituições pesquisadas pode-se notar certo padrão de comportamento com relação ao reconhecimento e aos critérios de escolha no apoio a APLs. Em geral, assume como norteadores das ações o GTP-APL e o SEBRAE na ordenação de APLs prioritários, porém, nenhuma delas se reconhece como integrante dos APLs paraibanos nas entrevistas, os representantes das instituições apenas relevam o apoio institucional.

Poucos dos entrevistados indicaram, segundo suas opiniões, APLs não identificados que deveriam ser reconhecidos como tal. Indicaram possibilidades apenas o BNB e a Sedusp (ver todas as entrevistas), o entrevistado desta última percebe como APLs não identificados o da agricultura orgânica, o de vestuário, o da beleza, o do minimercado e o de alimentação. O padrão observado entre os entrevistados para este reconhecimento é o alto índice de governança como característica principal.

Por outro lado, a equipe de pesquisa, através do conhecimento tácito e de pesquisas anteriores, aponta alguns APL’s relacionados com raízes culturais que se entrelaçam com atividades produtivas. Em uma pesquisa realizada no ano de 2008 (Cavalcanti; Motinho) foi possível verificar a influência da cultura nas atividades produtivas de alguns municípios. Cabe destacar que nesse estudo foram verificados potencialidades e produtos culturais, porém, nem todos os municípios que possuem essas características podem ser considerados como APL’s. O método desenvolvido para o estudo precisou defrontar-se com vários obstáculos que são naturais quando se pretender iniciar um esclarecimento e, particularmente, dimensionar um tipo de atividade nova (ou pouco explorada) no âmbito da ciência econômica. Entre estes obstáculos destacaram-se:

a) a inexistência de uma definição canônica para o que se entende por atividade cultural, derivada do fato do próprio conceito de cultura ainda apresentar flexibilidade, a depender do autor, do objeto específico de sua
análise, de sua corrente teórica e filosófica e da área científica em que trabalha. A identificação de uma hipotética fronteira divisória entre a cultura “pura” e a cultura motivada pela lógica da empresa capitalista é uma das principais “armadilhas” neste esforço demarcatório.

b) a dificuldade de obter dados, e quando obtidos, da heterogeneidade conceitual e da diversidade de métodos de coleta, agregação e classificação.

c) da elaboração, medição e obtenção de conclusões a partir de relações de causalidade entre atividades estritamente culturais, atividades baseadas na cultura, mas com finalidades econômicas e atividades econômicas influenciadas pela cultura. Trata-se do mesmo tipo de dificuldade enfrentada pelos estudiosos da economia da inovação, ao buscarem demarcar fronteiras entre a ciência básica, supostamente movida por interesses não diretamente econômicos, a ciência aplicada, o desenvolvimento tecnológico, as mudanças organizacionais e incrementais e a simples diferenciação de produtos, voltada exclusivamente para buscar melhores vendas sem nenhuma contribuição real à base técnico-científica.

d) da elevada informalidade observada na atividade econômica paraibana, em geral, e nas atividades culturais, em especial. Identificar, dimensionar e localizar estas atividades exigiria, a rigor, um longo e sistemático esforço de pesquisa de campo, de tal forma a criar uma base de dados alternativa às fontes tradicionais, que captam apenas o emprego formal. Desta forma, mapear atividades culturais exigiu desenvolver uma estratégia criativa, adequada ao objeto de estudo, a ser descrita a seguir.

Uma vez que o objetivo focal do estudo desenvolvido em 2008 estava no mapeamento de atividades culturais, optou-se por uma estratégia de pesquisa bottom-up, ou seja, identificar e mapear as atividades culturais (mesmo que não vinculadas a atividades econômicas) dos estados, buscar concentrações espaciais (aglomerações culturais delimitadas geograficamente) especializadas e, a partir daí, verificar se nestas localidades há atividades econômicas classificadas como “culturais” pelos critérios do IBGE e medir sua importância. Detalhando-se os procedimentos metodológicos, tem-se:

i) coleta e organização das informações sobre a cultura, em suas diversas formas (tangível, intangível e os chamados espaços de convivência cultural), tomando este conceito o mais amplamente possível, de tal forma a não excluir
da base de dados qualquer atividade capaz de ser identificada com a cultura local. Desta forma, incluiu-se uma variedade imensa de itens, variando desde as “pegadas fossilizadas de dinossauro”, no estado da Paraíba, um sítio arqueológico que afeta a população e a economia local\(^{27}\), até a produção áudio-visual, no estado de Pernambuco, que movimenta dezenas de produtores e distribuidores de filmes, fornecedores e prestadores de serviço especializados, passando pelas festas típicas da região. Para esta etapa do estudo utilizou-se como base de dados: mapeamento cultural realizado pela Paraíba, roteiros turísticos da Paraíba, formulários enviados (mala direta) aos 223 municípios paraibanos, entrevistas com indivíduos-chave na área cultural, portais na internet com informações turísticas e culturais dos municípios, entre outros. Estas fontes de informação foram utilizadas para construir uma base de dados digitalizada, a partir da qual foram construídos mapas georreferenciados, gráficos e tabelas;

ii) desenvolvimento de critérios para selecionar as localidades e atividades mais representativas das atividades culturais, visto que a base de dados para os dois estados formou um imenso mosaico de manifestações e festas populares, extremamente rico e variado nas informações, mas que demandaria meses de estudo e análise para obtenção de resultados e conclusões. Optou-se então, pela utilização de uma estratégia de seleção espacial a partir de três critérios:

a) Realizou-se um amplo levantamento de fontes de informação sobre a existência e localização de bens culturais intangíveis (amplamente definido), nos dois estados. Dos quantitativos identificados para estes bens, foi possível construir mapas que revelavam áreas de maior incidência destes bens, englobando vários municípios. Foram selecionados, em uma primeira etapa, os municípios que pertencessem a estas áreas, uma vez que representariam aglomerações com aparente homogeneidade na densidade cultural;

b) Considerou-se que a diversidade cultural constitui-se elemento importante para a dinâmica das atividades culturais, a partir da perspectiva evolucionária, que fundamenta a base teórica deste

\(^{27}\) Desde a atividade de pesquisa universitária, ao turismo cultural, passando pelo time de futebol cujo mascote é um dinossauro.
estudo e tem como pré-condição para sua dinâmica a existência de **variedade** (de agentes, tecnologias, comportamentos, instituições, etc.). Esta multiplicidade de bens culturais propicia troca de elementos entre as várias formas de manifestação da comunidade ou sociedade, funcionando como fonte de informações mais rica para a geração de inovações e, em particular, para atividades econômicas intensivas em cultura. Partindo deste princípio, esta etapa da seleção visou eliminar os municípios que, apesar de apresentar grande magnitude de bens culturais identificados, possuem pouca (ou nenhuma) diversidade cultural. O parâmetro de referência utilizado foi a existência de três ou mais bens intangíveis no município, como exigência mínima para sua classificação entre os **selecionáveis**;

c) Por fim, na última etapa analisou-se o quantitativo absoluto de atividades culturais do município, para evitar, ainda, que um município com diversidade cultural e integrante de área com aglomeração de municípios com densidade cultural, fosse selecionado apesar de ter um número muito baixo de atividades culturais. Neste caso utilizou-se o dobro da mediana da distribuição do número de atividades culturais de cada estado como ponto de corte, ou seja, seriam selecionados apenas os municípios com atividades culturais em quantidade correspondente aos 25% mais elevados entre os municípios do estado. Evitou-se o uso da média pelo fato dos maiores municípios (como Recife, Olinda e João Pessoa) viesarem a distribuição pelo grande número de atividades culturais que possuem o que elevaria o valor médio.

Desta forma, usou-se um critério quantitativo maior ou igual a 20, em termos dos bens intangíveis. O resultado da aplicação destes critérios permitiu a seleção de um conjunto de nove municípios, e que, na interpretação dos autores, formam ou possam vir a formar futuros APL culturais, caso sejam direcionadas políticas alavancadoras dessas potencialidades. Como é usual, qualquer indicador pode ser criticado sob diversos ângulos, uma vez que são construídos, por exemplo, a partir da hipótese de homogeneidade da variável calculada.
Assim, a seleção de municípios não fez distinção quanto à atividade cultural intangível, incluindo-se:

a) festa, feira e exposição de negócios;
b) eventos culturais;
c) eventos esportivos;
d) eventos e festas populares;
e) folclore e manifestações artísticas;
f) gastronomia;
g) artefatos regionais e artesanato.

Uma vez selecionados os municípios, o estudo passou a investigar as características das atividades culturais desenvolvidas nestas localidades, focando nos seguintes grupos:

i) Música: gravação e distribuição de fonogramas, shows e apresentações ao vivo e em rádio;
ii) audiovisual: cinema, televisão aberta e paga;
iii) editorial: produção de livros, periódicos e outras formas textuais escritas;
iv) artes cênicas e performáticas: teatro, dança e outras expressões corporais;
v) artesanato: produção manual de artefatos de enfeite, adorno e utensílios;
vi) artes plásticas: pintura, grafite, escultura;
vii) festas populares e manifestações culturais: eventos e festas populares, folclore e manifestações artísticas.

Um dos problemas também detectados estava no fato destes grupos terem seus dados de emprego formal agregados de outra forma pelo IBGE:

i) Artes cênicas e performáticas: teatro, dança e outras expressões corporais; outros espetáculos: shows e apresentações ao vivo; artes plásticas: pintura, grafite, escultura;
ii) Música: gravação e distribuição de fonogramas, e em rádio;
iii) Audiovisual: cinema, televisão aberta e paga;
iv) Editorial: produção de livros, periódicos e outras formas textuais escritas;

Por outro lado, o artesanato e as festas e manifestações populares não estavam identificados nas bases tradicionais, nem mesmo na classificação
criada pelo IBGE para a cultura, pois esta reflete uma visão muito marcada pela realidade de economias do centro capitalista mundial (da qual estão mais próximas as economias sudestina e sulista, que a nordestina). Isto que exigiu montar uma base de dados própria, que contivesse itens como: festas, feiras e exposições de negócios, eventos culturais e esportivos, eventos e festas populares, folclore e manifestações populares, gastronomia, artesanato e artefatos regionais.
Figura 08 - MAPA DOS APLS CULTURAIS DA PARAÍBA
As principais atividades culturais mobilizadoras de desenvolvimento local estão concentradas em um grupo de nove Arranjos Produtivos e Inovativos Locais de Atividades Culturais (APILAC), os quais foram identificados, selecionados e mapeados seguindo a metodologia apresentada em um tópico a seguir. Estes APILAC estão localizadas nos municípios selecionados: João Pessoa; Campina Grande; Patos; Bananeiras; Cabaceiras; Cajazeiras; Itabaiana; Brejo da Cruz e Prata. Verificando a distribuição espacial dos municípios selecionados pode-se perceber que estes encontram-se:

a) ao longo da BR-230, considerada a “coluna vertebral” da economia e demografia paraibanas: João Pessoa, Campina Grande, Cabaceiras, Patos e Cajazeiras;

b) próximos aos limites territoriais do Estado, mostrando sua posição de canais de comunicação com os estados vizinhos: Itabaiana e Prata (com Pernambuco), Bananeiras e Brejo da Cruz (com o Rio Grande do Norte);

c) Adicionalmente, ao sobrepor os mapas da ocupação territorial com o do mapeamento cultural, verificou-se que todos os municípios selecionados encontravam-se nos “caminhos do gado”, ou seja, nas trilhas de expansão da atividade pecuária e do povoamento, ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII. Dos nove municípios selecionados, cinco situam-se em encruzilhadas daqueles “caminhos” e outros três em áreas limitrofes com outros estados (Cajazeiras – Ceará, Prata-Pernambuco, Brejo da Cruz-Rio Grande do Norte). Apenas Bananeiras fica no “meio do caminho”. Esta distribuição espacial mostra a intrínseca relação entre cultura e economia (VER MAPA).
Figura 09 - LOCALIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS NO PROCESSO DE FORMAÇÃO TERRITORIAL.

Os municípios selecionados por este estudo apresentaram uma elevada representatividade tanto no que se refere à atividade cultural, mas também quanto a indicadores econômicos e sociais, bem como quanto a aspectos históricos e geográficos. O estado da Paraíba é caracterizado por ter sua densidade econômica e demográfica localizada ao longo da rodovia federal BR-230, a qual liga o estado do litoral, em João Pessoa (após seu início em Cabedelo) ao sertão, alcançando Cajazeiras (fronteira com o Ceará), após passar por Campina Grande e Patos, ou seja, quatro dos municípios selecionados.

Um dos casos que se pode apontar como um APILAC é o caso do município de Cabaceiras, que está localizada no Cariri Paraibano a aproximadamente 189 km da capital. Ela é conhecida como o município de menor índice pluviométrico do país, no entanto, apesar da escassez de água possui cerca de 5 mil habitantes numa extensão territorial de 500 km². O PIB do município chega a cerca de R$ 13.545 mil, apresenta um PIB per capta de aproximadamente R$ 3.180,00, além de um IDH de 0,68, que é considerado médio. Destaca-se na criação de ovinos e caprinos, por possuir um dos maiores rebanhos do Estado.

Outra atividade econômica que merece destaque na região é a produção de artesanato em couro a partir da pele de caprinos, curtida através de processo vegetal e utilizada na confecção de sandálias, bolsas, cintos, coletes chaveiros, selas, arreios, chapéus, etc. E por ter a caprinocultura tamanha importância para o município, no trato cultural são realizados eventos conhecidos a nível regional, com alguma repercussão nacional, a “Festa do Bode Rei”, onde acontecem exposições de animais, da gastronomia local e apresentações culturais tais como músicas e costumes. Dessa forma o município que já é apontado como pertencente ao APL de Caprinocultura através de políticas municipais, incorpora novas atividades produtivas culturais.

Apesar do chamamento produtivo da caprinocultura que assume como uma das suas estratégias, a realização dessa festa para divulgação de seus produtos finais, sinergicamente, esta atração local, contribui para o desenvolvimento de outro segmento, o da cultura, através da gastronomia “do Bode”, sua moda, suas danças, músicas e em especial uma possível vocação contemporânea (que revela uma nova possibilidade de novas profissões para a população local), a produção de filmes. O motivador para a locação de gravações cinematográficas em Cabaceiras foi a condição climática diferenciada de possuir o menor índice pluviométrico do País, favorecendo assim a execução de projetos cinematográficos.

Como resultado dessa sinergia, pode-se apontar a realização de 23 filmes brasileiros. A “Roliúde Nordestina” teve seu primeiro projeto realizado no

---

28 A execução orçamentária assume o “core” do projeto, por possuir custos adicionais elevados na locação de equipamentos e na hospedagem do staff na localidade, caso as condições climáticas sejam adversas.

Na entrada da cidade foi afixado um letreiro, auto-intitulado pela gestão municipal (e reconhecido pela população) de "Roliúde Nordestina", nesse portal, simbolicamente confeccionado no estilo da capital do cinema americano nas colunas de Los Angeles (EUA), pode-se perceber e caracterizar um possível Arranjo Produtivo Local, ligado a cultura, numa retroalimentação da cultura “antiga” repaginada, ou melhor, evolucionária que cria novas possibilidades produtivas, promovendo o desenvolvimento local. Cabaceiras, tornando-se assim outro grande atrativo turístico da região, palco de produções cinematográficas, cenário de gravação inclusive da premiada mini série de televisão, o Auto da Compadecida.

Ou seja, vê-se então uma evolução inclusive conceitual, já que os resquícios de antigas técnicas produtivas de açúcar nos engenhos do Brasil colonial ainda permanecem até hoje, ressaltando os costumes, os hábitos, as práticas, enfim, o “saber-fazer” desenvolvido no contexto da fabricação dos seus produtos. Herança cultural construída ao longo da existência de unidades produtivas artesanais ou da criação do bode, escolhido por sua resistência e por pertencer a esse habitat.

Assim, os aspectos técnicos, históricos e culturais reafirmam a força da tradição nos territórios paraibanos. E com essas novas “possibilidades”, ou seja, novos Apilacs surgidos de novas vocações, permitidas pela capacitação da população local para atuar como figurantes, em papéis secundários, nas técnicas de som, iluminação, enfim, nos postos de trabalhos sob a responsabilidade da produção e direção dos filmes. Por outro lado pode-se perceber o reconhecimento e esforço da população para trazer essa nova possibilidade através da mobilização de tornar o casario cenário dos filmes, uma divulgação da paisagem local com todas as suas particularidades.

28 Relação intrínseca da atividade produtiva com a cultura a mais de um século.
30 A população aluga as casas e estabelecimentos como cenário tendo como conseqüência uma renda extra. Com uma maior frequência nas filmagens é possível obter melhor índices socioeconômicos (Pib per capita, IDH-M).
Cabaceiras destaca-se também pelo turismo ecológico, onde as formações rochosas, atraem centenas de turistas por ano, a uma APP\textsuperscript{31} conhecida como Lajedo do Pai Mateus, um sítio arqueológico com pinturas rupestres.

\textsuperscript{31} APP é a sigla de Área de Proteção Permanente.
Considerações Finais
APÊNDICE
## PLANILHA I

### APLs IDENTIFICADOS E APOIADOS

<table>
<thead>
<tr>
<th>NOME DO APL</th>
<th>ATIVIDADE PRINCIPAL</th>
<th>CNAE</th>
<th>MUNICÍPIOS</th>
<th>CÓD. MUN</th>
<th>O</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>APIS NO CURIMATAU E SERIDO</strong></td>
<td>APICULTURA 0159</td>
<td>ARACAGI 2500809 SEBRAE</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>APICULTURA 0159</td>
<td>ARARUNA 2501005 SEBRAE</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td><strong>BANANEIRAS</strong> 2501500 SEBRAE</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>BELEM 2501906 SEBRAE</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>BORBOREMA 2502706 SEBRAE</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>CAICARA 2503605 SEBRAE</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>CAMPO DE SANTANA 2516409 SEBRAE</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>DONA INES 2505709 SEBRAE</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>LAGOA DE DENTRO 2508208 SEBRAE</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>LOGRADOURO 2508554 SEBRAE</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td><strong>PILOES</strong> 2511608 SEBRAE</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>PIRPIRITUBA 2511806 SEBRAE</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>RIACHAO 2512747 SEBRAE</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>APIS NO SEMI-ARIDO</strong></td>
<td>APICULTURA 0159</td>
<td>BREJO DOS SANTOS 2502904 SEBRAE</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>APICULTURA 0159</td>
<td>CAJAZEIRAS 2503704 SEBRAE</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>CATOLE DO ROCHA 2504306 SEBRAE</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>POCO DE JOSE DE MOURA 2512077 SEBRAE</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>RIACHO DOS CAVALOS 2512804 SEBRAE</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>SANTA HELENA 2513307 SEBRAE</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>SAO JOAO DO RIO DO PEIXE 2500700 SEBRAE</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>TRIUNFO 2516805 SEBRAE</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>UIRUNA 2516904 SEBRAE</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>ALGODAO COLORIDO</strong></td>
<td>TEXTIL E CONFECCOES 1112</td>
<td>ALAGOA NOVA 2500403 SEBRAE, IEL</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>APARECIDA 2500775 SEBRAE, IEL</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>APLs MINERAIS DO SERIDO</td>
<td>PEDRAS E ROCHAS ORNAMENTAIS</td>
<td>089</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>------------------------</td>
<td>-----------------------------</td>
<td>-----</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>AREIAL</td>
<td>2501203</td>
<td>SEBRAE, IEL</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>CAMPINA GRANDE</td>
<td>2504009</td>
<td>SEBRAE, IEL</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>ESPERANCA</td>
<td>2506004</td>
<td>SEBRAE, IEL</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>GURINHEM</td>
<td>2506400</td>
<td>SEBRAE, IEL</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>JUAREZ TAVORA</td>
<td>2507606</td>
<td>SEBRAE, IEL</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>SANTA CRUZ</td>
<td>2513208</td>
<td>SEBRAE, IEL</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>SERRA REDONDA</td>
<td>2515807</td>
<td>SEBRAE, IEL</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>SOUSA</td>
<td>2515807</td>
<td>SEBRAE, IEL</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>ASSUNCAO</td>
<td>2501351</td>
<td>SEBRAE, IEL</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>FREI MARTINHO</td>
<td>2506202</td>
<td>SEBRAE, IEL</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>JUAZEIRINHO</td>
<td>2507705</td>
<td>SEBRAE, IEL</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>JUNCO DO SERIDO</td>
<td>2507804</td>
<td>SEBRAE, IEL, SUDEMA, SENA</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>NOVA PALMEIRA</td>
<td>2510303</td>
<td>SEBRAE, IEL, SUDEMA</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>PEDRA LAVRADA</td>
<td>2511103</td>
<td>SEBRAE, IEL, SUDEMA</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>PICUI</td>
<td>2511400</td>
<td>SEBRAE, IEL</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>SALGADINHO</td>
<td>2513000</td>
<td>SEBRAE, IEL</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>SANTA LUZIA</td>
<td>2513406</td>
<td>SEBRAE, IEL</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>SAO JOSE DO SABUGI</td>
<td>2514701</td>
<td>SEBRAE, IEL</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>SAO MAMEDE</td>
<td>2514909</td>
<td>SEBRAE, IEL</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>SERIDO</td>
<td>2515401</td>
<td>SEBRAE, IEL</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>SOLEDADE</td>
<td>2516102</td>
<td>SEBRAE, IEL</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>TENORIO</td>
<td>2516755</td>
<td>SEBRAE, IEL</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>VARZEA</td>
<td>2517100</td>
<td>SEBRAE, IEL, SUDEMA</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>APL DE MOVEIS ESQUADRIAS E ARTEFATOS DE MADEIRA</td>
<td>MADEIRAS E MOVEIS</td>
<td>361</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>BAYEUX</td>
<td>2501807</td>
<td>SEBRAE, IEL, BB</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>CABEDELO</td>
<td>2503209</td>
<td>SEBRAE, IEL, BB</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>JOAO PESSOA</td>
<td>2507507</td>
<td>SEBRAE, IEL, BB, IPEA</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>SANTA RITA</td>
<td>2513703</td>
<td>SEBRAE, IEL, BB</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>APRISCO CARIRI</td>
<td>OVINOCAPRINOCULTURA</td>
<td>151</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>ALCANTIL</td>
<td>2500536</td>
<td>SEBRAE</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>AMPARO</td>
<td>2500734</td>
<td>SEBRAE</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>BARRA DE SANTANA</td>
<td>2501575</td>
<td>SEBRAE</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Location</td>
<td>Code</td>
<td>SEBRAE</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>---------------------------</td>
<td>---------</td>
<td>--------</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>BARRA DE SAO MIGUEL</td>
<td>2501708</td>
<td>SEBRAE</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>BOA VISTA</td>
<td>2502151</td>
<td>SEBRAE</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>BOQUEIRAO</td>
<td>2502508</td>
<td>SEBRAE</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>CABACEIRAS</td>
<td>2503100</td>
<td>SEBRAE</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>CAMALAU</td>
<td>2503902</td>
<td>SEBRAE</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>CARAUBAS</td>
<td>2504074</td>
<td>SEBRAE</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>CATURITE</td>
<td>2504355</td>
<td>SEBRAE</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>CONGO</td>
<td>2504702</td>
<td>SEBRAE</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>COXIXOLA</td>
<td>2504850</td>
<td>SEBRAE</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>GURJAO</td>
<td>2506509</td>
<td>SEBRAE</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>LIVRAMENTO</td>
<td>2508505</td>
<td>SEBRAE</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>MONTEIRO</td>
<td>2509701</td>
<td>SEBRAE</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>OURO VELHO</td>
<td>2510600</td>
<td>SEBRAE</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>PARARI</td>
<td>2510659</td>
<td>SEBRAE</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>PRATA</td>
<td>2512200</td>
<td>SEBRAE</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>RIACHO DE SANTO ANTONIO</td>
<td>2512788</td>
<td>SEBRAE</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>SANTA CECILIA</td>
<td>2513158</td>
<td>SEBRAE</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>SANTO ANDRE</td>
<td>2513851</td>
<td>SEBRAE</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>SAO DOMINGOS DO CARIRI</td>
<td>2513943</td>
<td>SEBRAE</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>SAO JOAO DO CARIRI</td>
<td>2514008</td>
<td>SEBRAE</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>SAO JOAO DO TIGRE</td>
<td>2514107</td>
<td>SEBRAE</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>SAO JOSE DOS CORDEIROS</td>
<td>2514800</td>
<td>SEBRAE</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>SAO SEBASTIAO DO UMBUZEIRO</td>
<td>2515203</td>
<td>SEBRAE</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>SERRA BRANCA</td>
<td>2515500</td>
<td>SEBRAE</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>SUME</td>
<td>2516300</td>
<td>SEBRAE</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>TAPEROA</td>
<td>2516508</td>
<td>SEBRAE</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>ZABELE</td>
<td>2517407</td>
<td>SEBRAE</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>APRISCO CURIMATAU/SERIDO</td>
<td>OVINOCAPRINOCULTURA</td>
<td>151</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>--------------------------</td>
<td>----------------------</td>
<td>-----</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>ALGODAO DE JANAIARA</td>
<td>2500577</td>
<td>SEBRAE</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>ARARUNA</td>
<td>2502005</td>
<td>SEBRAE</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>BARRA DA SANTA ROSA</td>
<td>2501609</td>
<td>SEBRAE</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>CUBATI</td>
<td>2505006</td>
<td>SEBRAE</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>CUITA</td>
<td>2505115</td>
<td>SEBRAE</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>DAMIAO</td>
<td>2505352</td>
<td>SEBRAE</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>FREI MARTINHO</td>
<td>2506202</td>
<td>SEBRAE</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>NOVA FLORESTA</td>
<td>2510105</td>
<td>SEBRAE</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>NOVA PALMEIRA</td>
<td>2510303</td>
<td>SEBRAE</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>OLIVEIRAS</td>
<td>2510501</td>
<td>SEBRAE</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>PEDRA LAVRADA</td>
<td>2511103</td>
<td>SEBRAE</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>PICUI</td>
<td>2511400</td>
<td>SEBRAE</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>SOLEDADE</td>
<td>2516102</td>
<td>SEBRAE</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>APRISCO SERTAO</th>
<th>OVINOCAPRINOCULTURA</th>
<th>151</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>AREIA DE BARRAUNAS</td>
<td>2501153</td>
<td>SEBRAE</td>
</tr>
<tr>
<td>CACIMBA DE AREIAS</td>
<td>2503407</td>
<td>SEBRAE</td>
</tr>
<tr>
<td>DESTERRO</td>
<td>2505402</td>
<td>SEBRAE</td>
</tr>
<tr>
<td>EMAS</td>
<td>2505907</td>
<td>SEBRAE</td>
</tr>
<tr>
<td>PASSAGEM</td>
<td>2510709</td>
<td>SEBRAE</td>
</tr>
<tr>
<td>QUIXABA</td>
<td>2512606</td>
<td>SEBRAE</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>SERVICIOS DE INFORMATICA</th>
<th>SERVICOS</th>
<th>951</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>CAMPINA GRANDE</td>
<td>2504009</td>
<td>SEBRAE</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>FAROL DIGITAL</th>
<th>TECNOLOGIA DA INFORMACAO</th>
<th>602</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>CAJAZEIRAS</td>
<td>2503704</td>
<td>SEBRAE, BB, PAQTCPB</td>
</tr>
<tr>
<td>CAMPINA GRANDE</td>
<td>2504009</td>
<td>SEBRAE, BB, PAQTCPB</td>
</tr>
<tr>
<td>JOAO PESSOA</td>
<td>2507507</td>
<td>SEBRAE, BB, PAQTCPB</td>
</tr>
<tr>
<td>PATOS</td>
<td>2510808</td>
<td>SEBRAE, BB, PAQTCPB</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>FLORICULTURA NA MATA E BREJO</th>
<th>FLORICULTURA</th>
<th>462</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>AREIA</td>
<td>2501104</td>
<td>SEBRAE</td>
</tr>
<tr>
<td>BANANEIRAS</td>
<td>2501500</td>
<td>SEBRAE</td>
</tr>
<tr>
<td>MARI</td>
<td>2509107</td>
<td>SEBRAE</td>
</tr>
<tr>
<td>JOAO PESSOA</td>
<td>2507507</td>
<td>SEBRAE</td>
</tr>
<tr>
<td>CACHACA E ALAMBIQUE</td>
<td>CACHACA E ALAMBIQUE</td>
<td>111</td>
</tr>
<tr>
<td>----------------------</td>
<td>---------------------</td>
<td>-----</td>
</tr>
<tr>
<td>PILOES</td>
<td>2511608</td>
<td>SEBRAE</td>
</tr>
<tr>
<td>PILOES</td>
<td>2506301</td>
<td>SEBRAE</td>
</tr>
<tr>
<td>ALAGOA GRANDE</td>
<td>2500034</td>
<td>SEBRAE, IEL</td>
</tr>
<tr>
<td>ALAGOA NOVA</td>
<td>2500403</td>
<td>SEBRAE, IEL</td>
</tr>
<tr>
<td>ALAGOINHA</td>
<td>2500502</td>
<td>SEBRAE, IEL</td>
</tr>
<tr>
<td>ALHANDRA</td>
<td>2500601</td>
<td>SEBRAE, IEL</td>
</tr>
<tr>
<td>AREIA</td>
<td>2501104</td>
<td>SEBRAE, IEL</td>
</tr>
<tr>
<td>BANANEIRAS</td>
<td>2501500</td>
<td>SEBRAE, IEL</td>
</tr>
<tr>
<td>BORBREMÃO</td>
<td>2502706</td>
<td>SEBRAE, IEL</td>
</tr>
<tr>
<td>CAMPINA GRANDE</td>
<td>2504009</td>
<td>SEBRAE, IEL</td>
</tr>
<tr>
<td>CONDE</td>
<td>2504603</td>
<td>SEBRAE, IEL</td>
</tr>
<tr>
<td>CRUZ DO ESPIRITO SANTO</td>
<td>2504900</td>
<td>SEBRAE, IEL</td>
</tr>
<tr>
<td>DUAS ESTRADAS</td>
<td>2505808</td>
<td>SEBRAE, IEL</td>
</tr>
<tr>
<td>GUARABIRA</td>
<td>2506301</td>
<td>SEBRAE, IEL</td>
</tr>
<tr>
<td>ITAPOROROCA</td>
<td>2507101</td>
<td>SEBRAE, IEL</td>
</tr>
<tr>
<td>LAGOA SECA</td>
<td>2508307</td>
<td>SEBRAE, IEL</td>
</tr>
<tr>
<td>MAMANGUATE</td>
<td>2508901</td>
<td>SEBRAE, IEL</td>
</tr>
<tr>
<td>MARI</td>
<td>2509107</td>
<td>SEBRAE, IEL</td>
</tr>
<tr>
<td>PILOES</td>
<td>2511608</td>
<td>SEBRAE, IEL</td>
</tr>
<tr>
<td>PIRPRIRITUBA</td>
<td>2511806</td>
<td>SEBRAE, IEL</td>
</tr>
<tr>
<td>BREJO</td>
<td></td>
<td>IPEA</td>
</tr>
<tr>
<td>SANTA RITA</td>
<td>2513703</td>
<td>SEBRAE, IEL</td>
</tr>
<tr>
<td>SERRA DA RAIZ</td>
<td>2515609</td>
<td>SEBRAE, IEL</td>
</tr>
<tr>
<td>SERRARIA</td>
<td>2515906</td>
<td>SEBRAE, IEL</td>
</tr>
<tr>
<td>REDES</td>
<td>TEXTIL</td>
<td>135</td>
</tr>
<tr>
<td>SAO BENTO</td>
<td>2513901</td>
<td>IEL</td>
</tr>
<tr>
<td>CONFECCÕES</td>
<td>TEXTIL</td>
<td>141</td>
</tr>
<tr>
<td>BOQUEIRÃO</td>
<td>2502508</td>
<td>IEL</td>
</tr>
<tr>
<td>COURO E CALCADOS</td>
<td>CALCADOS E AFINS</td>
<td>153</td>
</tr>
<tr>
<td>JOAO PESSOA</td>
<td>2507507</td>
<td>BB, CEF, SENAI, IPEA</td>
</tr>
<tr>
<td>CAMPINA GRANDE</td>
<td>2504009</td>
<td>BB, SEBRAE, CEF, SENAI, IPEA</td>
</tr>
<tr>
<td>CABACEIRAS</td>
<td>2503100</td>
<td>BB, CEF, SENAI</td>
</tr>
<tr>
<td>BAYEUX</td>
<td>2501807</td>
<td>BB, CEF, SENAI</td>
</tr>
<tr>
<td>NOME DA EMPRESA</td>
<td>CODIGO</td>
<td>TELEFONE</td>
</tr>
<tr>
<td>-----------------</td>
<td>--------</td>
<td>----------</td>
</tr>
<tr>
<td>PATOS 2510808 BB, CEF, SENAI, IPEA</td>
<td>PATOS</td>
<td>2510808</td>
</tr>
<tr>
<td>SANTA RITA 2513703 BB, CEF, SENAI</td>
<td>SANTA RITA</td>
<td>2513703</td>
</tr>
<tr>
<td>AROEIRAS 2501302 BB</td>
<td>AROEIRAS</td>
<td>2501302</td>
</tr>
<tr>
<td>CAMPINA GRANDE 2504009 BB, IPEA</td>
<td>CAMPINA GRANDE</td>
<td>2504009</td>
</tr>
<tr>
<td>MARI 2509107 BB</td>
<td>MARI</td>
<td>2509107</td>
</tr>
<tr>
<td>PATOS 2510808 BB</td>
<td>PATOS</td>
<td>2510808</td>
</tr>
<tr>
<td>GUARABIRA 2506301 BB</td>
<td>GUARABIRA</td>
<td>2506301</td>
</tr>
<tr>
<td>COMERCIO VAREJISTA REDE NORDESTE DE MOVEIS</td>
<td>COMERCIO VAREJISTA</td>
<td>464</td>
</tr>
<tr>
<td>ALAGOA GRANDE 2500304 BB</td>
<td>ALAGOA GRANDE</td>
<td>2500304</td>
</tr>
<tr>
<td>ARACAGI 2500809 BB</td>
<td>ARACAGI</td>
<td>2500809</td>
</tr>
<tr>
<td>BAYEUX 2501807 BB</td>
<td>BAYEUX</td>
<td>2501807</td>
</tr>
<tr>
<td>BELEM 2501906 BB</td>
<td>BELEM</td>
<td>2501906</td>
</tr>
<tr>
<td>CABEDELO 2503209 BB</td>
<td>CABEDELO</td>
<td>2503209</td>
</tr>
<tr>
<td>CAMPINA GRANDE 2504009 BB</td>
<td>CAMPINA GRANDE</td>
<td>2504009</td>
</tr>
<tr>
<td>GUARABIRA 2506301 BB</td>
<td>GUARABIRA</td>
<td>2506301</td>
</tr>
<tr>
<td>JOAO PESSOA 2507507 BB</td>
<td>JOAO PESSOA</td>
<td>2507507</td>
</tr>
<tr>
<td>SANTA RITA 2513703 BB</td>
<td>SANTA RITA</td>
<td>2513703</td>
</tr>
<tr>
<td>SAPE 2515302 BB</td>
<td>SAPE</td>
<td>2515302</td>
</tr>
<tr>
<td>MODA E ESTILO</td>
<td>TEXTIL E CONFECCOES</td>
<td>741</td>
</tr>
<tr>
<td>JOAO PESSOA 2507507 SEC. DESENVOLVIMENTO J. PESSOA</td>
<td>JOAO PESSOA</td>
<td>2507507</td>
</tr>
<tr>
<td>BELEZA</td>
<td>SERVICOS</td>
<td>960</td>
</tr>
<tr>
<td>MINIMERCADO</td>
<td>SERVICOS</td>
<td>471</td>
</tr>
<tr>
<td>ALIMENTACAO</td>
<td>ALIMENTACAO</td>
<td>561</td>
</tr>
<tr>
<td>BOVINOCULTURA</td>
<td>LEITE</td>
<td>0151</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>NOME DO APL</td>
<td>ATIVIDADE PRINCIPAL</td>
<td>CNAE</td>
</tr>
<tr>
<td>------------------</td>
<td>---------------------------</td>
<td>------</td>
</tr>
<tr>
<td>CALÇADOS</td>
<td>CALÇADOS E AFINS</td>
<td>153</td>
</tr>
<tr>
<td>FLORES</td>
<td>FLORICULTURA</td>
<td>462</td>
</tr>
<tr>
<td>CONFECÇÕES</td>
<td>ROUPAS</td>
<td>141</td>
</tr>
<tr>
<td>CACHAÇA</td>
<td>BEBIDAS</td>
<td>111</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>FAROL DIGITAL</td>
<td>TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO</td>
<td>602</td>
</tr>
<tr>
<td>CONFECÇÃO</td>
<td>ROUPAS</td>
<td>141</td>
</tr>
<tr>
<td>CONFECÇÃO</td>
<td>REDES</td>
<td>135</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>AGRICULTURA ORGÂNICA</td>
<td>AGRICULTURA ORGÂNICA</td>
<td>0139</td>
</tr>
<tr>
<td>ATIVIDADE EXTRATIVA MINERAL</td>
<td>ATIVIDADE EXTRATIVA MINERAL</td>
<td>089</td>
</tr>
<tr>
<td>TECIDOS E CONFECÇÕES</td>
<td>TEXTIL</td>
<td>141</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>PRODUTOS CERAMICOS DO SERIDO ORIENTAL</td>
<td>FABRICACAO PRODUTOS CERMICOS</td>
<td>234</td>
</tr>
<tr>
<td>PRODUTOS CERAMICOS DO SERIDO OCIDENTAL</td>
<td>FABRICACAO PRODUTOS CERMICOS</td>
<td>234</td>
</tr>
<tr>
<td>ESQUADRIAS DE METAL</td>
<td>FABRICACAO</td>
<td>251</td>
</tr>
<tr>
<td>SOFTWARE</td>
<td>SERVIÇOS</td>
<td>620</td>
</tr>
</tbody>
</table>
## PLANILHA III

### APLs NÃO IDENTIFICADOS

<table>
<thead>
<tr>
<th>NOME DO APL</th>
<th>ATIVIDADE PRINCIPAL</th>
<th>CNAE</th>
<th>LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA</th>
<th>CÓD. MUN</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>ARTESANATO</td>
<td>CERAMICA E MADEIRA</td>
<td>162</td>
<td>CAMPINA GRANDE</td>
<td>2504009</td>
</tr>
<tr>
<td>BOVINOCULTURA</td>
<td>LEITE</td>
<td>0151</td>
<td>AGRESTE E SERTAO</td>
<td>SENAR</td>
</tr>
<tr>
<td>SUCROALCOLEIRA</td>
<td>ALCOOL/ACUCAR</td>
<td>0113</td>
<td>BREJO</td>
<td>SENAR</td>
</tr>
<tr>
<td>GRAOS</td>
<td>AMENDOIM</td>
<td>0116</td>
<td>NÃO INFORMADO</td>
<td>EMBRAPA</td>
</tr>
<tr>
<td>SISAL</td>
<td>SISAL</td>
<td>0139</td>
<td>NÃO INFORMADO</td>
<td>EMBRAPA</td>
</tr>
<tr>
<td>GERGELIN</td>
<td>GERGELIN</td>
<td>0116</td>
<td>NÃO INFORMADO</td>
<td>EMBRAPA</td>
</tr>
<tr>
<td>FRUTICULTURA</td>
<td>ABACAXI</td>
<td>0119</td>
<td>LITTORAL</td>
<td>SENAR</td>
</tr>
<tr>
<td>FRUTICULTURA</td>
<td>MAMAO</td>
<td>0133</td>
<td>LITTORAL</td>
<td>SENAR</td>
</tr>
<tr>
<td>AGRICULTURA</td>
<td>INHAME</td>
<td>0121</td>
<td>LITTORAL</td>
<td>SENAR</td>
</tr>
<tr>
<td>ARTESANATO</td>
<td>SISAL</td>
<td>0139</td>
<td>CURIMATAU E SERRA DO TEIXEIRA</td>
<td>SENAR</td>
</tr>
<tr>
<td>GRANJEIRA</td>
<td>GALINHA DE CAPOEIRA</td>
<td>0155</td>
<td>AGRESTE E SERTAO</td>
<td>SENAR</td>
</tr>
<tr>
<td>PSICULTURA</td>
<td>DIVERSOS DERIVADOS</td>
<td>0321</td>
<td>SERTAO</td>
<td>SENAR</td>
</tr>
<tr>
<td>ALIMENTOS</td>
<td>ALIMENTOS</td>
<td>561</td>
<td>NÃO INFORMADO</td>
<td>SENAI</td>
</tr>
<tr>
<td>NOME DO APL</td>
<td>ATIVIDADE PRINCIPAL</td>
<td>CNAE</td>
<td>LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA</td>
<td>CÓD. MUN</td>
</tr>
<tr>
<td>--------------</td>
<td>---------------------</td>
<td>------</td>
<td>-------------------------</td>
<td>----------</td>
</tr>
<tr>
<td>BOVINOCULTURA</td>
<td>LEITE</td>
<td>0151</td>
<td>ALAGOA GRANDE</td>
<td>2500304</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>SOUSA</td>
<td>2515807</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>SOLANEA</td>
<td>2516003</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>CAJAZEIRAS</td>
<td>2503704</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>CAMPINA GRANDE</td>
<td>2504009</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>CATOLE DO ROCHA</td>
<td>2504306</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>ITAPOROROCA</td>
<td>2507101</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>PATOS</td>
<td>2510808</td>
</tr>
<tr>
<td>CATEGORIA</td>
<td>ESPECIE</td>
<td>Código</td>
<td>Cidade</td>
<td>Código</td>
</tr>
<tr>
<td>-----------------</td>
<td>--------------</td>
<td>---------</td>
<td>-----------------</td>
<td>---------</td>
</tr>
<tr>
<td>AVICULTURA</td>
<td>AVES</td>
<td>0151</td>
<td>POMBAL</td>
<td>2512101</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>SAPE</td>
<td>2515302</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>CAMPINA GRANDE</td>
<td>2504009</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>GUARABIRA</td>
<td>2506301</td>
</tr>
<tr>
<td>CAPRINOCULTURA</td>
<td>LEITE</td>
<td>0153</td>
<td>PATOS</td>
<td>2510808</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>SUME</td>
<td>2516300</td>
</tr>
<tr>
<td>FRUTICULTURA</td>
<td>ABACAXI</td>
<td>0119</td>
<td>GUARABIRA</td>
<td>2506301</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>JOAO PESSOA</td>
<td>2507507</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>SAPE</td>
<td>2515302</td>
</tr>
<tr>
<td>TIPO</td>
<td>CULTIVAR</td>
<td>CEP</td>
<td>CIDADE</td>
<td>UF</td>
</tr>
<tr>
<td>------------</td>
<td>------------</td>
<td>-------</td>
<td>------------------</td>
<td>-----</td>
</tr>
<tr>
<td>FRUTICULTURA</td>
<td>BANANA</td>
<td>0133</td>
<td>CAMPINA GRANDE</td>
<td>BNB</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>LARANJAS</td>
<td>0131</td>
<td>MATINHAS</td>
<td>BNB</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>CAMPINA GRANDE</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>MARACUJA</td>
<td>0133</td>
<td>NOVA FLORESTA</td>
<td>BNB</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>CUITE</td>
<td>BNB</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>SOLANEA</td>
<td>BNB</td>
</tr>
<tr>
<td>FRUTICULTURA</td>
<td>UVA</td>
<td>0132</td>
<td>CAMPINA GRANDE</td>
<td>BNB</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>SERVICOS</td>
<td>867</td>
<td>JOAO PESSOA</td>
<td>BNB</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>PATOS</td>
<td>BNB</td>
</tr>
<tr>
<td>CONFECCÕES</td>
<td>TEXTIL</td>
<td>741</td>
<td>CAJAZEIRAS</td>
<td>2503704</td>
</tr>
<tr>
<td>----------------</td>
<td>----------------</td>
<td>-----</td>
<td>----------------</td>
<td>---------</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>CATOLE DO ROCHA</td>
<td>2504306</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>ITAPOROROCA</td>
<td>2507101</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>POMBAL</td>
<td>2512101</td>
</tr>
<tr>
<td>CALCADOS E AFINS</td>
<td>CALCADOS E AFINS</td>
<td>153</td>
<td>CAMPINA GRANDE</td>
<td>2504009</td>
</tr>
<tr>
<td>TURISMO</td>
<td>SERVICOS</td>
<td>791</td>
<td>JOAO PESSOA</td>
<td>2507507</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>SOUSA</td>
<td>2516201</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>SUME</td>
<td>2616300</td>
</tr>
<tr>
<td>BENS DE CAPITAL</td>
<td>MAQUINAS E EQUIPAMENTOS</td>
<td>286</td>
<td>CAMPINA GRANDE</td>
<td>2504009</td>
</tr>
<tr>
<td>Código</td>
<td>Cidade</td>
<td>Endereço</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>--------</td>
<td>--------------</td>
<td>--------------------------------</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>141</td>
<td>CAMPINA GRANDE</td>
<td>2504009</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>141</td>
<td>BOQUEIRAO</td>
<td>2502508</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>141</td>
<td>CATOLE DO ROCHA</td>
<td>2504306</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>141</td>
<td>CAJAZEIRAS</td>
<td>2503704</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>089</td>
<td>CAMPINA GRANDE</td>
<td>2504009</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>SANTA LUZIA</td>
<td>2513406</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>412</td>
<td>CAMPINA GRANDE</td>
<td>2504009</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>412</td>
<td>JOAO PESSOA</td>
<td>2507507</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>412</td>
<td>BAYEUX</td>
<td>2501807</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>CATEGORIA</td>
<td>PROJETO</td>
<td>CÓDIGO</td>
<td>Município</td>
<td>Código de Área</td>
</tr>
<tr>
<td>-----------</td>
<td>---------</td>
<td>--------</td>
<td>-----------</td>
<td>----------------</td>
</tr>
<tr>
<td>AGRICULTURA</td>
<td>ALGODAO COLORIDO</td>
<td>1112</td>
<td>CAMPINA GRANDE</td>
<td>2504009</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>SERTAO</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

**INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS DAS POLÍTICAS DO BNB**

**APOIO**

Por programa/Projeto/Ação (Se possível por APL apoiado)

**Nome**

Projetos Nordeste Territorial
1. Avicultura (Campina Grande e Guarabira);
2. Bovinocultura de Leite (Alagoa Grande, Cajazeiras, Campina Grande, Catolé do Rocha, Itaporanga, Patos, Pombal, Sapé, Solânea e Sousa); Caprinocultura de Leite (Patos e Sumé) 
3. Couro e Calçados (Campina Grande);
4. Fruticultura abacaxi (Guarabira, João Pessoa e Sapé)
5. Fruticultura Banana e Uva (Natuba – jurisdição de Campina Grande)
6. Fruticultura Iaranja (Matinhas – jurisdição...
<table>
<thead>
<tr>
<th>Número:</th>
<th>Público-alvo (beneficiários diretos)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Avicultura: 41</td>
<td>Todos os componentes dos elos das cadeias produtivas acompanhadas.</td>
</tr>
<tr>
<td>Bovinocultura de leite: 9.138</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Caprinocultura de leite: 1.409</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Couro e Calçados: 79</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Fruticultura abacaxi: 73</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Fruticultura banana e uva: 45</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Fruticultura laranja: 125</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Fruticultura maracujá: 213</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Saúde: 122</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Têxtil e Confecções: 99</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Turismo: 112</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Produtores rurais de todos os portes, micro, pequenas, médias e grandes empresas</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>
Sim. Até 2007 o trabalho era focado em grupos produtivos. A partir de 2007, com o Nordeste Territorial, o foco passa a ser as cadeias produtivas das atividades selecionadas. A grande mudança foi precisamente o foco: de um grupo produtivo mais baseado no elo produção para a cadeia produtiva, abrangendo todos os elos e possibilitando, através dos Fóruns de Governança, um permanente diálogo entre os atores, diálogo esse fundamentado na perspectiva do ganha-ganha.

<table>
<thead>
<tr>
<th>Recursos Financeiros envolvidos (segundo a vigência)</th>
<th>Em 2008, por volta de R$ 40,0 milhões.</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Fonte dos Recursos Financeiros</td>
<td>FNE – Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Nordeste.</td>
</tr>
<tr>
<td>Recursos humanos da instituição envolvidos no apoio:</td>
<td>Agentes de Desenvolvimento, além de outros funcionários das agências como Gerentes de Negócios e Gerentes de Suporte a Negócios. 20 Agentes de Desenvolvimento, além dos citados funcionários citados</td>
</tr>
<tr>
<td>- Número</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

**INSTITUCIONALIDADE**

<table>
<thead>
<tr>
<th>APOIO</th>
<th>Por programa/Projeto/Ação (Se possível por APL apoiado)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Cooperação existente (com quem coopera?)</td>
<td>Sistema S, Governos Federal, Estadual e Municipal, Universidades, Empresas de Assistência Técnica e de Pesquisa, ONG’s, Associações, Conselhos, Sindicatos, entre</td>
</tr>
</tbody>
</table>
Formas/tipos de cooperação | Capacitação, Mobilização de atores, Assistência Técnica, Infra-estrutura, Acesso a novas tecnologias Abertura de novos canais de comercialização, Formação de rede de negócios.

Motivação e importância da cooperação | A cooperação é fundamental para o fortalecimento das cadeias produtivas. No caso do BNB, uma instituição financeira, os retornos não-financeiros possuem uma dependência direta com as parcerias firmadas no desenvolvimento dos projetos.

Que outras instituições poderiam estar participando do apoio | Apesar de estarmos em boa companhia, qualquer instituição que possa acrescentar algo ao atingimento dos objetivos propostos será bem-vinda.

| AVALIAÇÃO PRELIMINAR DA ADERÊNCIA, PENETRAÇÃO, EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS

**APOIO** | Por programa/Projeto/Ação (Se possível por APL apoiado)

**Resultados pretendidos** | Alcance do objetivo proposto para cada projeto: fortalecimento das cadeias produtivas trabalhadas.

**Resultados alcançados** | Estabelecimento de Fóruns de Governança, Aumento na produção e na produtividade, Ampliação dos canais de comercialização, Disseminação de novas tecnologias, Capacitação da mão-de-obra, Acesso ao

---

32 Questões a serem apresentadas e aprofundadas no Produto 5.
<table>
<thead>
<tr>
<th>Principais desafios programa/projeto/ação:</th>
<th>Credito, dentre outros.</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>-Operacionalização</td>
<td>Baixa escolaridade de boa parte dos atores, dificultando a internalização dos conhecimentos repassados nas capacitações; Individualismo dos atores envolvidos nos projetos; Baixa competitividade e consequente dificuldade de inserção dos produtos no mercado; Restrições cadastrais dificultando o acesso ao crédito; Baixo nível de organização e mobilização dos atores; integração de políticas locais/regionais/nacionais; integração das instituições que atuam com foco no desenvolvimento territorial.</td>
</tr>
<tr>
<td>-Financeiros</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>-Qualificação de pessoal</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>-Rotatividade/descontinuidade de pessoal</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>- Outros (especificar)</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

| Formas de acompanhamento do programa/projeto/ação | Fóruns de Governança; Verificação anual da evolução de indicadores específicos durante o horizonte do projeto (4 anos); Acompanhamento *in loco* aos empreendimentos inseridos nas cadeias. |

<table>
<thead>
<tr>
<th>Formas de avaliação do programa/projeto/ação:</th>
<th>Indicadores específicos de cada atividade: produção, produtividade, elevação de renda, geração de empregos. No tocante aos indicadores qualitativos: competitividade (inserção dos produtos no mercado; melhoria da qualidade de vida dos atores envolvidos.</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>- Indicadores quantitativos (especificar)</td>
<td>Indicadores específicos de cada atividade: produção, produtividade, elevação de renda, geração de empregos. No tocante aos indicadores qualitativos: competitividade (inserção dos produtos no mercado; melhoria da qualidade de vida dos atores envolvidos.</td>
</tr>
<tr>
<td>- Indicadores qualitativos (especificar)</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>Avaliação geral dos beneficiários sobre este programa/projeto/ação:</th>
<th>- Da existência do mesmo</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>- Dos resultados pretendidos</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>- Dos resultados alcançados</td>
</tr>
</tbody>
</table>
Avaliação geral da instituição sobre este programa/projeto/ação e sugestões de aprimoramento:
- Da existência do mesmo
- Dos resultados pretendidos
- Dos resultados alcançados
- Sugestões para o aprimoramento do apoio

<p>| O programa assume grande importância na agenda do BNB uma vez que a instituição está voltada para o desenvolvimento da Região Nordeste. |  |</p>
<table>
<thead>
<tr>
<th>INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS DAS POLÍTICAS DO SENAR</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>APOIO</strong></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Nome</strong></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Data de criação</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>público-alvo (beneficiários diretos)</td>
</tr>
<tr>
<td>Número:</td>
</tr>
<tr>
<td>Categoria:</td>
</tr>
<tr>
<td>O programa/projeto/ação é continuidade de algum outro? Em caso positivo, qual? Que mudanças ocorreram?</td>
</tr>
<tr>
<td>Recursos Financeiros envolvidos (segundo a vigência)</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Fontes dos recursos Financeiros</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>Recursos humanos da instituição envolvidos no apoio</td>
</tr>
<tr>
<td>Número:</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>INSTITUCIONALIDADE</strong></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>APOIO</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>Cooperação existente</td>
</tr>
<tr>
<td>Formas/tipos de cooperação</td>
</tr>
<tr>
<td>Motivação e importância da cooperação</td>
</tr>
<tr>
<td>Que outras instituições poderiam estar participando do apoio</td>
</tr>
<tr>
<td>-------------------------------------------------------------</td>
</tr>
<tr>
<td>AVALIAÇÃO PRELIMINAR DA ADERÊNCIA, PENETRAÇÃO, EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS</td>
</tr>
<tr>
<td>APOIO</td>
</tr>
<tr>
<td>Resultados pretendidos</td>
</tr>
<tr>
<td>Principais desafios</td>
</tr>
<tr>
<td>programa/projeto/ação:</td>
</tr>
</tbody>
</table>
### Formas de acompanhamento do programa/projeto/ação:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Indicadores quantitativos:</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>NOS TEMOS A VALIAÇÃO QUE FAZEMOS, TODO TREINAMENTO NOSSO INCLUI UMA AVALIAÇÃO POR PARTE DOS ALUNOS, DOS INSTRUTORES DA SUPERVISÃO, ENTÃO É AI QUE AGENTE CONSEGUIR TER O FEED BACK DA NÓS AÇÃO QUE REALIZAMOS. NOS TEMOS INDICADORES QUE PROCURAM AVALIAR A SATISFAÇÃO DO CLIENTE, SE ELE VAI REALMENTE APLICAR AQUELES CONHECIMENTOS, TEMOS INDICADORES RELATIVOS AO NUMERO DE ALUNOS ATENDIDOS, A CARGA HORARIA, ETC.</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>Indicadores qualitativos:</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>ESSA AVALIAÇÃO JÁ FAZ PARTE DO PRÓPRIO PROCESSO NOSSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM, ESSA AVALIAÇÃO É PERMANENTE E ELA CONTRIBUIU PARA O PLANEJAMENTO DOS ANOS SEGUINTE, EM FUNÇÃO DO QUE AGENTE OBSERVA LÁ NO CAMPO AS DIFICULDADES, AS BARREIRAS QUE ELES COLOCAM COMO EMPECILHO. TUDO ISSO É AVALIADO PARA QUE O PLANEJAMENTO DO PRÓXIMO ANO SEJA ESTRUTURADO DE MANEIRA A SUPERAR ESSAS DIFICULDADES E TAMBIÉM ATENDER OS OBJETIVOS NÃO SÓ DA INSTITUIÇÃO, MAS TAMBÉM DOS PARCEIROS E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA ECONOMIA LOCAL.</td>
</tr>
</tbody>
</table>

### Avaliação Geral dos beneficiários sobre este programa/projeto/ação:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Da existência do mesmo</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>NÓS ESTAMOS EXATAMENTE TRABALHANDO COM UMA REALIZAÇÃO DE SEMINÁRIOS ONDE FAZEMOS UMA PESQUISA DE “REGRESSOS”, DE EX-ALUNOS. ESTAMOS LEVANTANDO TODO UM ACERVO DOCUMENTAL, DADOS SECUNDÁRIOS DO IBGE DE OUTRAS INSTITUIÇÕES QUE LIDAM COM ESTATÍSTICAS E ATÉ O FINAL DESSE ANO MAPEAR TODO O ESTADO A PARTIR DAS MESORREGIÕES, MICRORREGIÕES E DOS</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>Dos resultados pretendidos</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>NOS TEMOS INDICADORES QUE PROCURAM AVALIAR A SATISFAÇÃO DO CLIENTE, SE ELE VAI REALMENTE APLICAR AQUELES CONHECIMENTOS, TEMOS INDICADORES RELATIVOS AO NUMERO DE ALUNOS ATENDIDOS, A CARGA HORARIA, ETC.</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>Dos resultados alcançados</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>ESSA AVALIAÇÃO JÁ FAZ PARTE DO PRÓPRIO PROCESSO NOSSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM, ESSA AVALIAÇÃO É PERMANENTE E ELA CONTRIBUIU PARA O PLANEJAMENTO DOS ANOS SEGUINTE, EM FUNÇÃO DO QUE AGENTE OBSERVA LÁ NO CAMPO AS DIFICULDADES, AS BARREIRAS QUE ELES COLOCAM COMO EMPECILHO. TUDO ISSO É AVALIADO PARA QUE O PLANEJAMENTO DO PRÓXIMO ANO SEJA ESTRUTURADO DE MANEIRA A SUPERAR ESSAS DIFICULDADES E TAMBIÉM ATENDER OS OBJETIVOS NÃO SÓ DA INSTITUIÇÃO, MAS TAMBÉM DOS PARCEIROS E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA ECONOMIA LOCAL.</td>
</tr>
</tbody>
</table>

### Avaliação Geral da instituição sobre este programa/projeto/ação e sugestões de aprimoramento:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Da existência do mesmo</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>NÓS ESTAMOS EXATAMENTE TRABALHANDO COM UMA REALIZAÇÃO DE SEMINÁRIOS ONDE FAZEMOS UMA PESQUISA DE “REGRESSOS”, DE EX-ALUNOS. ESTAMOS LEVANTANDO TODO UM ACERVO DOCUMENTAL, DADOS SECUNDÁRIOS DO IBGE DE OUTRAS INSTITUIÇÕES QUE LIDAM COM ESTATÍSTICAS E ATÉ O FINAL DESSE ANO MAPEAR TODO O ESTADO A PARTIR DAS MESORREGIÕES, MICRORREGIÕES E DOS</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>Dos resultados pretendidos</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>NOS TEMOS INDICADORES QUE PROCURAM AVALIAR A SATISFAÇÃO DO CLIENTE, SE ELE VAI REALMENTE APLICAR AQUELES CONHECIMENTOS, TEMOS INDICADORES RELATIVOS AO NUMERO DE ALUNOS ATENDIDOS, A CARGA HORARIA, ETC.</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>Dos resultados alcançados</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>ESSA AVALIAÇÃO JÁ FAZ PARTE DO PRÓPRIO PROCESSO NOSSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM, ESSA AVALIAÇÃO É PERMANENTE E ELA CONTRIBUIU PARA O PLANEJAMENTO DOS ANOS SEGUINTE, EM FUNÇÃO DO QUE AGENTE OBSERVA LÁ NO CAMPO AS DIFICULDADES, AS BARREIRAS QUE ELES COLOCAM COMO EMPECILHO. TUDO ISSO É AVALIADO PARA QUE O PLANEJAMENTO DO PRÓXIMO ANO SEJA ESTRUTURADO DE MANEIRA A SUPERAR ESSAS DIFICULDADES E TAMBIÉM ATENDER OS OBJETIVOS NÃO SÓ DA INSTITUIÇÃO, MAS TAMBÉM DOS PARCEIROS E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA ECONOMIA LOCAL.</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>Sugestões para o aprimoramento do apoio</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>NÓS TEMOS A VALIAÇÃO QUE FAZEMOS, TODO TREINAMENTO NOSSO INCLUI UMA AVALIAÇÃO POR PARTE DOS ALUNOS, DOS INSTRUTORES DA SUPERVISÃO, ENTÃO É AI QUE AGENTE CONSEGUIR TER O FEED BACK DA NÓS AÇÃO QUE REALIZAMOS. NOS TEMOS INDICADORES QUE PROCURAM AVALIAR A SATISFAÇÃO DO CLIENTE, SE ELE VAI REALMENTE APLICAR AQUELES CONHECIMENTOS, TEMOS INDICADORES RELATIVOS AO NUMERO DE ALUNOS ATENDIDOS, A CARGA HORARIA, ETC.</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>
MUNICÍPIOS, IDENTIFICANDO TODAS AS CADEIAS PRODUTIVAS EXATAMENTE PARA QUE AGENTE POSSA FOCAR MELHOR O NOSSO TRABALHO. A AVALIAÇÃO QUE AGENTE FAZ É A NECESSIDADE DE FOCAR MAIS FLEXIBILIZAR ALGUNS NÍVEIS FORMATIVOS NOSSOS PARA QUE ELES SEJAM BASEADOS NA FORMAÇÃO CONTINUADA, QUE ELES NÃO SE LIMITEM A TREINAMENTOS PONTUAIS E FOCADOS E VOLTADOS E FOCADOS NAS CADEIAS PRODUTIVAS E NOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS. (OBS.:A INSTITUIÇÃO ESTA FAZENDO UMA PESQUISA A QUAL ESTA EM ANDAMENTO QUE MAPEARÁ TODAS AS CADEIAS PRODUTIVAS DO ESTADO)